Universidade Federal De Sergipe
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Cidade universitária Prof. Aloísio de Campos
Av. Marechal Rondon, s/nº- CEP 49100-000
São Cristóvão- Sergipe-Brasil

NATHÁLIA DE MOURA BARBOSA

LITORAL À VISTA

PPGS - 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

NATHÁLIA DE MOURA BARBOSA

LITORAL À VISTA

Uma análise dos impactos da atividade turística na relação indivíduo-território na Rota Ecológica dos Milagres - AL

São Cristóvão-Se

2021

Universidade Federal De Sergipe
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Cidade universitária Prof. Aloísio de Campos
Av. Marechal Rondon, s/nº- CEP 49100-000
São Cristóvão- Sergipe-Brasil

NATHÁLIA DE MOURA BARBOSA

LITORAL À VISTA

PPGS - 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

NATHÁLIA DE MOURA BARBOSA

LITORAL À VISTA

Uma análise dos impactos da atividade turística na relação indivíduo-território na Rota Ecológica dos Milagres - AL

São Cristóvão-Se

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

NATHÁLIA DE MOURA BARBOSA

LITORAL À VISTA

Uma análise dos impactos da atividade turística na relação indivíduo-território na Rota Ecológica dos Milagres

SÃO CRISTÓVÃO, SE
2021

NATHÁLIA DE MOURA BARBOSA

LITORAL À VISTA

Uma análise dos impactos da atividade turística na relação indivíduo-território na Rota Ecológica dos Milagres - AL

Dissertação de mestrado apresentada como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes,

SÃO CRISTÓVÃO, SE

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Barbosa, Nathália de Moura
B238l Litoral à vista : uma análise dos impactos da atividade turística na relação indivíduo-território na Rota Ecológica dos Milagres – AL / Nathália de Moura Barbosa ; orientador Marcelo Alario Ennes. – São Cristóvão, SE, 2021.
116 f. : il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2021.

1. Sociologia. 2. Turismo. 3. Globalização – Aspectos sociais. 4. Territorialidade humana. 5. Comunidades – Desenvolvimento. 6. Alagoas – Condições sociais. I. Ennes, Marcelo Alario, orient. II. Título.

CDU 316.334.52:338.48(813.5)

NATHÁLIA DE MOURA BARBOSA

LITORAL À VISTA

Uma análise dos impactos da atividade turística na relação indivíduo-território na Rota Ecológica dos Milagres - AL

Defesa em 26 de Agosto de 2021

Banca examinadora:

_____

PPGS/UFS - Examinador Presidente e Orientador – Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes

_____

PPGS/UFS - Examinador Interno – Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa

_____

PPGS/UFS - Examinador Externo – Prof. Dr. Ewerthon Clauber de Jesus Vieira

SÃO CRISTÓVÃO, SE

2021

AGRADECIMENTOS

Mais do que um agradecimento, gostaria de prestar meu amor incondicional a meus pais (Flávia Maria e Valmilton Barbosa) e meus avós (Dona Célia e Seu Manezinho), figuras essenciais da minha vida, sem as quais nada disso teria sentido, ou, seria possível.

Agradeço à minha família, em especial à minha tia-avó Marinete Moura e aos meus tios Marcelo e Márcio Moura, por terem se mostrado sempre dispostos a ajudar no que fosse possível.

Minha gratidão às mulheres fortes que me acompanham e são conforto em época de tempestade, Amanda Oliveira, Louise Sampaio, Carolina Andrade, Aline Galbiate, Tabatha Bastos e Josicleide Moura. Aos meus amigos Maurício Torres e Davi Crescente, que mesmo de longe, permaneceram perto.

À todas as pessoas que encontrei durante o percurso dessa pesquisa que acabou me rendendo bons companheiros.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe que tão bem me acolheu. Especialmente, ao meu orientador, Dr. Marcelo Alario Ennes, pelo aconselhamento e compreensão demonstrados ao longo desse processo. Estendo meu agradecimento aos membros da banca examinadora, Dr. Ivan Fontes Barbosa e Dr. Ewerthon Clauber de Jesus Vieira e a todos os meus colegas de turma do programa, pelas discussões e contribuições.

“Oh! Que bons tempos se foram
Do meu antigo São Miguel
Onde a inocência reinava
Em nossos tempos de criança
As praias não poluídas sempre a convidar
Para um mergulho nas águas cristalinas.

As ruas iluminadas pelo lampião de gás
Dando-nos calma e paz para que aqui existia
A festa de Bom Jesus, lá no Alto do Cruzeiro
Na praia as barcaças embandeiradas
Fazia a procissão até o Porto da Rua
Naquele tempo, aquilo sim era festa!

Na praia, na fortaleza os homens soltavam fogos;
Em louvor ao Bom Jesus dos Navegantes
Lá no Alto do Cruzeiro folclores tradicionais
Chegança, Pastoril, Baianas, Pagode Fandango,
Botequins de Palha, tudo animava a festa.

Foi chegando o progresso
Então, tudo foi mudando
Eletricidade, emancipação, concursos;
São Miguel foi crescendo, educação melhorando
Jovens extrapolando com os costumes modernos
Os mais antigos, sofrendo com o resultado do progresso.

(Genaura Dias – ***Saudade do antigo São Miguel dos Milagres***)

RESUMO

Tendo se intensificado juntamente com o processo de globalização, o turismo está hoje fortemente presente na realidade de vários municípios brasileiros, muitas vezes se instalando em comunidades tradicionais com fortes ligações territoriais, como é o caso em estudo. Caracterizando-se enquanto cidades de pequeno porte e de contexto socioeconômico fragilizado, o novo mercado se insere com a promessa de melhorar as condições de renda da população local e trazer benefícios para a região. No entanto, a introdução das práticas relacionadas a esse setor nos espaços receptores não se restringe somente a mudanças relativas ao aspecto econômico e, ainda essas, mais tendem a perpetuar a lógica capitalista de distribuição desigual dos recursos do que, de fato, proporcionar o desenvolvimento socioeconômico da área. Assim, a pesquisa que se segue teve como principal objetivo a descrição e análise dos impactos que a atividade turística vem ocasionando nos diversos âmbitos da relação entre indivíduo e território na Rota Ecológica dos Milagres, localizada no litoral norte do Estado de Alagoas. Para os fins deste trabalho, consideramos as modificações referentes a três esferas que abrangem o conceito de território utilizado: o econômico, o cultural e o político. A fim de identificar a repercussão desses conflitos nas formas de apropriação territorial dos residentes, classificamos as situações encontradas como desterritorializadoras (que restringem ou anulam o uso e o controle do espaço) ou reterritorializadoras (as estratégias adotadas pela população para resistir e adaptar-se à nova lógica). A metodologia empregada foi a observação direta com aplicação de entrevistas semiestruturadas realizadas com 13 indivíduos pertencentes aos distintos grupos inseridos na realidade do turismo na Rota Ecológica. Os resultados apontados confirmam nossa hipótese de que a lógica mercantilista com que a atividade turística avança na região, tem efeitos predominantemente deteriorantes nas formas de controle territorial que os habitantes possuem, mesmo que esses, apresentem táticas para resistir e adaptar-se à nova conjuntura.

PALAVRAS CHAVE: Turismo, Globalização, Território, Territorialização, Desterritorialização.

ABSTRACT

Having intensified along with the globalization process, tourism is now strongly present in the reality of several brazilian municipalities, often settling in traditional communities with strong territorial connections, as in the case under study. Characterized as small cities with a fragile socioeconomic context, the new market is inserted with the promise of improve the income conditions of the local population and also bring benefits to the region. However, the introduction of practices related to this sector at receiving spaces is not only restricted to changes related to the economic aspect and, even these, but also more tend to perpetuate the capitalist logic of unequal resources distribution than, in fact, to provide socioeconomic development status of the area. Therefore, the research that follows had as its main objective the description and analysis of the impacts that tourist activity has caused at the several spheres of the relationship between individual and territory at the Ecological Route of Miracles, located on the northern coast of the State of Alagoas. For the purpose of this work, we consider the changes referring to three spheres that cover the concept of territory used: the economic, the cultural and the political. In order to identify the repercussion of these conflicts in the forms of territorial appropriation of residents, we classified the situations found as deterritorializing (which restrict or nullify the use and control of space) or reterritorializing (the strategies adopted by the population to resist and adapt to the new logic). The methodology used was the direct observation with application of semi-structured interviews performed with 13 individuals belonging to different groups inserted in the tourism reality at the Ecological Route. The results indicated confirm our hypothesis that the mercantile logic with which tourist activity advances in the region has predominantly deteriorating effects on the forms of territorial control that the inhabitants have, even if they present tactics to resist and adapt to the new situation.

KEYWORDS: Tourism, Globalization, Territory, Territorialization, Deterritorialization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização dos municípios da Rota Ecológica dos Milagres em Alagoas.....32
Figura 02: Povoados da faixa litorânea de Passo de Camaragibe.....34
Figura 03: Delimitação da área considerada na pesquisa.....37
Figura 04: Fotos do evento realizado pelo Instituto Tamo Junto com as crianças no Mc Donalds.....43
Figura 05: Fotos da festa nas piscinas naturais do Marceneiro durante Réveillon de Milagres de 2019.....45
Figura 06: Trechos do manifesto do grupo Tamo Junto.....47
Figura 07: Apropriação dos elementos do cotidiano e da cultura da população local na cenografia dos eventos.....49
Figura 08: Utilização da atividade pesqueira na divulgação do lugar 1.....50
Figura 09: Utilização da atividade pesqueira na divulgação do lugar 2.....50
Figura 10: Delimitação das novas fronteiras.....56
Figura 11: Delimitação da Rota Ecológica dos Milagres pelo Governo do Estado de Alagoas.....57
Figura 12: Mirante da Barra de Camaragibe. Pouca estrutura e poucas vagas de estacionamento.....58
Figura 13: Vila dos Pescadores.....61
Figura 14: Muros que cercam os novos grandes empreendimentos na região.....64
Figura 15: Antigos acessos, novas barreiras.....65
Figura 16: Muro fechando o Caminho 01 (ver Figura 15) para a praia.....66
Figura 17: Enchente no povoado Marceneiro.....67
Figura 18: Pixo na rua de acesso à praia do centro de São Miguel dos Milagres, palco de conflitos (“Em breve a praia privatizada”).....68
Figura 19: Demolição das barracas dos comerciantes em São Miguel dos Milagres.....68
Figura 20: Muros e propriedades privadas fechando o acesso à praia do Toque em São Miguel dos Milagres.....72
Figura 21: Embarcações dos pescadores cercadas por proprietário de terreno.....74
Figura 22: Áreas com infraestrutura precária. À esquerda, rua localizada na Barra de Camaragibe, Passo de Camaragibe. À direita, via localizada no centro de São Miguel dos Milagres.....79

Figura 23: À esquerda, sede do Yandê e da Oficina Peixe-Boi e Arte. À direita, exemplo dos itens confeccionados pelas artesãs.....81
Figura 24: Sede da Associação Peixe-Boi em Tatuamunha.....82
Figura 25: Cultivo de ostras da Barra de Camaragibe.....85
Figura 26: Estratégias na diferenciação dos serviços ofertados pelos jangadeiros.....87
Figura 27: Alimentação comercializada durante os passeios às piscinas naturais.....88
Figura 28: Grupo de turistas em frente à barraca do Toninho Passeios na Barra de Camaragibe.....89
Figura 29: À esquerda, um dos trailers de açaí do Luna. À direita, os caiaques e pranchas de *stand up* para aluguel na barraca do empreendedor na praia do Patacho.....89
Figura 30: À esquerda, o processo de feitura das máscaras. À direita, manifestação da andança do Bobo Gaiato em 2020.....91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Movimentação internacional de passageiros em aeroportos do Brasil.....08
Tabela 2: Movimentação nacional de passageiros em aeroportos do Brasil.....09
Tabela 3: Movimentação internacional de passageiros em aeroportos do Brasil e do Nordeste em 2018.....09
Tabela 4: Movimentação nacional de passageiros em aeroportos do Brasil e do Nordeste em 2018.....10
Tabela 5: Chegada de turistas no Brasil, segundo os anos.....10
Tabela 6: Número de empregos formais e informais gerados pelo turismo no Brasil entre 2012-2018.....10
Tabela 7: Número de empregos formais e informais gerados pelo turismo no Nordeste entre 2012-2018.....11
Tabela 8: Movimentação internacional de passageiros em aeroportos do Nordeste e de seus estados em 2018.....12
Tabela 9: Movimentação nacional de passageiros em aeroportos do Nordeste e de seus estados em 2018.....12
Tabela 10: Movimentação internacional de passageiros em aeroportos do Brasil e de Alagoas em 2012.....13
Tabela 11: Movimentação nacional de passageiros em aeroportos do Brasil e de Alagoas em 2012.....13
Tabela 12: Número de empregos formais gerados pelo turismo no estado de Alagoas entre 2012-2018.....13
Tabela 13: Pessoas com vínculo empregatício em ocupações formais no Passo de Camaragibe.....33
Tabela 14: Pessoas com vínculo empregatício em ocupações formais em São Miguel dos Milagres.....35
Tabela 15: Pessoas com vínculo empregatício em ocupações formais em Porto de Pedras.....36
Tabela 16. Empregos formais relacionados ao turismo nos municípios da Rota Ecológica entre 2012-2018.....36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

APACC – Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IMA – Instituto do Meio Ambiente de Alagoas

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MPF – Ministério Público Federal

ONG – Organização Não-Governamental

SMM – São Miguel dos Milagres

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação na Natureza

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TAUS – Termo de Autorização de Uso Sustentável

TJ – Tamo Junto

ZUS – Zona de Uso Sustentável

ZV – Zonas de Visitação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

1. DO GLOBAL AO LOCAL 8

1.1. Turismo no Brasil e no Nordeste 8
1.2. Turismo no Estado de Alagoas 11
1.3. Globalização e turismo 14

2. DIMENSÕES DA RELAÇÃO INDIVÍDUO – TERRITÓRIO 17

2.1. Aspectos econômicos 20
2.2. Aspectos culturais 24
2.3. Aspectos políticos 29

3. BEM-VINDO A ROTA ECOLÓGICA DOS MILAGRES 32

4. REFLEXOS DO TURISMO NA RELAÇÃO INDIVÍDUO-TERRITÓRIO 38

4.1. Você acredita em Milagres? 39
4.2. Nós vamos invadir sua praia 58
4.3. Contra a maré 79

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 95

APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTAS 98

APÊNDICE B – INSERÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS EM TRECHO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE ENTRE OS ANOS DE 2009-2020 101

APÊNDICE C – INSERÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS EM TRECHO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS MILAGRES ENTRE OS ANOS DE 2009-2020 102

APÊNDICE D – INSERÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS EM TRECHO DO MUNICÍPIO DE PORTO DE PEDRAS ENTRE OS ANOS DE 2009-2020 103

INTRODUÇÃO

O turismo é um setor fortemente impulsionado pelos efeitos do processo de globalização, principalmente no que se refere à velocidade com a qual o capital, pessoas e informações conseguem transpor barreiras físicas para apropriar-se, conhecer ou acessar um local. A fluidez com que a circulação desses elementos pode acontecer, dá a impressão de encurtamento das distâncias, de que o mundo é menor do que realmente é, ou seja, uma sensação de "compressão espaço-tempo" (HALL, 2005).

Contudo, o acesso a essa mobilidade em um contexto de desigualdade socioeconômica é igualmente desigual, fazendo com que os movimentos sejam majoritariamente realizados e ditados pela parcela de atores que possuem mais recursos materiais para isso.

A concentração desse poder nas mãos de alguns, sendo a mobilidade o fator de diferenciação, divide os indivíduos que se deparam com essa dinâmica entre: globalizados, os que tem liberdade financeira para estar, usufruir, conhecer e investir em diferentes espaços sem necessariamente terem alguma ligação de dependência com os mesmos; e os localizados, que não dispõem dos meios para realizar esses deslocamentos e se encontram estreitamente ligados ao local onde habitam e desenvolvem suas atividades cotidianas (BAUMAN, 1999).

O turismo pode ser entendido como um veículo para a sobreposição cada vez mais intensa desses dois grupos, e a forma como a atividade turística se desenvolve tende a acentuar o desequilíbrio entre eles, considerando as vantagens que o primeiro detém sobre o segundo. Essa situação de instabilidade é uma geradora potencial de transformações na relação da comunidade, já anteriormente presente, com o território habitado, uma vez que a inserção desses novos agentes extraterritoriais tem a capacidade de modificar as estruturas de poder local.

Os efeitos desse processo podem ser sentidos nos diversos âmbitos da realidade desse grupo que envolvem a questão territorial, como a economia, a cultura e a política (HAESBAERT, 2009). Em termos econômicos, uma população que antes costumava obter seus recursos materiais do próprio espaço (por exemplo, através da pesca), com a expansão do turismo, pode voltar-se a este como sua principal atividade de renda, tornando-se intimamente dependente deste setor. Entretanto, este vínculo pode ser tornar problemático quando levamos em conta fatores como a sazonalidade com a qual este setor se desenvolve, a flexibilização cada vez mais intensa das relações de trabalho e que os meios de produção estão frequentemente sujeitos às intervenções de investidores externos.

No âmbito cultural, a globalização possui uma tendência à homogeneização das identidades e de promover a disseminação do consumismo e da individualização como posicionamentos a serem adotados nas relações interpessoais (BAUMAN, 1999, 2003; HALL, 2005). Estes valores são muitas vezes contrários aos difundidos em comunidades menores que têm suas próprias tradições e atividades alicerçadas nas vivências em comum, e onde a coletividade é um artifício para amenizar as incertezas cotidianas. O turismo não só intensifica o contato com a cultura globalizada, já propagado pelas plataformas midiáticas, mas também, a depender da forma como é desenvolvido e administrado em cada localidade, desconsidera os aspectos culturais preexistentes enquanto elementos valorativos, constituintes daquele território.

Já as consequências na esfera política estão ligadas ao enfraquecimento dos poderes locais diante da globalização e da pouca força de intervenção do Estado diante do capital global (BAUMAN, 1999, 2003). Essas condições podem levar a um cenário de incerteza, impotência e descrença do indivíduo no que se refere à possibilidade de atuação enquanto agente de mudança sobre a sua realidade, principalmente quando esta encontra-se intimamente ligada ao controle dos recursos disponíveis no local.

É importante frisarmos que esses diferentes fatores estão intrinsicamente correlacionados, influenciando um ao outro. Contudo, nesta pesquisa, por questões metodológicas, foram considerados separadamente na elaboração do embasamento teórico, voltando a sobreporem-se no capítulo de análise de campo.

O presente trabalho focará em descrever os impactos que a atividade turística vem causando na relação entre indivíduo e território na Rota Ecológica dos Milagres, analisando esses efeitos a partir dos pontos de vista econômico, cultural e político. Essa região é compreendida pelos municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, localizados no norte do estado de Alagoas. A escolha do recorte deve-se ao significante aumento das práticas do turismo no local ao longo da última década, mais especificamente no começo da década de 2010. Apesar de já receber desde antes certa quantidade de turistas por conta das paisagens naturais presentes no litoral alagoano, foi com o início de um evento chamado Réveillon dos Milagres, em 2012, que este trecho começou a sentir de maneira mais profunda a inserção do ramo na área.

Tendo em vista as possíveis problemáticas trazidas pelo setor, a hipótese que desenhamos para a formulação desse estudo é a de que o vetor do turismo tem sido majoritariamente degradante para os distintos âmbitos territoriais de uso e controle que a

comunidade receptora mantém com a área. Não obstante, ainda que surjam, por parte dos residentes, estratégias empregadas no amortecimento dos impactos e na adaptação ao turismo, estas não são suficientes para remodelar a lógica excludente com que o mercado avança na região.

Para alcançarmos o objetivo central da pesquisa, identificaremos quais os aspectos desterritorializantes e reterritorializantes (econômicos, políticos ou culturais) (HAESBAERT, 2009) decorrentes da atividade turística na Rota Ecológica dos Milagres entre os anos de 2012 e 2021. Esse recorte temporal visa abranger desde alguns anos antes do início do impulsionamento do setor até o cenário vigente.

Os objetivos específicos consistem em:

● Analisar quais as atuais condições de inserção trabalhista da população local nesse mercado e nas tradicionais formas de ocupação, considerando os conflitos territoriais entre essas e as novas intervenções mercadológicas provenientes do turismo;

● Identificar os aspectos culturais-simbólicos dos diferentes grupos que passam a coexistir após a intensificação da atividade turística, e como essa coexistência tem implicações na cultura local;

● Levantar dados sobre como as legislações, planos de desenvolvimento e investimentos do governo (federal, estadual e municipal) vem interferindo nesse recorte;

● Entender como os habitantes e os outros importantes atores locais do turismo (associações, ONG's, instituições, empreendedores, etc.) se organizam e se relacionam com as questões políticas do território onde realizam suas práticas.

O trabalho segue a linha descritiva de pesquisa com caráter exploratório, seguida de uma análise dos aspectos encontrados baseada nas teorias utilizadas nesta dissertação. Assim, irá dividir-se metodologicamente em fundamentação teórica, pesquisa de campo e análise das informações coletadas. A metodologia que utilizaremos para chegar aos objetivos pretendidos com este estudo será majoritariamente de caráter qualitativo, utilizando o método quantitativo somente na interpretação de alguns dados socioeconômicos considerados no estudo sobre os potenciais impactos econômicos do turismo na região.

A escolha do recurso qualitativo deve-se ao fato de que o material que precisamos apreender se referem aos aspectos mais subjetivos das relações sociais frente à como a estrutura societal está organizada naquela área (HAGUETTE, 1992), considerando o turismo enquanto agente nessa configuração.

Inicialmente, será empregada a pesquisa documental, através de documentos oficiais, reportagens e publicações, a fim de compreender a forma como o turismo esteve presente na realidade dos municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras durante o período delimitado por esse estudo. Por meio desses veículos, serão buscados os dados socioeconômicos, informações referentes a questões culturais e eventos políticos, avaliando as interferências destes na comunidade local.

Um dos métodos a ser aplicado na busca pelas evidências dos efeitos desterritorializadores e reterritorializadores manifestados na região, é o da observação direta, a partir do conhecimento sobre as situações, conflitos e dinâmicas sociais cotidianas vivenciadas pelo grupo observado. Tendo em conta que "a sociedade é construída por meio de um processo interativo de indivíduos e grupos que agem em função dos sentidos de que o seu mundo circundante representa para eles" (HAGUETTE, 1992, p. 74), sem desconsiderar, no entanto, o papel de agência desses indivíduos em relação às condições encontradas.

O acesso a essas interações é facilitado por conta do envolvimento que a pesquisadora já possui com o local. Envolvimento esse que, ao mesmo tempo que simplifica a aproximação, será frequentemente tensionado ao distanciamento para que não influencie na interpretação do que se pretende observar.

Essa relação preexistente entre a autora e a região deve-se ao fato de a mesma ter vivido boa parte da infância no povoado Marceneiro, no município do Passo da Camaragibe, onde moram até hoje seus avós e boa parte da sua família. As transformações físicas, e também as mais subjetivas, encontradas no cotidiano do povoamento depois de alguns anos sem visitá-lo, foi o que motivou a elaboração do estudo.

Com o intuito de perceber as modificações no relacionamento dos moradores com o território, embasando-se nos conceitos e teorias utilizados para a construção do projeto (conceitos como o de mobilidade e localidade, territorialização e desterritorialização, comunidade e a própria noção de território), as situações que nos propusemos a presenciar e observar são:

- do ponto de vista econômico: as atividades trabalhistas desenvolvidas pelos habitantes no local, tanto as que já existiam, como as novas inseridas a partir do turismo. As condições de acesso aos recursos materiais que a comunidade atualmente possui no território, e como os moradores se adequam a essa conjuntura;

- no âmbito cultural: como os símbolos e representações da cultura local são midiatizados pelos agentes hegemônicos, a influência da presença de novas práticas culturais

no comportamento dos residentes em relação ao consumo, se as tradições e manifestações da cultura da região são contempladas, de fato, na elaboração do roteiro turístico;

- no aspecto político: as organizações e atores com influência política no local e como essa se dá, a maneira como atua o poder municipal na área, as associações populares de representação da comunidade e quais os seus campos de atuação, como é a relação entre esses setores.

Esta observação foi feita desde o início da entrada no curso de mestrado do Programa de Pós Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), em março de 2019, se estendendo até o mês de maio de 2021, compreendendo no total um período de 27 meses.

Para auxiliar na ilustração das evidências, o registro fotográfico e a elaboração de material gráfico referente a esses dados foram inseridos como ferramentas complementares.

Outro instrumento utilizado na coleta de dados foi a aplicação de entrevistas com roteiro semiestruturado em membros dos diferentes grupos atuantes na região. Entre moradores, pescadores, bugueiros, comerciantes, jangadeiros e representantes de associações, 13 pessoas foram entrevistadas nos distintos municípios que compõem a Rota Ecológica. O perfil mais detalhado dos entrevistados será apresentado no início do quarto capítulo.

Cada pergunta da entrevista buscou coletar informações relativas aos aspectos que nos predispomos a analisar com a observação direta. As percepções obtidas a partir do método participativo e das falas colhidas nas entrevistas, serão constantemente confrontadas com intuito de obter uma melhor percepção da realidade local.

A estrutura textual da dissertação será dividida em quatro partes. No primeiro capítulo, dividido em três subtópicos, foram feitas algumas considerações sobre o setor do turismo. Nas duas primeiras dessas subdivisões, pontuando alguns dados quantitativos referentes à inserção da atividade no Brasil, no Nordeste e em Alagoas entre os anos de 2012 e 2018. No último, contextualizando o turismo correlativamente ao fenômeno da globalização.

Neste subtema final, o principal autor utilizado para o embasamento teórico foi Zygmunt Bauman (1999) por meio da obra “Globalização e as consequências humanas”, onde discute como se dão localmente os efeitos dessa interconexão global, considerando as diferenças sociais dos que estão dispostos nessa rede. Alguns conceitos importantes para este trabalho também são trazidos pelo autor, como o de localização e mobilidade.

No início da segunda parte, são discutidas algumas outras conceituações que posteriormente serão empregadas para a análise do material encontrado em campo, como os de

territorialidade, desterritorialização e reterritorialização colocados pelo geógrafo Rogério Haesbaert (2002, 2009). Estes termos serão norteadores não só na interpretação das repercussões desses conflitos no cotidiano da comunidade receptora, como na leitura sobre as táticas, coletivas e individuais, que essa utiliza para se readaptar e se inserir na nova lógica.

Milton Santos nos traz a contribuição sobre a relação entre indivíduo e território. Os conceitos utilizados pelo autor, como o de território-rede, ajudarão a embasar as problemáticas advindas da inserção de novos atores (e, consequentemente, poderes) externos que vêm a ocupar os espaços turísticos.

Nos três subtópicos encontrados ainda nesta parte, serão discutidos os impactos separadamente e com mais detalhamento nos aspectos econômicos, culturais e políticos. Principalmente no âmbito cultural, Stuart Hall (2005) foi amplamente referenciado por conta de seus estudos sobre as influências que a globalização passa a ter na construção das identidades.

Igualmente essencial para a análise desses aspectos foi a obra “Comunidade” de Zygmunt Bauman (2003) que demonstra como o multiculturalismo disseminado pela globalização destrói as diferentes vertentes identitárias, buscando homogeneizá-las sob os moldes da cultura dominante capitalista. Esta, que difunde o consumo como meio edificante da personalidade, suscita a competitividade e a individualização como atalhos para a satisfação pessoal.

A importância dessa discussão vincula-se ao fato da dinamicidade da vida em comunidades tradicionais, como as da Rota Ecológica, estar geralmente atrelada ao conhecimento mútuo dos indivíduos e a vida comunitária, tanto por conta da baixa demografia como pelas qualidades que estes vínculos conferem ao cotidiano, como o lazer e a segurança. Estes aspectos socioculturais também são ameaçados pela coexistência com culturas, atividades e políticas que fazem alusão a uma lógica oposta, como as trazidas pelas implicações do turismo.

Além dos já citados, outra obra que será de extrema importância para este trabalho é a de José Omar Fonteles (2004), mestre em sociologia e autor da obra denominada “Turismo e Impactos Socioambientais”, onde faz um estudo aprofundado da inserção da indústria turística na praia de Jericoacoara, localizada no Estado do Ceará. Este estudo, além de apresentar uma análise sobre as condições da atividade em destaque na região do Nordeste, traz um relato detalhado sobre as consequências decorrentes desse evento.

Dentre esses efeitos são citados: a degradação ambiental que se sucede nos locais receptores quando gerenciados por políticas que condizem com a mercantilização do território sem o devido cuidado com a preservação do ecossistema que o integra; o choque entre culturas, causado pela aproximação das comunidades nativas com os “de fora”, influenciando no comportamento dos moradores e na maneira de se vivenciar o espaço; e a exclusão da população local nos processos decisórios pertinentes ao tema e que implicam diretamente em seu cotidiano.

No terceiro capítulo, apresentaremos informações sobre o campo onde se dá a pesquisa, destacando suas particularidades socioeconômicas e territoriais. Na parte subsequente, faremos a descrição e análise das evidências encontradas, de acordo com os impactos e os efeitos que a atividade turística tem desencadeado no que tange ao controle territorial das classes predecessoras na região.

A última divisão diz respeito às conclusões feitas acerca do que foi analisado, onde apontaremos algumas alternativas para o planejamento e ordenação de políticas públicas mais igualitárias voltadas ao turismo, que ponderem todas as caraterísticas territoriais na sua formulação e aplicação. Assim, o ajustamento dos tradicionais e dos recentes modelos de apropriação dos recursos materiais encontrados na localidade serão melhor distribuídos e usufruídos pelos munícipes da Rota Ecológica.

1. DO GLOBAL AO LOCAL

O setor do turismo vem crescendo ininterruptamente nas últimas décadas, tornando-se uma atividade cada vez mais economicamente relevante para os países e regiões que abrigam esse mercado. Porém, a depender do grau de responsabilidade com que é administrada a inserção dessa indústria nos territórios receptores, suas consequências podem se manifestar em diversos aspectos, sejam eles de ordem econômica, social, cultural, política ou ambiental. Esses impactos, por sua vez, podem ter efeitos na relação que os indivíduos que habitam aquele território têm com o mesmo.

O valor das receitas mundiais geradas por viagens internacionais no ano de 1950 foi de dois bilhões de dólares, aumentando 52 vezes esse número no quantitativo de 1980, correspondendo a US$ 104 bilhões. Já em relação ao resultado de 2015, o último dado cresceu em aproximadamente 12 vezes, chegando a gerar US$ 1.260 bilhões. No mesmo intervalo de 30 anos das décadas de 1950 e 1980, o número de viagens internacionais foi de, respectivamente, 25 e 278 milhões. No espaço dos 35 anos entre 1980 e 2015, este contingente passou a ser próximo de 1,19 trilhões (OMT, 2016).

1.1. Turismo no Brasil e no Nordeste

No Brasil, como mostra a tabela abaixo (Tabela 1), o número de desembarques internacionais de passageiros, tanto residentes quanto não-residentes no Brasil, entre os anos de 2012-2018 teve um aumento considerável de mais de 25%.

Ano	Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares
2012	9.368.195	9.123.707	244.488
2013	9.467.994	9.201.735	266.259
2014	10.464.720	10.125.583	339.137
2015	10.571.528	10.280.308	291.220
2016	10.172.972	9.841.099	331.873
2017	10.692.262	10.307.020	385.242
2018	11.778.467	11.439.980	338.487

Tabela 1. Movimentação internacional de passageiros em aeroportos do Brasil.
Fonte: Anuário estatístico de turismo do Ministério do Turismo, 2019.

No mesmo período de tempo, porém agora em relação aos desembarques nacionais, o aumento é de pouco mais de 11% (Tabela 2).

Ano	Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares
2012	85.471.710	83.203.074	2.268.636
2013	88.943.789	86.097.998	2.845.791
2014	94.741.258	91.257.751	3.483.507
2015	97.894.867	94.926.536	2.968.331
2016	90.276.456	86.965.487	3.310.969
2017	92.144.118	88.401.169	3.742.949
2018	95.517.063	93.017.628	2.499.435

Tabela 2. Movimentação nacional de passageiros em aeroportos do Brasil.
Fonte: Anuário estatístico de turismo do Ministério do Turismo, 2019.

Chegando um pouco mais próximo do nosso recorte espacial, é possível ver na tabela abaixo (Tabela 3), que ilustra e compara os desembarques internacionais em 2018 no Brasil com os da região Nordeste no mesmo período, que esta última recebeu aproximadamente 6,4% do total dos desembarcantes internacionais. Esta porcentagem parece pequena, porém, quando comparada com as demais regiões, percebemos que é a segunda maior receptora de pessoas, ficando atrás somente do Sudeste, que recebe quase 86% do total (MTur, 2019).

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares
Brasil	11.778.467	11.439.980	338.487
Nordeste	750.033	711.852	38.181

Tabela 3. Movimentação internacional de passageiros em aeroportos do Brasil e do Nordeste em 2018.
Fonte: Anuário estatístico de turismo do Ministério do Turismo, 2019.

Entre os desembarques nacionais referentes a 2018 (Tabela 4), a situação assemelha-se ao cenário dos movimentos internacionais, mas no caso dos deslocamentos internos no território brasileiro, o Nordeste apesar de continuar sendo a segunda região mais procurada, possui uma relevância ainda maior em relação ao total, somando 18,7% e ficando somente atrás do Sudeste, que retém 49,7% dos viajantes.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares
Brasil	95.517.063	93.017.628	2.499.435
Nordeste	17.835.951	17.111.401	724.550

Tabela 4. Movimentação nacional de passageiros em aeroportos do Brasil e do Nordeste em 2018.
Fonte: Anuário estatístico de turismo do Ministério do Turismo, 2019.

Contudo, mesmo apresentando um crescimento significativo na quantidade de turistas recebidos, considerando todas as vias (e não só a aérea), o Brasil continua indicando maiores índices de empregos informais do que empregos formais gerados através do setor turístico. Podemos visualizar essa informação aos comparamos às tabelas abaixo (Tabela 5 e Tabela 6):

Ano	Total
2012	5.676.843
2013	5.813.342
2014	6.429.852
2015	6.305.838
2016	6.546.696
2017	6.588.770
2018	6.621.376

Tabela 5. Chegada de turistas no Brasil, segundo os anos.
Fonte: Anuário estatístico de turismo do Ministério do Turismo, 2019.

	Brasil	
Ano/Mês de referência	Formal	Informal
01/2012	917.780	1.058.681
01/2018	1.002.489	1.042.645

Tabela 6. Número de empregos formais e informais gerados pelo turismo no Brasil entre 2012-2018.
Fonte: Extrator de Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Enquanto o aumento da chegada de turistas, entre o mês de janeiro dos anos considerados, foi de aproximadamente 17%, o percentual total de geração de empregos, somando os de caráter formal aos informais, foi apenas de 3,47% (Tabela 5). Isso nos mostra quão difícil é adotar uma postura positiva no sentido de enxergar o turismo como uma indústria que incentive e proporcione, de fato, o desenvolvimento econômico nos lugares onde se instala.

Ainda que os percentuais de empregos informais tenham timidamente diminuído em relação ao número total - já que em 2012 ele correspondia a 53,6% da quantia integral e em 2018 passou a representar 50,98% - a quantidade de trabalhadores informais ainda permanece maior que o de profissionais formalizados (Tabela 6).

Voltando-nos para a região Nordeste, essa relação entre o número de empregos informais e a quantidade de empregos gerados é mais preocupante. No mês de janeiro do primeiro ano em consideração, a porcentagem de empregos informais era de próxima de 67%, chegando a exprimir quase o dobro da quantia de empregos formais. No mesmo período em 2018, a diminuição desse percentual foi menos de 3%, representando pouco mais de 64% do número total (Tabela 7).

	Nordeste	
Ano/Mês de referência	Formal	Informal
01/2012	152.246	306.987
01/2018	173.568	309.900

Tabela 7. Número de empregos formais e informais gerados pelo turismo no Nordeste entre 2012-2018.
Fonte: Extrator de Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Esses altos índices de informalização demonstram a fragilidade das relações empregatícias do turismo no Nordeste, representando uma das principais problemáticas da inserção desse setor.

1.2. Turismo no Estado de Alagoas

Restringindo ainda mais a dimensão territorial, a fim de nos aproximarmos de nosso recorte empírico, podemos comparar, respectivamente, nas duas tabelas que se seguem (Tabela 8 e Tabela 9), os fluxos de desembarque internacional e nacional nos estados da região Nordeste em 2018. Em ambos os casos, Alagoas ocupa a quinta posição no ranking dos estados nordestinos mais visitados, ainda que seja o segundo menor em área. É importante pontuarmos que o PIB alagoano, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, recentemente no ano de 2020, foi o terceiro mais baixo entre os nove estados do Nordeste, e ocupou a 21º posição no ranking nacional.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares
Nordeste	**750.033**	**711.852**	**38.181**
Alagoas	9.528	4.637	4.891
Bahia	223.961	202.342	21.619
Ceará	191.870	188.041	3.829
Maranhão	266	266	-
Paraíba	2.292	2.292	-
Pernambuco	277.251	272.310	4.941
Piaui	-	-	-
Rio Grande do Norte	44.784	41.883	2.901
Sergipe	81	81	-

Tabela 8. Movimentação internacional de passageiros em aeroportos do Nordeste e de seus estados em 2018. Fonte: Anuário estatístico de turismo do Ministério do Turismo, 2019.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares
Nordeste	**17.835.951**	**17.111.401**	**724.550**
Alagoas	1.085.245	1.035.201	50.044
Bahia	5.014.606	4.663.593	351.013
Ceará	3.394.772	3.311.402	83.370
Maranhão	934.823	919.418	15.405
Paraíba	790.873	749.670	41.203
Pernambuco	4.322.155	4.233.265	88.890
Piauí	538.396	509.231	29.165
Rio Grande do Norte	1.161.747	1.114.479	47.268
Sergipe	593.334	575.142	18.192

Tabela 9. Movimentação nacional de passageiros em aeroportos do Nordeste e de seus estados em 2018. Fonte: Anuário estatístico de turismo do Ministério do Turismo, 2019.

Os baixos índices socioeconômicos nos lugares que dispõem de espaços atraentes ao turismo são frequentemente utilizados para justificar as vantagens do investimento nesse setor. Porém, questionamos nessa pesquisa se essa atividade, nos moldes desenvolvimentistas com que geralmente se dá, traz efetivamente uma melhoria da qualidade de vida local.

Outro dado relevante para entendermos o contexto em que nossa área de estudo se insere diante desse crescimento do fluxo de pessoas no Brasil, tanto internacional quanto nacionalmente, é a comparação deste movimento no estado de Alagoas entre o intervalo examinado. Nas tabelas a seguir (Tabela 10 e Tabela 11) é possível visualizar os desembarques internacionais e nacionais para Alagoas no ano de 2012. Confrontando esses dados com os apresentados anteriormente sobre 2018, somos capazes de aferir que enquanto o turismo

brasileiro nesse período teve um aumento de aproximadamente 25% e 11% (em relação aos movimentos internacionais e nacionais, na devida ordem), Alagoas apresentou índices de quase 259% e 26,5%.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares
Brasil	9.368.195	9.123.707	244.488
Alagoas	2.655	985	1.670

Tabela 10. Movimentação internacional de passageiros em aeroportos do Brasil e de Alagoas em 2012.
Fonte: Anuário estatístico de turismo do Ministério do Turismo, 2013.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares
Brasil	85.471.710	83.203.074	2.268.636
Alagoas	857.943	830.086	27.857

Tabela 11. Movimentação nacional de passageiros em aeroportos do Brasil e de Alagoas em 2012.
Fonte: Anuário estatístico de turismo do Ministério do Turismo, 2013.

Ao analisarmos a próxima tabela (Tabela 12) referente aos dados sobre o número de empregos formais nas atividades características do turismo, mas agora mais próximo do nosso recorte, somos capazes de verificar que no estado de Alagoas esta atividade teve um crescimento ainda mais acentuado. O número total de trabalhadores desta área aumentou 31% entre o período considerado, porcentagem que corresponde a mais que o triplo da nacional (pouco mais de 9,2%) e a mais que o dobro da região Nordeste (aproximadamente 13,8%).

UF	2012	2018
Alagoas	9.526	12.480

Tabela 12. Número de empregos formais gerados pelo turismo no estado de Alagoas entre 2012-2018.
Fonte: Extrator de Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Ainda que o banco de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas (IPEA) não disponha dos números referentes aos empregos informais no recorte temporal aqui proposto, por meio da observação direta nos foi possível identificar uma forte presença de trabalhadores no mercado informal na Rota Ecológica. Essas observações serão expostas no quarto capítulo.

É importante ressaltar que, apesar do trabalho de campo ter sido realizado entre os anos de 2019 e 2021, os dados apresentados até aqui correspondem ao recorte temporal entre 2012-2018. Isso se deve à disponibilidade das informações encontradas que atendessem ao nosso perídio de análise (2012-2021).

No entanto, além do aspecto econômico não ser o único relevante quando nos tratamos da qualidade de um território, para que as potencialidades da atividade turística sejam exploradas da melhor forma possível – de modo a melhorar as condições gerais da vida, principalmente dos habitantes locais – faz-se necessária uma regulação atenta sobre todas as dimensões onde este setor pode causar interferência.

1.3. Globalização e turismo

A lógica da progressividade com que os números expostos no tópico anterior se movimentam ao longo desses períodos está vinculada ao processo de globalização. Fonteles (2004, p. 65) pontua que o surgimento desse fenômeno se deu na década de 1950 e intensificou-se na segunda metade da década de 1980, juntamente com a evolução nos meios de transporte e sistemas de informação e comunicação, justificando o salto nas estatísticas entre esses anos.

Assim, a globalização está diretamente associada à questão da mobilidade, do movimento de coisas, pessoas, informações, do capital financeiro. A velocidade aprimorada nas últimas décadas para que nos fosse possível transpor barreiras com uma maior facilidade fez com que sentíssemos que nenhuma cultura estaria longe o bastante para ser acessada, ou que nenhum local seria tão distante que não pudesse ser visitado; se não presencialmente, ao menos pelas telas de nossos dispositivos eletrônicos. De uma forma ou outra, o mundo globalizado interconecta todas as suas partes. Esse fenômeno é o que Stuart Hall (2005, p. 69) chama de "compressão espaço-tempo, a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância”.

Contudo, nem todos os músculos possuem a força motriz para realizar esse livre movimento, principalmente no que tange ao deslocamento físico de fato. Considerando o contexto de desigualdade socioeconômica experienciado em boa parte do globo, passagens e pacotes de viagem são privilégios de uma determinada parcela da população. A parcela que não possui esse acesso permanece fortemente vinculada ao local, à mercê das influências globais que podem agir localmente a qualquer momento.

> O que para alguns parece globalização, para outros significa localização; o que para alguns é sinalização de liberdade, para muitos outros é um destino indesejado e cruel. A mobilidade galga ao mais alto nível dentre os valores cobiçados — e a liberdade de movimentos, uma mercadoria sempre escassa e distribuída de forma desigual, logo se torna o principal fator estratificador de nossos tardios tempos modernos ou pós-modernos. (...) os efeitos dessa nova condição são radicalmente desiguais. Alguns de nós tornam-se plena e verdadeiramente "globais"; alguns se fixam na sua "localidade" — transe que não é nem agradável nem suportável num mundo em que os "globais" dão o tom e fazem as regras do jogo da vida. Ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social. (...) as localidades estão perdendo a capacidade de gerar e negociar sentidos e se tornam cada vez mais dependentes de ações que dão e interpretam sentidos, ações que elas não controlam (BAUMAN, 1999, p. 7-8).

Ainda que consideravelmente estejam confinados em seu território, os indivíduos localizados não deixam de receber diariamente a intervenção dos fenômenos da globalização, seja por meio dos veículos de mídia ou pelos contatos e interferências eventuais, a cultura global acaba inevitavelmente permeando todas as localidades.

Analisando no sentido contrário, até o mais globalizado dos cidadãos, com recursos suficientes para ter acesso irrestrito a qualquer lugar do mundo, possui referências culturais que o ligam diretamente a um ou mais locais específicos do globo, seja por vínculos de origem, identificação, pelas tradições que carrega e que provêm de uma determinada região, entre outros.

> Todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos. Elas têm (...) suas "paisagens" características, seu senso de "lugar", de "casa/lar", bem como suas localizações no tempo - nas tradições inventadas que ligam passado e presente, em mitos de origem que projetam o presente de volta ao passado, em narrativas de nação que conectam o indivíduo a eventos históricos nacionais mais amplos, mais importantes. (...) Nas sociedades pré-modenas, o espaço e o lugar eram amplamente coincidentes, uma vez que as dimensões espaciais da vida social eram, para a maioria da população, dominadas pela presença, por uma atividade localizada. A modernidade separa, cada vez mais, o espaço do lugar, ao reforçar relações entre outros que estão ausentes, distantes (em termos de local), de qualquer interação face-a-face. Nas condições da modernidade, os locais são inteiramente penetrados e moldados por influências sociais bastante distantes deles (HALL, 2005, p. 71–72).

Assim, não se pode falar nem em uma localização exclusiva, nem em uma completa globalização. O termo "glocalização", utilizado por Bauman, como a unidade entre as pressões da globalização e os locais, é o que melhor traduziria a situação, sendo definido pelo autor como "o processo de concentração de capitais, das finanças e todos os outros recursos de escolha e ação efetiva, mas também — talvez sobretudo — de concentração da liberdade de se mover e agir (duas liberdades que para todos os efeitos práticos são sinônimas)" (BAUMAN, 1999, p. 70).

No contexto do turismo esse fenômeno pode ser facilmente percebido, principalmente quando o local receptor costumava ser constituído por pequenas vilas de moradores que sobreviviam a partir de uma economia baseada no setor primário e, após ganhar visibilidade turística, passam a receber fluxos de pessoas provenientes de todos os lugares do mundo. Para atender a essa nova demanda, surgem investidores oriundos de diversas origens, prontos para construir seus empreendimentos. Hotéis, resorts, pousadas, condomínios começam a fazer parte da paisagem.

O capítulo que se encerra teve como finalidade demonstrar a relevância econômica com que a atividade turística tem se desenvolvido no país e, o destaque que o Nordeste e, dentro dele, o Estado de Alagoas, tem apresentado nesse processo. Além disso, contextualizamos o turismo enquanto mercado impulsionado pelo fenômeno da globalização, introduzindo como a mobilidade de agentes e capitais, característica da sociedade global, interfere nas comunidades mais localizadas. Essas ideias e conceitos serão amplamente empregados ao longo do trabalho para analisar os efeitos decorrentes dessa sobreposição.

O turismo torna-se uma nova opção de fonte de renda, onde a população local é inserida como mão-de-obra barata, ocupando os cargos mais mal remunerados. Porém, a coexistência com esse novo mercado, com as novas relações sociais e seus agentes modeladores, tem implicações muito mais diversas para esses moradores, não se restringindo às de caráter econômico, sobretudo quando se trata das remodelações quanto aos vínculos entre esses habitantes e o território. No capítulo seguinte, discorreremos sobre como esse setor pode afetar a relação entre indivíduo-território nos distintos aspectos (econômicos, culturais e políticos) que nos propomos a observar.

2. DIMENSÕES DA RELAÇÃO INDIVÍDUO – TERRITÓRIO

Uma abordagem que nos ajuda a entender como esse processo de globalização vem acentuando as práticas e as consequências da atividade turística é o conceito de territórios-rede. Para situar a relevância que esse termo terá para elaboração deste trabalho, comecemos pela definição de território que utilizaremos parcialmente aqui. Assim como Maurice Godelier (1984, p. 10), denominaremos "território a porção da natureza e do espaço que uma sociedade reivindica como o lugar em que seus membros encontrarão permanentemente as condições e os meios materiais de sua existência".

Dizemos que a utilização desse conceito será apenas parcial, pois, com a crescente ampliação das conexões no mundo moderno (incluindo as espaciais, sociais, econômicas, culturais e políticas), os indivíduos não se encontram mais necessariamente vinculados a um território geográfico para encontrar os seus meios de sobrevivência. Ainda assim, as comunidades mais tradicionais ainda possuem uma ligação forte com o território. Muitas delas, utilizando amplamente os recursos materiais da natureza e do espaço para o sustento como, por exemplo, através da agricultura e da pesca.

Nesta pesquisa, empregaremos o conceito de território considerando tanto o ponto de vista econômico como também os de ordem política e cultural, na tentativa de compreendê-lo de uma forma mais integrada. Essas três perspectivas estão indissociavelmente presentes na construção e ressignificação de espaços territoriais, tornando-os produtos híbridos das inter-relações entre esses aspectos.

> Fica mais evidente neste ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e "idealidade", numa complexa interação tempo-espaço (...). Tendo como pano de fundo esta noção "híbrida" (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2009, p. 79).

Os locais vêm se tornando cada vez mais acessíveis e acessados a partir da evolução dos meios de transporte e dos "deslocamentos" virtuais proporcionados pelas redes do "ciberespaço". Essa acessibilidade permite que os grupos sociais que detém dos recursos da mobilidade (e do capital) possam usufruir dos mais distintos lugares de diferentes formas. Como, por exemplo, através do investimento e da instalação de negócios em um determinado local que apresenta as características rentáveis necessárias para abrigá-lo. Esse conceito de

mobilidade é “um dos fenômenos mais frequentemente ligados à desterritorialização” (HAESBAERT, 2009, p. 237).

Segundo o geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2009), desterritorialização significa a perda de controle sobre as fronteiras que delimitam o seu território, sobre os recursos (materiais ou imateriais) nele disponíveis. A precarização das condições básicas de vida dos habitantes ou ainda a negação de sua expressão simbólica-cultural são exemplos de como se dá a desterritorialização.

Do ponto de vista desta teoria, a ligação entre mobilidade e desterritorialização é resultado do fato de: uma pessoa que possui maior capacidade de deslocamento e ação sobre um território que não é o seu de origem, e com o qual não possui laços de pertencimento ou de intrínseca dependência social e material, se constituir como um potencial agente desterritorializador. Essa teoria poderia ser aplicada, tendo como exemplo, o caso de um empresário estrangeiro do ramo construtivo que se instala em uma região em desenvolvimento, porém ainda consideravelmente precária, um empreendimento residencial de luxo que segregaria espacialmente os moradores locais, desterritorializando-os.

Porém, essa teoria que vincula diretamente mobilidade-desterritorialização tem sido bastante debatida. Para entendermos melhor esse debate, precisamos esclarecer os conceitos de dominação e apropriação territorial. No exemplo do empresário, caso este agente instale sua construção sem nenhuma responsabilidade com o território e com seus habitantes, ou o administre praticamente de forma não presencial através dos novos meios de comunicação ou ainda da terceirização de funções, sem possuir nenhum vínculo com o local, a não ser pela questão do retorno financeiro que aquele espaço lhe proporciona, diríamos que a relação entre esse indivíduo e o território é exclusivamente de dominação.

Já a apropriação parte de questões mais subjetivas de identificação entre o sujeito e o espaço apropriado. Sentir-se parte de um lugar, utilizar e valorizar suas referências culturais e simbólicas. Claramente, podem existir variações entre os graus com que os indivíduos se apropriam e/ou dominam o território de acordo com seus interesses e propósitos depositados sobre aquele lugar. Mas quando tratamos das dinâmicas de poder que envolvem o espaço turístico como mercadoria e produto a ser comercializado, as intervenções de agentes extraterritoriais se dão majoritariamente por meio da dominação funcional dos aspectos ali encontrados, a fim de extrair o máximo de lucro em seus investimentos.

> Poderíamos dizer que o território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação

> político-econômica mais "concreta" e "funcional" à apropriação mais subjetiva e/ou "cultural-simbólica". Embora seja completamente equivocado separar estas esferas, cada grupo social, classe ou instituição pode "territorializar-se" através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com os "seus" espaços, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo. Não é preciso dizer que são muitos os potenciais conflitos a se desdobrar nesse jogo de territorialidades. Assim, de acordo com o grupo e/ou classe social, o território pode desempenhar os múltiplos papéis de abrigo, recurso, controle e/ou referência simbólica. Enquanto alguns grupos se territorializam numa razoável integração entre dominação e apropriação, outros podem estar territorializados basicamente pelo viés da dominação, num sentido mais funcional, não apropriativo (HAESBAERT, 2009, p. 95-96).

Desse ponto de vista relacional, onde o controle territorial é determinante na caracterização dos eventos, teríamos uma territorialização - referente às vias econômicas - dos sujeitos hegemônicos externos que passam a interferir localmente. Por sua vez, essa interferência propiciada pelo capital móvel desses atores privilegiados, se manifestada unicamente pelo viés da dominação, terá consequências diretas nas formas de apropriação preexistentes, visto que, o mesmo espaço passa a ser disputado pelas distintas práticas, muitas vezes incompatíveis, de obtenção de recursos.

As disputas que decorrem desse processo, envolvendo grupos em posição de desigualdade, desencadeiam em perdas e restrições dos antigos, e mesmo dos novos modelos, de controle e uso que a população local dispõe para retirar as condições materiais e imateriais do ambiente vivenciado. Os efeitos sentidos pelos habitantes, desprovidos da mobilidade típica das elites e estreitamente dependentes da realidade imediata, são essencialmente desterritorializantes.

> (...) assim como a territorialização pode ser construída no movimento, um movimento sobre o qual exercemos nosso controle e/ou com o qual nos identificamos, a desterritorialização também pode ocorrer através da "imobilização", pelo simples fato de que os "limites" de nosso território, mesmo quando mais claramente estabelecidos, podem não ter sido definidos por nós e, mais grave ainda, estar sob controle ou o comando de outros (HAESBAERT, 2009, p. 236-237).

Todavia, lógicas e contramovimentos no sentido de retomar o controle podem surgir dessa classe desterritorializada, que, a depender do nível de organização interna e das estratégias criadas, amortecem em maior ou menor grau os impactos experienciados. Essas táticas e associações dos residentes para resistir e/ou adaptar-se ao cenário desses conflitos, serão denominadas como reterritorializantes.

> O que importa aí é quem delimita ou controla o espaço de quem, e as consequências deste processo. Neste caso, deter o controle seria territorializar(-se). Perder o controle

> seria desterritorializar(-se). Quando somos nós que definimos o território dos outros, de forma imposta, eles não estão de fato se territorializando, pois ser "territorializado" por outros, especialmente quando completamente contra a nossa vontade e sem opção, significa desterritorializar-se. Assim, "reterritorialização" implica um movimento de resistência – à desterritorialização imposta pelo movimento de territorialização comandado por outros (HAESBAERT, 2009, p. 262-263)

Os conceitos discutidos até aqui serão amplamente utilizados para a análise das evidências encontradas em campo, configurando-se como ferramentas analíticas na interpretação dos eventos que se originaram das práticas turísticas, sejam eles de ordem econômica, cultural ou política. Veremos a seguir, com maior aprofundamento, como as repercussões do turismo podem ser manifestadas nesses diferentes aspectos da relação entre indivíduo e território.

A organização em tópicos dessas dimensões tem como intuito dar o foco necessário a cada um desses temas que englobam a questão territorial separadamente, mas será possível notar no quarto capítulo que por vezes esses aspectos se confundirão por estarem fortemente associados uns aos outros.

2.1. Aspectos econômicos

Partindo do viés econômico, o território é a combinação do meio físico e das atividades que nele se desenvolvem. A distribuição dos recursos para que os atores possam influenciar nessa dinâmica e se beneficiarem das propriedades físicas, econômicas e sociais do espaço é o que vai definir o grau de desigualdade social presente em um local. Logo, o espaço é também o palco da disputa de poderes.

> (...) o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que as compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria tanto a dos recursos dos quais eles dependem (HAESBEART, 2002, p. 69).

Dessa forma, os impactos econômicos podem também ser visualizados através da maneira como o espaço está ordenado, quem são os atores que se apropriam dele, por quem são utilizados, a quem são negados o acesso. Dentro do panorama do turismo, os ambientes que são criados para acolher esta atividade em um dado território, podem ser identificados na figura dos condomínios habitacionais, resorts, hotéis, restaurantes e áreas destinadas a eventos para os turistas.

A inserção desses empreendimentos dispendiosos é muitas vezes protagonizada por gestores do mercado imobiliário, grandes construtoras e seus membros pertencentes a uma elite extraterritorial sempre atenta e disposta a abraçar as oportunidades de obtenção de lucro, independente de quão distantes estejam as áreas que receberão seus investimentos. Afinal de contas, a presença do proprietário não é necessária para o funcionamento da empresa quando a garantia da rentabilidade da sua aplicação é mediada por encarregados nomeados, dispositivos tecnológicos que viabilizam as transações monetárias e um bom equipamento de segurança.

> Em contraste com os ausentes proprietários fundiários do início dos tempos modernos, os capitalistas e corretores imobiliários da era moderna recente, graças à mobilidade dos seus recursos agora líquidos, não enfrentam limites reais o bastante — sólidos, firmes, resistentes — que obriguem ao respeito. Os únicos limites que se poderiam fazer sentir e respeitar seriam aqueles impostos administrativamente sobre o livre movimento do capital e do dinheiro (BAUMAN, 1999, p. 16).

Essa nova elite globalizada não tem um endereço fixo, não habitam permanentemente um único espaço, podem estar ao mesmo tempo usufruindo e retirando recurso de várias localidades sem sair do lugar. A facilidade com que o capital pode circular, a falta de barreiras que este encontra para localizar-se, propiciam esse distanciamento onde, em muitos dos casos, o investidor nem ao menos conhece ou tem contato com a realidade total do local onde deposita seus recursos. Nas palavras de Bauman “a nova elite não é definida por qualquer localidade: é em verdade e plenamente extraterritorial” (BAUMAN, 2003, p. 53).

Essa distância praticável por conta da mobilidade que esses agentes têm em relação a si mesmos e ao seu patrimônio, distancia também qualquer vínculo, obrigação ou cuidado ao instalar seus empreendimentos nessas áreas com as quais não mantém nenhuma relação que não a de dominação. Esses descasos podem ser apercebidos tanto pela forma como esses projetos segregam socioespacialmente a população local, como na desvinculação referente a qualquer responsabilidade sobre a manutenção e perpetuação das condições gerais da vida cotidiana existente, ou ainda nos elos empregatícios (BAUMAN, 1999). Por esses motivos, esses sujeitos também podem ser entendidos como desterritorializantes.

No que diz respeito à segregação socioespacial, ela pode ser sentida não só na forma como essas estruturas se comunicam materialmente – ou evitam a comunicação – com seu entorno, mas também subjetivamente na mensagem que representam.

Materialmente falando, o envoltório dessas edificações é lacrado por muros fechados, cercas, câmeras de segurança. Todo o aparelhamento necessário para dar o seu tom hostil aos que se encontram do lado de fora. O que essa separação representa não é senão o aviso

escancarado da estratificação espacial de diferentes realidades socioeconômicas, onde os que possuem os dispositivos para abrigar-se dentro dessas construções em busca de atributos como liberdade e segurança, o fazem excluindo aqueles que ocupam outras classes e não conseguem custear esses privilégios. Esses sujeitos são personificados na figura do vagabundo, do outro.

> Um mundo sem vagabundos é a utopia da sociedade dos turistas. A política da sociedade dos turistas pode ser em grande parte explicada — como a obsessão com "a lei e a ordem", a criminalização da pobreza (...) etc. — como um esforço contínuo e obstinado para elevar a realidade social, contra todas as evidências, ao nível dessa utopia (BAUMAN, 1999, p. 96).

A segregação socioespacial é acentuada quando a região começa a passar por uma especulação imobiliária devido à valorização da terra, o que acaba tornando inviável a permanência dos residentes iniciais no local. Isso também leva ao surgimento de novos comércios especializados com produtos e experiências a preços elevados para suprir as necessidades de consumo da classe à qual pertencem os visitantes, que não condizem com a realidade dos moradores.

> (...) na formação dos centros turísticos, a população nativa é frequentemente afastada de seu local de moradia e da atividade de origem. Isto se dá das mais diversas formas, seja fisicamente, vendendo sua terra e deslocando-se para outro lugar; seja participando informal e marginalmente da economia (SILVA E OLIVEIRA, 2012, p. 153).

Na conjuntura do turismo praiano, como é o caso do campo onde está inserido o objeto deste trabalho, a instalação desses empreendimentos é feita geralmente ao longo da faixa litorânea, chegando algumas vezes, inclusive, a estender os limites da propriedade até à zona de praia que ela alcança, tornando-a privativa (como é o caso de muitas praias em Angra dos Reis no Rio de Janeiro e mesmo a Praia de Hibiscus, localizada em Alagoas) mesmo que esta ação não encontre amparo constitucional[1].

---

[1] A Carta Magna, através do artigo 20, enumera os bens públicos que pertencem à União e o Código Civil, em seu 99º artigo, classifica estes bens públicos subdividindo-os em três modalidades: dominicais, de uso especial e os bens de uso comum do povo, sendo as praias marítimas alocadas nesse último grupo. Mais recentemente, na edição da Lei 7.661/88 da Constituição com o intuito de instauração do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, foi estabelecido em seu décimo artigo que não é permitida a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo na zona costeira que impeça ou dificulte o acesso e uso comum desta área.

Além disso, ainda que não privatizem de fato a praia, as extensas faixas formadas pelos muros dessas edificações passam a ser empecilhos para que se acesse o mar. Quando este tipo de interferência ocorre em uma região que tem na pesca uma das principais atividades econômicas, acaba por interferir na dinâmica pré-existente entre o morador e seu território, que tinha no acesso e apropriação deste último sua fonte de recursos materiais para sobrevivência; ou seja, desterritorializando-o.

Segundo Zygmunt Bauman, essas novas tendências:

> (...) que efetivamente se livram do tempo e do espaço precisam de pouco tempo para despir e empobrecer o espaço. (...) fazem com que todos aqueles que não podem acompanhar nem deter os novos hábitos nômades do capital observem impotentes à degradação e desaparecimento do seu meio de subsistência e se indaguem de onde surgiu a praga. As viagens globais dos recursos financeiros são talvez tão imateriais quanto a rede eletrônica que percorrem, mas os vestígios locais de sua jornada são dolorosamente palpáveis e reais: o "despovoamento qualitativo", a destruição das economias locais outrora capazes de sustentar seus habitantes, a exclusão de milhões impossíveis de serem absorvidos pela nova economia global (BAUMAN, 1999, p. 74).

Em relação aos moradores que passam a trabalhar para essa elite no setor do turismo, — seja em hotéis, restaurantes, pousadas, etc. — esses podem ainda encontrar-se em circunstâncias precárias. Primeiramente, passam a ocupar os cargos menos remunerados, já que as outras funções disponíveis costumam apresentar alguns requisitos, como a capacitação profissional.

Capacitação esta que comumente não é ofertada nas proximidades da região e/ou demanda um investimento financeiro, sendo de difícil aquisição para os indivíduos mais localizados e com poucos meios.

A situação agrava-se quando consideramos a sazonalidade com que o turismo tende a acontecer. No caso do tipo litorâneo, por exemplo, concentrando seus fluxos no período do verão. Essa estacionalidade aliada a crescente flexibilização das relações empregatícias cria um cenário de instabilidade para aqueles que atuam nessa área. Esse quadro gera um sentimento constante de incerteza sobre o futuro e de insegurança, de perda de controle sobre a forma de assegurar suas condições materiais.

Bauman (2005) coloca que, quando a ameaça da mudança é decidida unilateralmente por parte dos que possuem os meios de produção e paira constantemente sobre a cabeça daqueles que dependem destes meios, as chances de surgir desse conflito uma resistência forte, organizada e solidária são mínimas. Podendo levar a um estado de conformação induzida.

2.2. Aspectos culturais

A apropriação de um lugar enquanto relação que vai além do usufruto dos fatores materiais disponíveis no território pelo indivíduo, também confere outros aspectos mais subjetivos a quem a pratica. Os vínculos criados a partir das interações com o espaço e com seus coabitantes influenciam na identidade de quem os experiencia. Essa visão é defendida por Stuart Hall (2006, p. 70), ao passo que coloca as implicações da globalização nessa estrutura de formação identitária geolocalizada, declarando que o "impacto da globalização sobre a identidade é que o tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação".

Compartilhando dessa perspectiva, afirma Milton Santos:

> O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p. 14).

Isso nos mostra que o território usado carrega também aspectos culturais de um grupo que dele se apropria e utiliza. Uma conceituação que demonstra a relevância dessa relação cultural-simbólica entre indivíduo e lugar é a de territorialidade.

> Um aspecto importante a ser lembrado neste debate é que, mais do que território, territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural. Territorialidade além da acepção genérica ou sentido lato, onde é vista como a simples "qualidade de ser território", é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território. (...) Isto significa que o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política (HAESBAERT, 2009, p. 74).

Com a globalização e o consequente encurtamento do tempo para que se percorram as distâncias através dos aprimorados meios de transporte, esses grupos com referências culturais locais começam a trocar mais fácil e rapidamente esses referenciais com os de outros povos e localidades. A distância, enquanto produto social, é variável referente a velocidade com que pode ser superada. Comparado ao contato cultural proporcionado por esses atalhos espaço-temporais, as fronteiras estatais e as barreiras das identidades coletivas locais funcionam em segundo plano quanto à manutenção, constituição e reprodução desses limites identitários (BAUMAN, 1999, p. 17).

As cartas que correspondem às identidades territoriais, vinculadas às suas crenças, mitos, línguas e tradições, são embaralhadas não só pelos ventos cortados pelos aviões e automóveis que vencem as distâncias e desdenham do tempo, mas também pelas redes que conectam o mundo sem a necessidade do deslocamento físico. Os veículos de informação, por meio das estradas digitais da internet e dos sinais de tv, são fortes conectores culturais.

> A distância, outrora a mais formidável das defesas da comunidade, perdeu muito de sua significação. O golpe mortal na "naturalidade" do entendimento comunitário foi desferido, porém, pelo advento da informática: a emancipação do fluxo de informação proveniente do transporte dos corpos. A partir do momento em que a informação passa a viajar independente de seus portadores, e numa velocidade muito além da capacidade dos meios mais avançados de transporte (como no tipo de sociedade que todos habitamos nos dias de hoje), a fronteira entre o "dentro" e o "fora" não pode mais ser estabelecida e muito menos mantida (BAUMAN, 2003, p. 19).

A comunidade mencionada por Bauman se confunde com a descrita por Hall (2005) quando fala das "comunidades imaginadas". Como descreve o autor, para a constituição de uma cultura que represente uma nação são necessários: "o desejo por viver em conjunto, as memórias coletivas do passado e a perpetuação da herança". Afirma isso frisando que aqui, a palavra nação não só corresponde a totalidade de um estado-nação, mas também a algo anterior, como "a comunidade local, um domicílio, uma condição de pertencimento" (HALL, 2005, p. 58).

Essas coletividades são aquelas geralmente relacionadas a um determinado território, menores e mais localizadas, que compartilham entre si as tradições, representações, valores em comum e o entendimento mútuo que foram concebidos e perpetuados ao longo da sua existência. Idealmente, o comunitarismo requerido para a vivência em comunidade implica certas obrigações, como a fraternidade, compromissos a longo prazo e o compartilhamento entre seus membros sem distinção. Esses laços são, por vezes, construídos no intuito de que a união consiga suprir as angústias e inseguranças cotidianas que individualmente não poderiam ser supridas, sejam elas materiais ou anímicas.

O advento da globalização fez com que se expandisse a visibilidade e o que acesso aos territórios detentores de particularidades atraentes ao turismo, mesmo os mais isolados, se tornassem maiores. A conectividade entre esses espaços cria redes de permeabilidade socioespacial, fazendo com que comecem a coexistir diferentes culturas, como por exemplo, as "comunidades éticas" e as "comunidades estéticas" (BAUMAN, 2003).

Estas últimas seriam representadas pela elite globalizada, extraterritorial. Esses indivíduos são os que dispõem de maior mobilidade para visitar, conhecer e usufruir dos

benefícios da globalização. Estão em constante movimento e, por isso, dificilmente se vinculam territorialmente a algum lugar. O que o estilo de vida dessa elite cosmopolita celebra é o não pertencimento, as desamarras das obrigações com o território. A disponibilidade de recursos individuais e a impermanência faz com que, nem necessitem, nem estejam aptos, a criar os laços mais duradouros característicos das comunidades imaginadas ou comunidades éticas.

> (...) uma parte integrante da ideia de comunidade é a "obrigação fraterna" de partilhar as vantagens entre seus membros, independente do talento ou importância deles. Esse traço por si só faz do "comunitarismo" "uma filosofia dos fracos". E os "fracos", diga-se, são aqueles indivíduos de jure que não são capazes de praticar a individualidade de facto, e assim são postos de lado se e quando a ideia de que as pessoas merecem o que conseguem obter por seus próprios meios e músculos (e não merecem nada mais que isso) toma o lugar da obrigação de compartilhar (BAUMAN, 2003, p. 56).

Ao contrário do que ocorre na comunidade imaginada, a individualidade é um dos traços que esses membros da elite globalizada carregam, e que mais valorizam. Adeptos aos ideais da meritocracia, e já muito bem localizados nesse sistema de "méritos", não há nenhuma vantagem originária do comunitarismo que não possa ser adquirida por seus cartões de crédito. Na verdade, associar-se a um modo de vida comunitário, com todas as suas obrigações coletivas e demandas de solidariedade, seria o oposto de vantajoso. Significaria uma considerável perda de suas liberdades individuais.

Para exercer essa liberdade, é necessário que haja segurança. Afinal de contas, a liberdade sem segurança é o equivalente a estar abandonado a qualquer tipo de infortúnio, e estar, de fato, pouco livre (BAUMAN, 2003). Nas comunidades localizadas, essa proteção é naturalmente desenvolvida e reforçada pelas responsabilidades e reconhecimentos mútuos, mas não sem que uma parte da liberdade individual seja sacrificada. Além do mais, esses vínculos de pertencimento demandam tempo no lugar, o que é inviável para a elite em trânsito.

O dilema dos globais é: como garantir a segurança sem possuir vínculos fixos e sem abrir mão da liberdade e da individualidade? A solução para essa questão é resolvida artificialmente através do distanciamento. Cercas, câmeras e portarias são alguns dos dispositivos utilizados para manter-se isolados do perigo. As comunidades cercadas admitem e asseguram dentro de seus muros qualquer um que tenha as condições para pagar seu preço, não mais cobrados em concessões de liberdade, mas em moeda. Os hotéis, resorts e condomínios fechados representam exemplos desse modelo de abrigo para os turistas.

> O que eles precisam é isolar-se da localidade, agora despojada de significado social, (...) e assim reduzida a terreno meramente "físico". Precisam também da segurança

> desse isolamento — uma condição de “não vizinhança”, de imunidade face a interferências locais, um isolamento garantido, invulnerável, traduzido como “segurança” das pessoas, de seus lares e *playgrounds.* A desterritorialização do poder anda de mãos dadas, portanto, com a estruturação cada vez mais estrita do território (BAUMAN, 1999, p. 24).

Nas práticas do turismo, essa segurança buscada pelo isolamento espacial através do consumo desses abrigos temporários tende a destituir o território das suas características mais imateriais. As comunidades estéticas que frequentam o interior desses muros não possuem vínculos culturais concretos associados àqueles espaços, a não ser o vínculo de pertencerem à mesma classe econômica. O espaço é consumido somente enquanto mercadoria.

Adotaremos neste trabalho a concepção de que esses indivíduos localizados — aqueles mais ligados ao território e, portanto, mais territorializados — não estão completamente livres da “hibridização” cultural das elites globalizadas, independente de seu contato físico com essas. Afinal, os símbolos e produtos culturais são difundidos e comercializados pelos meios de comunicação. “A periferia também está vivendo seu efeito pluralizador, embora num ritmo mais lento e desigual” (HALL, 2005, p. 80).

As identidades — antes unificadas e localizadas, modeladora das identidades nacionais que definiam um grupo em particular — são também agora globalizadas. Formadas a partir de retalhos de diversas referências culturais, provenientes das mais variadas partes do mundo, desterritorializadas e reterritorializadas em diferentes graus.

O consumismo é um dos aspectos dessa nova identidade, funcionando como um dos formadores da mesma. Na sociedade global, a cultura é transformada em produtos dispostos nas prateleiras. Representações originárias dos sete cantos do planeta estão acessíveis para a aquisição. Somos, inclusive, a todo momento, incentivados a consumi-las. A disponibilidade desses “supermercados de culturas”, por mais diversos que sejam e, justamente por isso, levam a “homogeneização cultural”.

> Os fluxos culturais, entre as nações, e o consumismo global criam possibilidades de "identidades partilhadas"- como "consumidores" para os mesmos bens, "clientes" para os mesmos serviços, "públicos" para as mesmas mensagens e imagens – entre pessoas que estão bastante distantes umas das outras no espaço e no tempo. A medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural (HALL, 2005, p. 74).

A localidade também é convertida em mercadoria. Particularidades e estilos de vida próprios de grupos, por mais isolados e localizados que estejam, viram nichos mercadológicos.

Junto com a homogeneização cultural, há também uma tendência à mercantilização étnica e das singularidades, um novo tipo de interesse pelo local. A diferença vende. Tendo isso em vista, é mais lógico pensarmos não na substituição do local pelo global, mas nessa nova articulação que existe entre eles na transformação das identidades. A problemática que se coloca diante desse cenário de intensa interação entre essas culturas é que a capacidade de escolher e consumir os privilégios dessas identidades multiculturais é muito maior para os globalizados do que para os localizados (HALL, 2005). Os próprios espaços que são feitos para a elite global não são acessíveis para os locais.

O grau com que os princípios da individualidade e do consumismo permeiam as comunidades mais territorializadas podem modificar as dinâmicas das relações sociais entre aqueles indivíduos e destes com o ambiente compartilhado. Relações estas que ainda possuem seus traços de vivência comunitária, tanto pelos vínculos que esses grupos mantêm com o território e seus coabitantes, como por ainda se apoiarem nestes laços para suprirem as desprovisões individuais.

Um modelo de estrutura do turismo que pode ser consideravelmente "desterritorializante" é aquele que somente vende algumas das particularidades, mas não realça ou valoriza a cultura local de fato. Não a insere em seu roteiro como qualidade inerente ao lugar e invisibiliza as práticas, os rituais e a realidade social presente, fazendo muitas vezes com que estas se esvaiam ao longo do tempo.

> O necessário é o reconhecimento de que a população local é parte da herança e, portanto, merece proteção tanto quanto os aspectos do destino do turismo, ou seja, o ambiente. As relações humanas são importantes, já que o excesso de turismo pode ter repercussões problemáticas: transformar a hospitalidade típica de muitos países em práticas comerciais leva os fatores econômicos a suplantarem o relacionamento com esse pessoal. Os efeitos posteriores podem ser o aparecimento do comportamento consumista, o declínio da moral, a mendicância, a prostituição, o consumo de drogas, a perda de dignidade e a frustração em não poder satisfazer as suas necessidades. No entanto, seria errado culpar o turismo por todos esses problemas, que também estão ligados às mudanças sociais que afetam as comunidades no processo de modernização (LICKORISH, 2000 *apud* AGNOL, 2012).

A forma como se dará essa coexistência, e até mesmo a convergência dessas culturas, vai depender de como a atividade turística está econômica, espacial, política e midiaticamente estruturada, de que forma os símbolos daquele lugar e daquela cultura estão sendo empregados na promoção do turismo e quais as maneiras com que a população se beneficia, ou não, dessas táticas mercadológicas, como se dá o contato e o acesso às novas práticas culturais presentes e como as antigas tradições sobrevivem em meio a esse mercado.

Esses serão os aspectos que procuraremos observar no campo para identificar quais estão sendo as consequências que este setor vem trazendo para os vínculos culturais dos habitantes locais com seu território. Para que esses impactos sejam evidenciados, os dados coletados sobre a situação atual serão sempre contrastados com a situação que antecedia a inserção do turismo na localidade.

2.3.Aspectos políticos

Entre os aspectos relevantes referentes ao território, encontra-se ainda a dimensão política. Muitas das consequências da globalização nesse âmbito partem da vulnerabilidade da política frente ao livre movimento do capital e dos que o detém. A economia, na sociedade global, sobrepõe-se à esfera política (BAUMAN, 2005). A poder vinculado à extraterritorialidade permeia os territórios locais através do capital, tendo os meios de comunicação como facilitadores.

> É fundamental, portanto, dentro dos processos de globalização econômica, discutir o papel do chamado ciberespaço no enfraquecimento do domínio ou da "soberania territorial" dos Estados e, consequentemente, de suas fronteiras. O ciberespaço é central tanto na compressão da fluidez financeira e da fragilização das fronteiras quanto da aceleração dos processos de "hibridização" cultural. Tendo o cuidado de não cair num "determinismo tecnológico", é indispensável reconhecer o papel crescente das tecnologias informacionais nos processos de des-territorialização (HAESBAERT, 2009, p. 205).

Entendendo que a desterritorialização é o processo da perda de controle dos recursos e das fronteiras territoriais, e considerando a formação de territórios-rede a partir da evolução tecnológica, é plausível afirmar que a inserção cada vez maior de novos agentes turísticos aliada a falta de regulamentação e aumento da flexibilidade referente às atividades por eles desenvolvidas, ocasiona uma perda significativa do controle nacional/estatal/municipal sobre o território.

Essa perda de controle estatal não é necessariamente uma perda de poder em si, mas pode ser também vista como uma conivência generalizada ou ainda uma dificuldade de controlar as influências dos atores extraterritoriais sobre o espaço administrado. Por exemplo: é o Estado o responsável pela implementação da infraestrutura que auxilia a fluidez da atividade turística, como transporte, saneamento, energia, comunicações, etc. Infraestrutura essa que, antes de ser necessária para atender o setor turístico, são condições básicas para qualquer urbanização que vise os direitos fundamentais e qualidade de vida dos residentes.

Esse desenvolvimento local, principalmente em cidades de pequeno porte, só vem a se instalar mediante os interesses que procuram a estruturação necessária para recepção do turismo, às vezes pela própria iniciativa do governo local. Logo, constatamos que o Estado moderno não representa uma instituição neutra ou desprovida de poder. Ele também carrega as ideologias e interesses das classes dominantes, aumentando assim, sua capacidade desterritorializadora.

> Outro aspecto relevante é o papel da ideologia difundida pelo Estado no processo de produção e consumo do espaço. Poderíamos admitir que o apelo ao turismo como propulsor do desenvolvimento dos lugares, por intermédio, principalmente, da construção da imagem turística - como é o caso verificado na promoção do turismo de *"sol e mar"* no Nordeste - constitui um artifício ideológico veiculado como consenso pelo Estado como sendo uma representação de um interesse geral da sociedade. No entanto, verifica-se que o Estado, por sua natureza intrínseca, não constitui uma instância autônoma e neutra em relação aos interesses divergentes dos diversos grupos sociais, mas uma representação dos interesses econômicos e políticos hegemônicos em um determinado contexto sócio-espacial (PAIVA, 2010, p. 4).

Entretanto, o Estado também cumpre um papel reterritorializador na medida em que é ele o responsável oficial pelo controle – ainda que enfraquecido – dos fluxos. É ele que permite, de acordo com o interesse de seus governantes, que dificilmente convergem com as necessidades e os interesses da população, uma maior ou menor abertura para os agentes externos que procuram se instalar dentro daquele território. Também é o Estado que pode criar políticas de incentivo à cultura local, ou propagar a cultura externa; criar regulamentações que limitem e ordenem a dominação do território por empreendimentos que segregam a população, ou facilitar a implementação destes.

> O que podemos depreender destas reflexões sobre a ambiguidade de um papel reterritorializador ou desterritorializador do Estado é que (...) ele carrega sempre, indissociavelmente, o papel de destruidor de territorialidades previamente existentes, mais diversificadas, e a fundação de novas, em torno de um padrão político-administrativo mais universalizante (HAESBAERT, 2009, p. 198-199).

Um outro impacto trazido pela globalização, e pela consequente inserção de uma elite dominante que passa a ter poderes sobre às decisões locais, é o enfraquecimento do engajamento e da influência da população. No turismo, isso pode ser desencadeado por meio de duas origens. Umas delas é que, caso esse setor venha a se tornar a principal fonte de renda da comunidade local, esta pode se ver apreensiva quanto a engajar-se em manifestações que reivindiquem melhorias frente aos frágeis laços da flexibilização trabalhista a qual começam a

estar sujeitas. Especialmente quando os membros da comunidade são excluídos do processo oficial de decisão e planejamento turístico.

> (...) os empregados, os fornecedores e os porta-vozes da comunidade não têm voz nas decisões que os investidores podem tomar; e que os verdadeiros tomadores de decisão, as "pessoas que investem", têm o direito de descartar, de declarar irrelevante e inválido qualquer postulado que os demais possam fazer sobre a maneira como elas dirigem a companhia (BAUMAN, 1999, p. 12).

A segunda origem diz respeito a uma questão ligada também a fatores culturais. Caso a individualidade disseminada pela cultura da elite globalizante chegue a ser em algum grau incorporada pela comunidade local, a possibilidade de engajamento entre seus membros também diminui. Afinal, na sociedade capitalista global "a busca da felicidade e a esperança de sucesso tornaram-se a motivação principal da participação do indivíduo na sociedade" (BAUMAN, 2003).

Assim, o que nos propomos a investigar sobre os aspectos políticos em nosso campo é: qual o grau de conivência e/ou influência que o Estado possui em relação às atividades que culminam em efeitos desterritorialidadores advindas da atividade do turismo? Como a população local se organiza politicamente para se adaptar às novas configurações impostas por esse setor? Como os demais agentes turísticos atuam politicamente no espaço?

Como pode ser percebido, os possíveis impactos provenientes da atividade turística citados nos itens acima, usualmente possuem conotação negativa, normalmente resultando na desterritorialização da população local. Não é o intuito deste trabalho negar as potencialidades com que os residentes podem se adaptar a esse setor, no entanto, nos preocupamos até agora em descrever o pior cenário possível e quais as razões sociológicas que o levaria a chegar nesse estado.

As implicações do turismo nos âmbitos inerentes à relação indivíduo-território e os conceitos descritos neste capítulo, servirão de base para a análise das evidências empiricamente identificadas. Caracterizando os conflitos existentes a partir dos termos vistos até aqui, poderemos constatar nossa hipótese de que os efeitos desterritorializantes produzidos pelo setor, se sobressaem às possíveis medidas reterritorializadoras adotadas pelos moradores.

O capítulo que se segue buscará fazer uma breve apresentação sobre o recorte espacial considerado nessa pesquisa a fim de uma melhor visualização da realidade socioeconômica local, além de uma prévia descrição de como o turismo encontra-se atualmente presente na região.

3. BEM-VINDO A ROTA ECOLÓGICA DOS MILAGRES

A região da faixa litorânea do Nordeste vem sendo um dos principais destinos dos turistas no Brasil. As belezas naturais das praias atraem um contingente crescente de visitantes que buscam a proximidade com a natureza para recompor suas energias. É nesse contexto de atrativos que se encontra a Rota Ecológica dos Milagres, composta pelos municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, todos localizados no estado de Alagoas. A delimitação desse recorte pode ser visualizada a seguir (Figura 1).

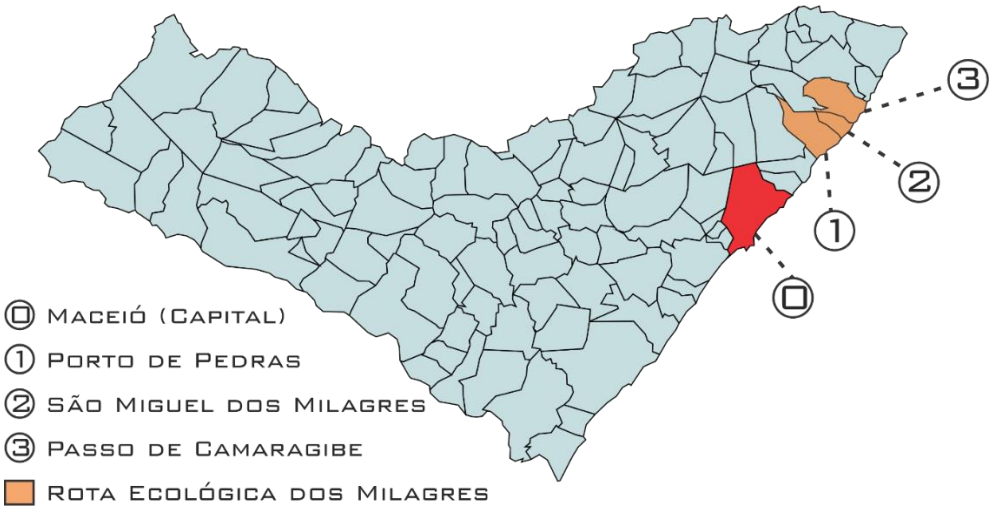


Figura 1. Localização dos municípios da Rota Ecológica dos Milagres em Alagoas.
Fonte: IBGE, 2019. Imagem modificada pela autora.

Mas apesar do potencial iminente, o setor turístico vem atuando de maneira desordenada, principalmente no que se refere à inserção dos novos empreendimentos imobiliários, trazendo impactos significantes para a realidade local.

> Entre os impactos negativos desse modelo de desenvolvimento turístico observado no Nordeste, destacam-se a extinção de atividades econômicas tradicionais, como a pesca artesanal e a agricultura local; a privatização de praias e demais áreas públicas por hotéis, condomínios e estruturas de lazer; especulação imobiliária; descaracterização da paisagem; parcelamento e uso inadequados do solo; expansão irregular de aglomerados urbanos sem infraestruturas adequadas; e desequilíbrio de ecossistemas (FRAGA, 2013, p. 67).

Antes de começarmos a falar dos aspectos encontrados sobre o turismo na Rota Ecológica de maneira geral, faremos uma breve apresentação de cada município pertencente a essa. Isso se faz importante já que algumas particularidades desses territórios influenciam na forma com que a atividade turística se desenvolve em cada um deles.

Iniciaremos pelo Passo de Camaragibe, com seus quase 252 km² de área, a mais populosa das três cidades. Segundo o IBGE, a população estimada para o ano de 2020 é de pouco mais de 15 mil habitantes. Em 2018, o salário médio da população era de 1,8 salários e apenas 7,8% dos moradores estavam empregados formalmente. No ano de 2010, apenas 3% do saneamento básico da região era considerado adequado[2].

A formação do Passo se deu às margens do Rio Camaragibe. A origem do nome vem tanto da posição estratégica de passagem para as embarcações comerciais vindas de Pernambuco, como dos armazéns utilizados para os embarques, a quais davam o nome de "passos".

A maior parte da economia formal do município (Tabela 13) baseia-se no setor da prestação de serviços, na esfera pública e privada, no comércio e na agropecuária – tendo como principais produtos a cana de açúcar, coco, mandioca, criação de bois e galináceos.

Atividades Econômicas	2014	2015	2016
Construção Civil	15	23	6
Agropecuária	80	44	46
Indústria	77	86	67
Comércio	58	72	90
Serviços	1.128	1.105	1.008
Total	**1.358**	**1.330**	**1.217**

Tabela 13. Pessoas com vínculo empregatício em ocupações formais no Passo de Camaragibe.
Fonte: Perfil Municipal do Passo de Camaragibe, 2018[3].

Além dessas ocupações, muitos moradores ainda sobrevivem informalmente da pesca e do catado de mariscos e crustáceos, especialmente aqueles que residem na parte próxima do litoral. Os povoados que compõem a extensão litorânea do Passo de Camaragibe são: a Barra de Camaragibe, a Estância e a Praia do Marceneiro.

Os dois primeiros povoados não têm suas praias tão visitadas por conta das águas mais escuras ocasionadas pelo encontro do rio Camaragibe com o mar e inexistência de piscinas naturais nas mesmas.

[2] Os dados sobre saneamento serão tomados como uma grande problemática visto que as novas construções advindas do turismo acabam por sobrecarregar os sistemas locais de drenagem. A proximidade com o mar e os rios, e a forte relação dos moradores com essas estruturas naturais, tendo em vista que muitos ainda sobrevivem da pesca artesanal, intensifica a gravidade da questão.
[3] Material organizado pela Secretaria do Estado de Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas. Disponível em http://dados.al.gov.br/

Além disso, existe uma certa dificuldade de acesso, já que na Estância, por exemplo, não existem vias que ligam a AL-101 (principal corredor viário) ao mar, apenas pequenos caminhos feitos pelos moradores das proximidades que frequentam a praia. Essa configuração acaba por repercutir na forma como essas localidades são tratadas nas políticas públicas referentes ao turismo, como veremos mais à frente.

O atrativo mais visitado dessa região é a Praia dos Morros (Figura 2) que tem acesso pela travessia do rio Camaragibe feita por pequenas embarcações conduzidas pelos moradores. Porém, a faixa de areia que dá acesso a esse local só é percorrível quando a maré está seca. A falta de bares e restaurantes juntamente com a longa distância necessária para chegar a essa praia, faz com que a procura pelo passeio seja bem reduzida quando comparada às outras atrações da Rota.

Figura 02. Povoados da faixa litorânea de Passo de Camaragibe.
Fonte: Google Earth. Imagem modificada pela autora.

Por conta desses aspectos – a proximidade com o rio e o mangue, a pouca visitação das praias e a falta de demanda turística – nessas localidades é onde ainda se concentram o maior número de pescadores e marisqueiros do litoral do Passo. O mercado do turismo na área constitui-se de pousadas, casas para aluguel e poucos restaurantes que alojam e dão suporte aos visitantes que costumam usufruir mais assiduamente dos espaços de lazer ao norte.

Já os condomínios fechados, principalmente no povoado da Estância que possuía uma grande quantidade de terrenos vazios, vêm ocupando todo o litoral.

Ao contrário dos outros dois povoados, a Praia do Marceneiro é bastante procurada. A água cristalina, a piscina natural e o acesso pela Rua da Praia são algumas das particularidades que incitam essa procura. É justamente nesse povoado onde ocorre o Réveillon dos Milagres, evento de suma importância para o aumento da atividade turística na região. Nos voltaremos a discutir sobre a influência da festa e de seus organizadores na região no capítulo seguinte.

São Miguel dos Milagres é o segundo município da Rota Ecológica. De acordo com o IBGE, a população estimada para 2020 é de pouco mais de 8 mil pessoas. Sua área territorial é de aproximadamente 77 km², bem menor que a de seus vizinhos. Em 2018, a população local ocupada correspondia somente a 14,9% dos moradores e o salário médio dos trabalhadores formais era de 1,6 salários mínimos no mesmo ano. Em 2010, apenas 8% do esgotamento sanitário foi considerado adequado. A fonte de renda local dos empregos formalizados assemelha-se à de Passo de Camaragibe (Tabela 14).

Atividades Econômicas	2014	2015	2016
Construção Civil	1	5	1
Indústria	2	2	7
Agropecuária	12	88	22
Comércio	62	66	68
Serviços	753	763	826
Total	**830**	**924**	**924**

Tabela 14. Pessoas com vínculo empregatício em ocupações formais em São Miguel dos Milagres.
Fonte: Perfil Municipal de São Miguel dos Milagres, 2018.

São Miguel é o município mais recente da Rota Ecológica. Sua emancipação de Porto de Pedras data de 1960. A origem de seu nome vem de um relato onde um pescador que tinha um sério problema de saúde, ao achar no mar uma peça de madeira de São Miguel Arcanjo, foi curado de sua enfermidade. A mística que envolve o território, aliada ao nome potencialmente comercializável, fez com que toda a Rota – e boa parte dos empreendimentos comerciais que ela envolve – carregue o nome Milagres.

Diferente do Passo, toda sua área litorânea já possui intenso fluxo turístico, com diversos restaurantes e pousadas de charme prontos para recebê-lo. O principal atrativo onde concentram-se os turistas são precisamente o mar translúcido e suas formações de piscinas naturais presente em todo o trecho litorâneo.

A terceira área municipal da Rota Ecológica é Porto de Pedras que tem uma dimensão semelhante à de Passo de Camaragibe, com poucos quilômetros quadrados a mais. Sua

população estimada para o ano de 2020 é de 7.700 moradores, quase metade da estimada para o município do Passo.

Em relação aos atrativos naturais, além das praias, o município recebe dois importantes rios. O rio Manguaba que faz a divisa de Porto de Pedras com Japaratinga e o rio Tatuamunha, estuário do peixe-boi – entre várias outras espécies – e onde localiza-se o projeto da Associação Peixe-Boi.

Economicamente, Porto de Pedras não se dissocia muito de seus vizinhos (Tabela 15). Contudo, quando comparado a São Miguel dos Milagres, o comércio não se mostra de forma tão expressiva apesar de sua maior extensão de faixa litorânea para abrigá-lo.

Atividades Econômicas	2014	2015	2016
Indústria	1	11	10
Comércio	28	26	27
Agropecuária	119	42	123
Serviços	626	641	649
Total	**774**	**720**	**809**

Tabela 15. Pessoas com vínculo empregatício em ocupações formais em Porto de Pedras.
Fonte: Perfil Municipal de Porto de Pedras, 2018.

A imagem a seguir, que mostra o número de empregos formais relacionados ao turismo na Rota Ecológica dos Milagres entre 2012 e 2018, nos ajuda a visualizar melhor os diferentes níveis de inserção do setor em cada um desses municípios (Tabela 16). A partir dela, é possível atestar como São Miguel dos Milagres - apesar de seu tamanho reduzido em comparação às outras cidades - é a protagonista no ramo turístico do nosso recorte espacial, contendo em 2018 praticamente seis vezes mais ocupações empregatícias do que Passo de Camaragibe.

Município	12/2012	12/2018
PASSO DE CAMARAGIBE (AL)	29	67
PORTO DE PEDRAS (AL)	84	241
SAO MIGUEL DOS MILAGRES (AL)	163	397

Tabela 16. Empregos formais relacionados ao turismo nos municípios da Rota Ecológica entre 2012-2018.
Fonte: Extrator de Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O recorte do campo que será utilizado para a análise desta pesquisa, ponderando os aspectos culturais, políticos e econômicos presentes nele, está ilustrado na figura abaixo (Figura 3). Esta delimitação foi feita levando em conta a área que recebe mais direta e intensamente o turismo. Isto porque, é justamente neste local delineado onde acontece o evento que foi um dos

principais vetores estimulantes da atividade turística na região. Além disso, é a parte litorânea que funciona como maior atrativo canalizando o maior número de visitantes.

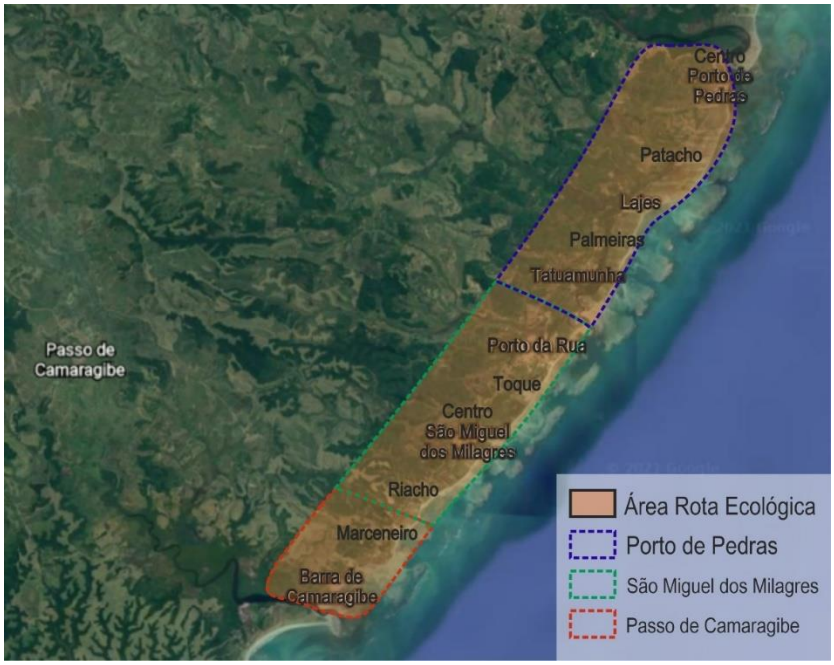


Figura 3. Delimitação da área considerada na pesquisa.
Fonte: Google Earth, 2019. Imagem modificada pela autora.

O centro do município de Passo de Camaragibe, assim como a comunidade quilombola do Bom Despacho e a rural da Agrovila, por serem distantes do litoral, sofrem pouca ou nenhuma interferência do setor. Apesar de conterem atrativos de ordem histórico-cultural, esses locais ficam fora do circuito do turismo pautado basicamente em sol e mar. Durante a pesquisa de campo foi possível perceber a preocupação de alguns moradores referente a esse “abandono” do centro do município, principalmente após ter sido anunciada a construção da nova estrada de ligação da AL-101 pelo trecho litorâneo (Barra de Santo Antônio-Barra de Camaragibe), que fará com que os visitantes não mais tenham que passar pelo local.

Como foi discutido no início deste capítulo, as relações de dominação e apropriação, territorilização, reterritorialização e desterritorialização possuem graus diferentes a depender de como uma atividade se desenvolve em determinada área.

No capítulo adiante, buscaremos descrever a forma como vem se dando a atividade turística na Rota Ecológica, e a partir do suporte teórico aqui utilizado, analisar a realidade das implicações do turismo no campo delimitado por este estudo no que tange à relação entre a população local e o território. Nele, serão também expostas as maneiras como a população busca adaptar-se a esse mercado enquanto sujeitos ativos, expondo as resistências presentes.

4. REFLEXOS DO TURISMO NA RELAÇÃO INDIVÍDUO-TERRITÓRIO

Considerando os baixos índices socioeconômicos dos municípios que compõe a Rota Ecológica, a atividade turística pode apresentar- se como promessa de melhoria de vida para os residentes. No entanto, efeitos como a segregação espacial e a instabilidade empregatícia da sazonalidade não escapam a esse suposto desenvolvimento. Estas consequências, como vimos anteriormente, podem se configurar como efeitos desterritorializadores do turismo, mas isto não implica que a população da região não busque seus meios de adaptação e resistência a este recente mercado, numa espécie de reterritorialização.

Nos tópicos a seguir, discorreremos sobre os aspectos que evidenciam esses impactos na relação indivíduo-território. Além do suporte teórico e da observação direta, nos embasaremos nos depoimentos colhidos por meio de entrevistas com um roteiro semiestruturado de perguntas abertas (Anexo I). Foram 13 pessoas entrevistadas, entre elas, alguns atores ligados a atividade turística, representantes de associações, pescadores e moradores dos municípios considerados no estudo.

Para garantir o anonimato dos entrevistados, foram atribuídos nomes fictícios - correspondentes a nomes populares atribuídos às espécies de peixes encontrados localmente - a cada um deles. O quadro a seguir associa a nomenclatura que será utilizada para identificá-los no trabalho com algumas informações relevantes a respeito dos mesmos.

ENTREVISTADOS	
Tainha	Artesã da Oficina Peixe-Boi e Arte, 49 anos. Moradora de São Miguel dos Milagres.
Xaréu	Jangadeiro há 6 anos, 59 anos. Natural de Pernambuco, residente em São Miguel dos Milagres.
Saberé	Pescador, 50 anos. Reside em São Miguel dos Milagres há 30 anos.
Beijupirá	Uma das fundadoras do Instituto Yandê, 60 anos. Naturalmente mineira, mora em São Miguel dos Milagres há mais de 15 anos.
Garaçuma	Biólogo de formação e gestor de turismo, 30 anos. Trabalha no Instituto Yandê há quatro anos e hoje é diretor de cultura de São Miguel dos Milagres. Alagoano nascido em Maceió, mora no centro de São Miguel dos Milagres há 5 anos.
Sirigado	Mestrando em Sociologia, 26 anos. Nascido em Porto de Pedras, onde possui residência.
Arabaiana	Pescador e atravessador da Barra de Camaragibe para a Praia dos Morros, 40 anos. Nascido e criado em Passo de Camaragibe. Morador da Barra de Camaragibe.

Guarapicu	Jangadeiro há 8 anos e presidente da Associação dos Jangadeiros de do Passo de Camaragibe, 40 anos. Nascido e criado no município, morador do povoado Marceneiro.
Mero	Jangadeiro há 5 anos e barraqueiro em São Miguel dos Milagres, 29 anos. Nascido e criado na cidade onde trabalha. Era pescador junto com seu pai, quando tinham uma barraca de pesca no mesmo local onde hoje comercializa petiscos e bebida.
Camurim	Pescador e descascador de coco aposentado, 79 anos. Nascido e criado em Passo de Camaragibe, morador do Povoado Marceneiro.
Serra	Presidente de uma das Associações de Bugueiros de São Miguel dos Milagres e servidor público, 45 anos. Nascido e criado na cidade onde trabalha.
Cação	Vice-presidente da Associação de Cultivo de Ostras da Barra de Camaragibe, 47 anos. Moradora da Barra de Camaragibe.
Bagre	Presidente da Associação de Cultivo de Ostras da Barra de Camaragibe e servidora pública, 45 anos. Moradora da Barra de Camaragibe.

4.1. Você acredita em Milagres?

O Réveillon dos Milagres é um evento que vem acontecendo desde o ano de 2012. Essa festa é organizada pelo Grupo Tamo Junto (TJ), que pertence ao empresário Mauro Vasconcelos, investidor de longa data do setor turístico e dono do Hotel Ponta Verde, um dos mais sofisticados da cidade de Maceió. A família Vasconcelos também é detentora de boa parte dos terrenos da região, inclusive de algumas acomodações.

Além do Réveillon, há 4 anos a empresa vem promovendo a Semana Santa dos Milagres e pretendia em 2020 estrear o Miracles Festival no mês de junho, entretanto a pandemia da Covid-19 impediu a realização do mesmo. Segundo comentários da população, o intuito da organização é continuar estendendo os eventos para outros feriados durante o ano. Contudo, as festividades organizadas por esses agentes não se limitam a esses dois feriados. A Capela dos Milagres, localizada na praia do Marceneiro, realiza durante todo o ano festas de casamento na região, tendo ganhado bastante visibilidade durante os últimos anos por ter sido palco das cerimônias matrimoniais de famosos.

A empresa também se encontra inserida localmente enquanto instituição social denominada Instituto Tamo Junto. Apesar da utilização de mão-de-obra local - principalmente durante os eventos - e dessa presença institucional com pretensões de desenvolvimento comunitário, as ações do grupo demonstram pouca efetividade no sentido da transformação social e chegam até a gerar conflitos com a população residente.

Mesmo levando o nome Milagres, as atividades dos eventos se localizam no povoado Marceneiro, pertencente ao município de Passo de Camaragibe. Como em todo o trecho

considerado nesse estudo, o setor turístico, juntamente com os empregos na administração pública, se apresenta como uma das principais atividades geradoras de renda para os moradores. No entanto, os cargos ocupados pelos residentes são aqueles que demandam os menores requisitos de qualificação e geralmente os mais mal remunerados, como os de camareira e cozinheira em pousadas, pedreiro nas obras de construção civil, garçom em bares e restaurantes.

Na praia do Marceneiro, poucos são os casos de nativos que empreendem individualmente no setor, sem possuir relação empregatícia com esses estabelecimentos de empreendedores externos. Esses se restringem basicamente à jangadeiros, bugueiros e alguns comerciantes instalados à beira-mar na única via de acesso à praia - que inclusive já tiveram a permanência no espaço ameaçada, acontecimento que trataremos no capítulo seguinte.

Em relação aos empregos gerados pelo TJ e ocupados pela população local, somente uma pequena quantidade de jovens trabalha continuamente, durante todo o ano, prestando serviços à empresa como auxiliares de manutenção. A maioria das vagas surgem nas contratações temporárias e informais nos períodos dos eventos, com o intuito de suprir a demanda de mão-de-obra necessária para atender a um público de mais de duas mil pessoas que frequentam diariamente a festa (nos referimos aqui ao Réveillon dos Milagres).

Aqui, mais uma vez, os residentes são inseridos nas posições trabalhistas mais precárias, com jornadas longas e mal pagas nas áreas de limpeza, atendimento e segurança. Por conta dos preços excessivos dos ingressos, ocupar uma dessas vagas é a principal maneira de um morador conseguir adentrar no evento.

Em virtude do baixo nível de qualificação profissional da população nativa, os serviços mais especializados e bem remunerados, como os de agenciamento de mídia, produtores e organizadores ficam à cargo de pessoas de fora da comunidade, evidenciando-se, assim uma estratificação por função (FONTELES, 2004).

As empresas que comercializam alimento dentro da área das festividades são, ou pertencentes aos próprios organizadores, ou provenientes de outras regiões, com poucos exemplos de contratações de comerciantes locais, como é o caso das criadoras de ostra da Barra de Camaragibe e de Dona Elisângela, vendedora de tapioca em São Miguel dos Milagres, que recentemente vêm atuando em alguns casamentos.

As propriedades do TJ hoje correspondem a espaços privilegiados destinados para os eventos em distintos lugares na praia (como a Capela dos Milagres e o Bar de Praia), além de outros terrenos e toda a condição operacional (midiática, técnica, financeira, etc.) para a materialização do que pretendem.

Segundo Godelier:

> (...) as formas de propriedade de um território são parte essencial do que chamamos hoje de estrutura econômica de uma sociedade, pois elas constituem a condição legal, se não legítima aos olhos de todos, de acesso aos recursos e aos meios de produção. As formas de propriedade são sempre combinadas com formas específicas de organização do processo de trabalho e de distribuição dos produtos oriundos desses processos; essa combinação forma a estrutura econômica de uma sociedade, seu modo de produção e seu sistema econômico (GODELIER, 2002, p. 11).

Logo, o Grupo Tamo Junto segue a mesma lógica dominante dos outros empresários locais, que detentores dos meios de produção da região, absorvem parte da força de trabalho dos habitantes, alocando-a em funções menos remuneradas, e majoritariamente, dentro da informalidade. Assim contribuindo para a perpetuação da lógica de acumulação capitalista, sem uma distribuição justa do que é produzido nesse processo.

> (...) este tipo de desenvolvimento privilegia o componente econômico em detrimento do sócio-político-cultural. Empresários de turismo, ao se instalarem em áreas potenciais para essa atividade, normalmente não levam em conta o impacto do seu projeto no meio ambiente e, sobretudo, nas populações nativas. Assim, os moradores, em vez de parceiros em um projeto que os inclua como sujeitos do desenvolvimento, passam a ser mão-de-obra desqualificada, mal paga, contribuindo inclusive para a não-sustentabilidade (FONTELES, 2004, p. 58).

Como citado por Haesbaert (2009), a precarização das relações de trabalho acaba gerando a exclusão socioeconômica da parcela que corresponde ao setor produtivo, cada vez mais dissociada da acumulação do capital que se concentra no setor financeiro-especulativo.

Nesse ponto, podemos afirmar ainda que a empresa é um dos vetores que impulsiona o processo de desterritorialização local no sentido econômico. Enquanto os detentores do capital apenas se fortalecem financeiramente com a realização dos eventos na região, a mão-de-obra utilizada nos mesmos, proveniente da população que ali reside, permanece à margem das benesses que a atividade turística pode ofertar.

> (...) ele acaba trazendo um olhar muito bolha, com um marketing social gigantesco e uma estrutura “fake”, né?! “Viva Milagres”, “Seja Milagres”, “Consuma Milagres”, “Acredito em Milagres”, mas na real, se você parar pra olhar, a comunidade em si, ela acaba sempre entrando nos cargos muito mais...estacionar os carros, organizar a frota de taxistas, e o grande volume em si que circula vai pros grandes empresários, né?! (Garaçuma).

O Instituto Tamo Junto, enquanto organização social vinculada ao Grupo TJ e voltada para o desenvolvimento da comunidade, não consegue em suas raras e pouco efetivas ações

modificar o cenário de exclusão que o mesmo ajuda a perpetuar. Sua atuação resume-se basicamente à:

- Eventuais organizações de limpezas na praia (porém sem a formulação de um projeto de educação ambiental concreto);
- Projeto de reciclagem aplicado somente durante a realização e no local de seus eventos (e usado como argumento para a diminuição dos impactos da festa que se dá em local impróprio, a exemplo da piscina natural);
- Espaçados cursos oferecidos para a comunidade, cuja a maioria tem como objetivo formar a população para desempenhar os cargos mais baixos em seus próprios eventos/empreendimentos ou de outros empreendedores da região. Isso pode ser visualizado através dos tipos de formações ofertadas, como cursos de camareira, garçom, técnicas de segurança de eventos e de propriedades particulares e técnicas de segurança alimentar;
- Alguns eventos realizados com a comunidade em datas específicas, nos meses de conscientização sobre o câncer de próstata e de mama, além de passeios com as crianças da região, como por exemplo, a uma rede de *fast food* de um shopping da capital (Figura 4).

Figura 4. Fotos do evento realizado pelo Instituto Tamo Junto com as crianças no Mc Donalds.
Fonte: Imagens disponíveis nas redes sociais do Instituto Tamo Junto no Instagram. Publicadas em 30/08/2019.

Em relação às ações de inserção política do Instituto na comunidade, é possível afirmar que essas, muitas vezes, são voltadas para benefício próprio ou beiram o assistencialismo, não influenciando de fato para uma melhoria da realidade local.

No entanto, o poder político do Tamo Junto pode ser percebido em um outro tipo de situação. Nos últimos anos, os eventos vêm contando com um novo atrativo: as festas nas piscinas naturais do Marceneiro. Para contextualizarmos o cenário dessas festas, além de algumas imagens a serem visualizadas mais a frente, encontramos o relato de um dos

participantes na revista online especializada em música eletrônica PlayBpm, onde afirma “achamos que íamos descansar, mas chegando lá tinha bar com Corona geladinha esperando o pessoal e música boa! Mais uma experiência que ficará na memória, quem diria que dava para fazer uma festinha bem no meio do mar (...)” (REVIEW, 2019).

Aqui precisaremos abrir um parêntese para comentar sobre as normas e legislações vigentes referentes à APA Costa dos Corais, unidade de conservação da qual a localidade faz parte.

A Lei nº 9.985/2000 que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) delimita em seu Art. 4º os objetivos do sistema, entre eles: contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais e promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

O Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais de acordo com o SNUC (BRASIL, 2000) é o documento técnico que, considerando os objetivos gerais de uma unidade de conservação, tem como finalidade definir os zoneamentos e as normas a serem aplicadas sobre o uso das áreas e o manejo dos recursos naturais. Dentre os objetivos gerais do plano adiciona-se a ordenação o turismo ecológico, científico e cultural, e demais atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental. Entre os objetivos específicos identifica-se ainda o incentivo a prática de atividades de baixo impacto (ICMBIO, 2013).

No zoneamento feito pelo plano, a piscina natural do Marceneiro corresponde a uma Zona de Uso Sustentável (ZUS). No documento, consideram-se ZUS as “áreas destinadas ao uso geral, todavia sujeitas às normas gerais da unidade. Essa área abrange toda a extensão da APACC, exceto as demais zonas” (ICMBIO, 2013). Os objetivos dessa zona em específico referem-se à compatibilização do uso dos recursos com sua sustentabilidade e o aumento da renda local.

Ainda que não esteja explicitado na regulamentação dessas zonas a proibição ou permissão de festas e eventos, é plausível argumentar que esse tipo de atividade - com presença de ruídos, comercialização de bebidas alcóolicas e alimentos em um ambiente tão sensível (Figura 5) - não corrobora com os princípios de preservação e desenvolvimento sustentável que ambos os documentos preconizam a serem adotados em uma Área de Proteção Ambiental.

Figura 5. Fotos da festa nas piscinas naturais do Marceneiro durante Réveillon de Milagres de 2019.
Fonte: Imagens disponíveis nas redes sociais do Grupo Tamo Junto no Instagram. Publicadas em 30/12/2019.

O que de fato está previsto para as Zonas de Uso Sustentável é a limitação de várias modalidades de pesca artesanal utilizadas pela população local, como a pesca da camboa, do arrasto de praia e das redes para lagostim[4].

Ainda nesse mesmo documento, as áreas do Passo de Camaragibe (município ao qual pertence o povoado Marceneiro) somente são citadas ao tratar-se das Zonas de Visitação (ZV) onde está pontuado que no município será exercida preferencialmente a atividade de turismo de base comunitária (ICMBIO, 2013).

No momento da formulação, em 2013, do Plano de Manejo da APACC nenhuma das piscinas naturais da Rota Ecológica estava cadastrada enquanto Zona de Visitação. A inclusão das piscinas de São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras e da normatização de serviços e atividades comerciais a serem realizadas nesses ambientes foram feitas somente através da Portaria nº 412/2018 (BRASIL, 2018).

Diferente da ausência de informações presente no Plano de Manejo para as Zonas de Uso Sustentável, essa Portaria nº 412 deixa bem evidente as normas e proibições em relação às novas Zonas de Visitação (ZV). No Art. 17 que discorre sobre as atividades não permitidas aos prestadores de serviços e comerciantes nesses locais, dentre elas: a proibição de comercializar bebidas e alimentos – além do Art. 18 que proíbe visitantes de consumir bebidas alcóolicas nos locais de visitação – e de divulgar qualquer material que incentive a prática de atividades em descumprimento à legislação ambiental e federal, como as aqui já citadas (BRASIL, 2018).

[4] Essas restrições, inclusive, representam uma das causas para o conflito existente entre os órgãos de proteção ambiental e os pescadores, da qual trataremos melhor no terceiro tópico deste capítulo.

Apesar de prever a revisão em cinco anos, o Plano de Manejo da APACC formulado em 2013 ainda não foi revisado, mesmo com o início de planejamento já iniciado em 2017 como indica publicação no site do Instituto Chico Mendes (REVISÃO, 2017). Haja vista a falta de compatibilidade entre os princípios de conservação e sustentabilidade previstos nas leis federais e ambientais apresentadas, a festa na piscina natural do Marceneiro, o grupo segue realizando esse formato de evento sem questionamento conhecido dos órgãos responsáveis.

A diferenciação entre as formas de uso permitidas em ambientes tão próximos e similares como as piscinas naturais da região, acaba por gerar um conflito de interesses entre alguns jangadeiros e o empresariado que organiza essas festas. Essa situação pode ser identificada a partir das falas de um pescador e de um jangadeiro entrevistados (entrevista feita simultaneamente com ambos os indivíduos), quando questionados sobre a atuação do Instituto Chico Mendes na região, afirmam que o órgão atua:

> Xaréu: Mais pra multar. Pra multar jangada, e a multa né pouca não: é cara. É mais proibir, tudo deles é proibir.
> Saberé: Proíbe uns negócio, pro rico alivia.
> Xaréu: Se fosse por eles já tinha fechado as piscinas, pra num pisar nos coral.

Esse cenário e a força política do gestor do grupo TJ podem ainda ser percebidos em outras falas:

> (...) ele esquece que estar na piscina natural em si já gera um impacto. Então ele bota um DJ em cima de uma jangada, uma jangada adaptada e a galera vai pra festa na piscina natural. E isso gera uma reação negativa pro trabalhador (...) A gente faz todo um curso com os condutores de visitantes, jangadeiros...aí chega em dezembro, rola essa festa, a gente denuncia e tal...Infelizmente a fiscalização não chega assim (...) Ai o jangadeiro manda foto pra gente: “Po, você fala que a gente não pode levar cerveja pra lá” Que é uma regra, né?! “Mas e a galera aqui com um monte de Corona?!” E a articulação que ele tem...A galera tem um certo receio de mexer com o Maurício, né?! Porque ele é muito influente (Garaçuma).

> Porque São Miguel como virou um destino turístico também de luxo, o réveillon lá e tal...A turma critica, né?! Que a fiscalização só existe pros pescadores e pro jangadeiro em determinadas épocas. Porque na época do réveillon a turma faz o que quiser nos corais lá em São Miguel, toca fogo mermo, faz a brasa e a Corona faz festa, faz festival em cima do coral e cadê o ICMbio ai?! A turma questiona: “E ai?! O pau só vai cair pro lado mais fraco, né?!” (Sirigado).

Um espaço natural, que antes costumava ser apropriado pelos nativos como um local público de bem comum, a partir do processo de turistificação recebe novo valor, tornando-se espaços turísticos. E mais ainda, espaços rentáveis. Esses locais passam então a ser apropriados e comercializados pelos novos agentes externos, com todo maquinário midiático, político e

monetário para extrair o máximo dos recursos disponíveis. A população nativa, ainda que inserida nesse movimento de busca pelos benefícios do turismo no local, como no caso dos jangadeiros que tem no passeio às piscinas uma fonte de renda, ocupa um lugar marginalizado e sente-se negligenciada pela disparidade em relação às normas e formas de uso que são concedidas aos diferentes atores (FONTELES, 2004).

Esses conflitos de usos do espaço turístico configuram-se como mais um efeito desterritorializante ocasionado pela empresa. Já que o uso privilegiado das fontes de recursos confere um sentimento de impotência e uma competição explicitamente injusta entre empresariado e população residente em função das atividades de retorno econômico.

Uma outra questão importante a ser analisada para entender os efeitos da empresa organizadora no âmbito do território é a forma como essa trabalha o seu marketing em cima do lugar. Analisaremos a seguir os materiais divulgados nas redes sociais oficiais da organização.

O manifesto do grupo, presente no site do Instituto, tanto expressa como encobre muito bem alguns de seus princípios e intenções (Figura 6).

Figura 6. Trechos do manifesto do grupo Tamo Junto.
Fonte: Site oficial do Instituto Tamo Junto. Disponível em: http://www.institutotj.com/copia-contato. Acessado em: 10/09/2020

Logo no início da apresentação, já se identificam enquanto sujeitos globais ("alagoanos de raiz, mas do mundo por essência"). Aqui é possível perceber tanto um elemento identitário invocado pela estratégia publicitária do TJ, enquanto indivíduos pertencentes ao território de Alagoas ("alagoanos de raiz") onde as festas são realizadas, como ao mesmo tempo, a evocação pela identidade global. O ser essencialmente do mundo também confere a presença de referências globalizadas ao seu produto ("mas do mundo por essência") indicando e sugerindo

uma identificação com seu público alvo: uma elite global desenraizada com alto nível de mobilidade e consumidora da cultura híbrida característica dessa classe. A ideia de flexibilização e intersecção de espaços e culturas pode ainda ser encontrada na frase “acreditamos em menos barreiras e mais pontes”.

Essa articulação entre a cultura local e global, sob a forma de uma multiterritorialidade, é uma das táticas características da pós-modernidade para a concepção de nichos mercadológicos, como expõe Stuart Hall:

> (...) ao lado da tendência em direção à homogeneização global, há também uma fascinação com a *diferença* e com a mercantilização da etnia e da "alteridade". Há, juntamente com o impacto do "global"', um novo interesse pelo "local". A globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia de criação de "nichos" de mercado), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como "substituindo" o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre "o global" e "o local" (HALL, 2006, p. 77).

Os elementos identitários voltados para esse público são facilmente reconhecidos nas estratégias de publicidade e no produto final: as festas. O próprio slogan dos eventos “I Believe in Miracles” formulado em inglês, assim como várias outras frases utilizadas nesse idioma pelos publicitários, já sinalizam o conjunto de indivíduos para quem a linguagem utilizada é voltada. De certa forma, se contrapondo à realidade local, onde quase a totalidade da população não está familiarizada com a língua.

A música eletrônica, como estilo dominante ofertada nos eventos, também destoa bastante do que tradicionalmente é produzido em termos musicais nos municípios da Rota Ecológica. Os dias das festas contam com uma agenda cheia de DJ’S, majoritariamente de fora do estado e, por vezes, de reconhecimento nacional. Apesar da região abrigar uma gama de manifestações culturais – como os grupos de Cambindas, Caboclinhas, Baianas, Pastoril dos Homens, Bumba Meu Boi e bandas de pífano, necessitados de incentivo para manterem-se vivos, e não encontrando-o no poder público – estas não são componentes da cultura local consideradas na programação do Réveillon e da Semana Santa.

Contudo, outras tradições e elementos da territorialidade do modo de vida da população são apropriados na confecção cenográfica dos ambientes festivos e na divulgação imagética do lugar nas redes sociais.

> As redes, especialmente as redes informacionais ou virtuais, possibilitam – dependendo da classe e do grupo social – um jogo territorial inédito, onde existe a potencialidade, a todo momento, de recombinar (e “descombinar”) territórios em uma nova multiterritorialidade. Dela de alguma forma pode fazer parte a maioria dos

> fenômenos que (...) foram identificados por muitos autores como constituindo processos de desterritorialização. Por exemplo:
> - o domínio dos fluxos e da mobilidade num mundo de relações instantâneas, “sem fronteiras”;
> - o domínio da flexibilização nas relações de trabalho e de produção (...);
> - a hibridização cultural, que impede a formação clara de diferentes identidades territoriais (HAESBAERT, 2009, p. 348-349).

No primeiro caso, por exemplo, são utilizadas redes de pesca, jangadas, construções feitas com o método de taipa de supapo, cobertura de palha de coqueiro e referências de ambientes, linguagem e produtos presentes no cotidiano, como ilustra a imagem a seguir (Figura 7). Esses itens meramente ilustrativos (considerando que não se comercializa cerveja em litro nessas ocasiões e que a ínfima possibilidade de vender “fiado” é inexistente) são convenientemente dispostos na decoração para remeter aos ideários de simplicidade e regionalidade tão amplamente empregados no marketing do grupo.

Figura 7. Apropriação dos elementos do cotidiano e da cultura da população local na cenografia dos eventos.
Fonte: Imagens publicadas nas redes sociais do grupo Tamo Junto no Instagram.

É igualmente possível perceber o uso oportuno desses atributos na midiatização do lugar nas redes sociais. As palavras simplicidade, felicidade, sorriso, boa energia, entre outros, são constantemente empregadas tanto para descrever a população residente e o território onde esta se localiza, enquanto parte da “experiência” ofertada como produto pela empresa. “Isso mesmo, felicidade! Essa é a nossa moeda de troca” (trecho no Manifesto do TJ Figura 6).

A atividade pesqueira, tradicional na região e constituinte dos saberes locais, é da mesma forma bastante usada nos planos midiáticos (Figura 8 e 9). A cultura da pesca, no entanto, vem sofrendo uma drástica diminuição ao longo dos últimos anos. Acompanhando o crescimento turístico, os pecadores - principalmente os mais jovens - têm migrado para o serviço de passeios às piscinas naturais por conta da maior rentabilidade que o trabalho oferece.

Figura 8. Utilização da atividade pesqueira na divulgação do lugar 1.
Fonte: Imagens publicadas nas redes sociais do grupo Tamo Junto no Instagram.

Figura 9. Utilização da atividade pesqueira na divulgação do lugar 2.
Fonte: Imagens publicadas nas redes sociais de uma das páginas gerenciadas pelo grupo Tamo Junto no Instagram.

Especificamente no povoado Marceneiro, onde se dão as atividades do grupo, restam poucas pessoas que ainda realizam a pesca, e boa parte somente utiliza o pescado para o consumo familiar ou para vender o excedente para as próprias pessoas da comunidade. Essa informação pode ser percebida na fala de um dos entrevistados que costumava ser pescador e hoje atua como jangadeiro no povoado.

> Hoje não tem mais pescador, né?! Tem pouco. Aqui principalmente. Tem pescador, agora de pegar pra consumo, né?! Pra venda não tem não mais não. (Guarapicu)

Essa é uma das situações que demonstra como as ocupações relacionadas aos saberes tradicionais vêm sendo rapidamente substituídas pelo trabalho voltado para a demanda turística.

O tipo de turismo de sol e mar atualmente implementado, voltado para o consumo dos espaços naturais e que tem a midiatização do cotidiano local apenas como mais um adereço para o espetáculo, intensifica a desvalorização desses conhecimentos e pode implicar no desaparecimento dos mesmos. Somado a isso, a exploração inconsequente da natureza, como na festa do TJ que ocorre na piscina natural, pode ainda acelerar esse processo já que a degradação ambiental desfavorece a pesca artesanal.

> O território dos pescadores artesanais, construído no cotidiano praticado na pesca e nas suas relações simbólicas com o marítimo, contribui e depende da conservação ambiental do ambiente costeiro. A ambiência modificada por externalidades empreendidas por agentes sintagmáticos que reproduzem suas práticas socioeconômicas no espaço litorâneo favorece o estabelecimento de relações conflituosas, potencialmente geradoras de degradação socioambiental (ANDRADE, 2020, p. 57).

Além da midiatização do ofício nas redes, a relação que o Tamo Junto mantém com a atividade pesqueira da região resume-se, primeiramente, à eventual contratação dos serviços da Associação de Ostras Riomar, da Barra de Camaragibe, para casamentos na Capela dos Milagres. Não podemos deixar de reconhecer que essas fortuitas participações fortalecem o movimento da Associação e das famílias tem nela um complemento de renda. Mas também que existe um grau de conveniência por parte do grupo em adquirir esses insumos a um preço mais acessível, aproveitando o fornecimento disponível logo ao lado.

E depois, na comercialização de uma suposta gastronomia local, gourmetizada e de contratação terceirizada de profissionais externos nos eventos.

Apesar do elemento da pesca artesanal ser um dos principais publicizados, e do emprego contínuo da “experiência” do lugar enquanto produto final (ver trechos do manifesto Figura 6), o TJ não tem em seu itinerário programático nenhuma atividade voltada para a vivência das tradições do território.

A maneira como a cultura e seus produtores são objetivados, através das redes sociais, e negligenciados no processo de distribuição dos bens advindos da inserção do turismo, demonstra a forma espetacular como esses agentes utilizam-se da territorialidade.

> Nesse sentido, o que se pode consolidar não é a emancipação dos fazeres culturais produzidos pelos *de baixo* na escala da promoção oficial da imagem da cidade, muito menos a emergência de sua possível história (...), mas consolida-se a lógica de mercantilização do espetáculo que valoriza a cultura na justa medida da valoração

> mercadológica que lhe for conveniente. (...) Conforme a apropriação realizada pelos empreendedores urbanos, os construtores de poder político e econômico existente em cada cidade, as práticas culturais são submetidas à forma mercadoria necessária ao processo espetacular em questão. Assim também são assimilados alguns atores, produtores locais, enquanto outros são marginalizados ou efetivamente descartados do processo (VIEIRA, 2016, p. 344).

Logo, é verossímil fazer a leitura de que o TJ aciona os elementos e atributos da cultura, do território e dos modos de vida local somente na medida em que estes possam ser transformados em mercadoria e agreguem ao produto final por eles comercializado. Esse comércio cultural não corresponde, de fato, a uma valorização das atividades e costumes tradicionais, ou ainda dos indivíduos e do território que abriga todos esses aspectos. Funcionam sim como diferenciais mercadológicos que compõem esse produto espetacular direcionado ao público-alvo, e consequentemente, para a lucratividade desse tipo de empresariado que atua sobre a região. Assim como pautado por Vieira (2016, p. 351) "nesse âmbito, o lugar e 'suas culturas' emergem como forças matrizes para o desenvolvimento capitalista, sempre discursivamente alicerçado na ideia de crescimento local para todos".

Alguns elementos do estilo de vida divulgados pelas redes sociais do grupo e presenciados durante a época dos eventos, vêm sendo incorporados, principalmente, pelos mais jovens. Dentre os exemplos estão o consumo de bebidas alcóolicas de marca e a utilização de peças de roupa com o slogan do grupo (I Believe in Miracles) como símbolo de status. Não estamos aqui querendo dizer que a introdução de hábitos relacionados ao consumismo na população é estritamente de responsabilidade do TJ, pois como já citado no capítulo teórico, estes são inerentes ao processo de globalização. Mas sim, queremos chamar a atenção para a apropriação do uso de objetos específicos que fazem parte da comunicação do grupo.

Esse movimento pode ser associado ao que Fraga (2013) chama de "efeito-demonstração", onde a comunidade receptora adota e/ou visa bens trazidos pelos novos atores e atividades agora presentes no contexto local. Contudo, não podemos reduzir as práticas de consumo a uma operação irracional onde os seres-humanos apenas reproduziriam irrefletidamente a novidade disponível.

Canclini (2006) em seu estudo sobre consumo cultural, parte da hipótese de que, quando selecionamos e nos apropriamos de determinados objetos, o fazemos por considerá-los publicamente relevantes e como forma de nos integrarmos e/ou distinguirmo-nos na sociedade. O autor defende que os mais jovens são mais propensos a definir a maneira como consomem culturalmente a partir do que é disponibilizado pelos meios de comunicação de massa, e em uma escala menor do que é definido pelos elementos histórico-territoriais.

Isso nos leva a afirmação de que, os novos componentes e objetos provindos da lógica cultural globalizada, são mais facilmente assimilados pela juventude da Rota Ecológica, demonstrando um desejo de integração destes ao estilo de vida típico das classes extraterritoriais que agora frequentam o mesmo espaço. Essa incipiente mudança nos processos socioculturais de identificação, pode levar, segundo Canclini (2006, p. 28) "a consequente redefinição do senso de pertencimento e identidade, organizado cada vez menos por lealdades locais ou nacionais e mais pela participação em comunidades transnacionais ou desterritorializadas de consumidores".

> A marca Milagres em si ela vem descontruindo conceitos locais, inclusive. Então a gente tem os mais jovens deixando de apoiar determinadas manifestações culturais ou o que acontecia aqui no passado, pra tá vinculado a só trabalhar no Tamo Junto ou só beber na fonte a partir do que é gerado no Réveillon, da marca Milagres em si. Então acaba que é o que é de fato local, os conhecimentos locais tão sendo colocados em segundo plano (...) como eles falam, forasteiro vem pra cá, traz uma coisa e forasteiro sempre traz algo melhor do que a gente faz. Esse é um movimento que tá impactando diretamente os mais jovens, inclusive. Porque o frenesi deles é de trabalhar, estar ou vivenciar o Réveillon. Pra gente ver a galera, por exemplo, consumindo marcas de cervejas caríssimas mesmo sem eles terem...é uma escolha deles, não tendo condições em si, mas porque a foto no Instagram com aquela cerveja dá um impacto, sabe?! (Garaçuma).

É importante salientar que o aspecto problemático dessa questão não está na disponibilização dessas novas formas de consumo cultural. E sim, na constante evidenciação destas simultaneamente à desvalorização dos gêneros tradicionais.

Durante a realização do Réveillon e da Semana Santa, é comum no povoado quedas de energia e falta de água por conta da infraestrutura incompatível com o fluxo turístico impulsionado pelas festas. Assim como no estudo feito por Fonteles (2004, p. 149) sobre a turistificação da vila de Jericoacoara no Ceará "a publicidade em torno do lugar fez com que o fluxo turístico (...) se tornasse incompatível com a infraestrutura local, trazendo problemas à população receptora, (...) criando um turismo desordenado, comprometendo a qualidade de vida dos moradores.

Os níveis de insegurança também aumentaram na região, comprometendo o bem-estar da população e se contrapondo à um dos principais chamativos anunciados para promover a rota: a tranquilidade. Essa problemática é citada mais de uma vez nas entrevistas, principalmente quando levantado o questionamento sobre o que sentem saudade.

> O turismo vem, o turista vem, vem com aquela sensação de que aqui é uma cidade que não tem coisas erradas, tipo ladrão, assalto, essas coisas. Como você sabe já teve turista assaltado, um monte de coisa. Isso na minha época, ninguém ouvia falar. Isso

> há uns vinte anos atrás, ninguém ouvia falar num assalto, ninguém ouvia falar numa morte, ninguém ouvia falar nada. Até quando adoecia uma pessoa que ia numa ambulância, o pessoal ficava “Eita, tem uma pessoa doente”, chegava aquele meio mundo de gente pra olhar. Hoje em dia não, é normal. Hoje em dia é normal com o que tá acontecendo. (Serra)

> Eu merma acho que eu sinto saudade do tempo que a gente ficava nas portas até tarde da noite e não tinha violência. Você dormia na rua, você podia deixar a porta aberta de casa que não tinha nada disso. Hoje não. Hoje com o progresso que chegou, a gente não pode fazer nada disso. A gente tem que ficar dentro de casa. (...) A segurança da gente é dentro de casa. Se a gente ficar na rua é arriscado a uma bala na cara. Que aqui a violência num tá muito pequena não, viu?! Tá chegando que nem em Maceió. Eu acho que antigamente era bem melhor, bem melhor mesmo. (Cação)

Um desses casos pôde ser visualizado ao longo da observação direta ao tomarmos conhecimento de um assalto realizado na rua principal do povoado Marceneiro, onde um grupo de turistas na madrugada de um dos dias do Réveillon de 2020/2021, teve seus pertences roubados.

Evento esse que contrariou as recomendações da Organização Mundial da Saúde, considerando o contexto da pandemia da Covid-19. Embora tenham publicado nas redes oficiais que a virada do ano seria cancelada para que a população e o local fossem preservados, a empresa realizou o Réveillon apenas diminuindo o número de participantes. O mesmo aconteceu durante a Semana Santa dos Milagres de 2021 que contou, inclusive, com um dia de festividade na piscina natural. Essas atitudes demonstram a real falta de compromisso que o grupo tem com o território e seus residentes, priorizando sempre o caráter econômico de suas ações.

Ainda que apresente todas essas posturas controversas, a opinião dos habitantes é divergente no que tange à atuação da instituição na área. Sobretudo entre os moradores do Marceneiro, há os que enxerguem a inserção de seu representante no local de modo mais predatório, como se este tivesse o objetivo de dominação de todos os espaços disponíveis no povoado. Entretanto, boa parte, principalmente aqueles que atuam no setor turístico, enxergam de maneira positiva a atuação da instituição na região. Esse ponto de vista se deve majoritariamente por conta da dinamização econômica ocasionada pela realização dos eventos. A fala de um dos entrevistados, trabalhador do ramo, ratifica essa informação:

> O pessoal às vezes critica, mas, cada um faz a sua parte. (...) Eu não vejo, como é que se diz, ele como um vilão aqui não. Porque quando ele trabalha, todo mundo ganha. Ele não ganha só. Ganha o bugueiro, ganha o taxista, ganha o garçom, ganha o barman, todo mundo ganha. E num ganha migalhas, né?! Ganha de acordo com o que você trabalha. (Serra)

Da mesma forma, essa percepção positiva foi trazida pela grande maioria dos entrevistados quando indagados sobre a atividade turística em geral, sendo a palavra “desenvolvimento” copiosamente citada. Não podemos contestar que o turismo, de fato, diversificou os modelos de atividade empregatícia e tem movimentado a economia nos municípios da Rota. O espectro positivo é ainda realçado quando consideramos que previamente à introdução desse novo nicho, a economia local baseava-se essencialmente em serviços bastante precários e mal remunerados, muitas vezes com índices periculosidade, como tiradores de coco, cortadores de cana e até mesmo os próprios pescadores, que a depender da modalidade de pesca, passavam dias em alto-mar longe das famílias.

Todavia, este trabalho parte do conceito de que desenvolvimento econômico não necessariamente implica desenvolvimento social. E de que, o formato como vem se dando as práticas turísticas na localidade estudada, além de contribuir com a lógica de perpetuação de acúmulo do capital nas mãos de uma minoria empresarial, sustenta um modelo que, a longo prazo, tenderá a desprover ainda mais a população do controle de seu território e, consequentemente, de suas territorialidades.

> Partindo do pressuposto de que vivemos inseridos no contexto de um modo de produção capitalista e que o capitalismo é, por essência, concentrador de riqueza e gerador de exclusão social, o que cabe colocar em discussão são as reais possibilidades de o turismo efetivamente contribuir para reverter o quadro de profundas injustiças sociais, histórica e socialmente construído (CRUZ, 2006, p. 339).

Outro fator que pode ser considerado desterritorializante no desenvolvimento da atividade turística localmente é a ideia generalizada de que todo o território que abrange a Rota Ecológica faz parte do município de São Miguel dos Milagres.

A nomeação do trecho “Rota Ecológica dos Milagres” que vai da Barra de Camaragibe (povoado do Passo de Camaragibe) até a cidade de Porto de Pedras foi “batizada” inicialmente por jornalistas especializados em turismo no começo dos anos 2000, sendo Ricardo Freire o primeiro a publicizá-la, inclusive para revistas de alcance nacional (BULGARELLI, 2019).

O grupo Tamo Junto reforça essa dissolução das fronteiras intermunicipais, tanto no seu discurso como na intitulação de seus eventos que carregam o nome Milagres, ainda que realizados em solo camaragibano.

O poder público estadual, por sua vez, também atua como difusor dessa nova delimitação territorial. Isso pode ser percebido através de algumas estruturas implementadas por esse, dispostas ao longo da Rota. Logo na entrada do povoado da Barra de Camaragibe, um

pórtico instalado pelo Governo do Estado de Alagoas contribui com essa nova demarcação simbólica (Figura 10).

Figura 10. Delimitação das novas fronteiras.
Fonte: Fotografia da autora. Novembro, 2019.

> Podemos dizer que o capitalismo já nasce virtualmente global, ou seja, sem uma base territorial restrita, bem definida, mas que, para realizar efetivamente sua vocação globalizadora, ele recorre a diferentes estratégias territoriais, especialmente aquela que faz apelo ao ordenamento geográfico estatal. A interferência "cíclica" do Estado, sempre como uma faca de dois gumes, na contradição que lhe é inerente entre a defesa de interesses públicos e privados, atua no mínimo como um sério complicador neste jogo entre abertura e (relativo) fechamento de fronteiras (HAESBAERT, 2009, p. 177).

Ainda nas proximidades desse pórtico, está situado um mapa delimitando a Rota Ecológica dos Milagres (Figura 11). Nele, percebe-se a pontuação das cidades e principais atrativos do trecho. Contudo, sem a limitação fronteiriça entre os municípios, imprimindo uma ideia de continuidade e unificação territorial.

Figura 11. Delimitação da Rota Ecológica dos Milagres pelo Governo do Estado de Alagoas.
Fonte: Fotografia da autora. Novembro, 2019.

Nesta roteirização feita pelo poder estadual dos atrativos presentes na região - com exceção de alguns equipamentos religiosos, da Associação das Ostras (embora o passeio ao cultivo proporcione uma bela vista do Rio Camaragibe) e do Projeto Peixe-Boi - é perceptível o favorecimento das paisagens naturais de belezas cênicas enquanto principais produtos turísticos a serem consumidos.

> Tanto na dimensão mais abstrata, quanto na mais concreta das intervenções urbanas, a imagem da cidade tende a ser construída por elementos postos numa linha coerente e contínua. Não por acaso, a visitação de uma cidade é constantemente ordenada, desde o mapa que toma como referenciais determinados espaços em detrimento de outros, até as práticas culturais que são selecionadas sob um conjunto de condicionantes, que tornem elas adaptáveis à promoção urbana por investimentos financeiros e consumo turístico (VIEIRA, 2016, p. 298).

Os templos religiosos, mesmo presentes nessa lista e sendo, de fato, edificações importantes para a história das cidades e até mesmo do Estado, não recebem a devida valorização no roteiro ou pela administração municipal. São superficialmente abordados, quando os são, nos passeios; além do tombamento não ter sido solicitado, nem pelo poder municipal nem pelo estadual, para nenhum deles.

A Capela dos Milagres, produto que pertence exclusivamente ao grupo Tamo Junto, sem ligação histórica com o município onde se encontra (Passo de Camaragibe), também aparece listada. Isso explicita ainda mais a influência política da empresa e a confusão causada pela falsa localização presente na nomenclatura de seus equipamentos e eventos.

A falta de reconhecimento dos limites territoriais causa incômodo em boa parte dos moradores, principalmente das áreas mais negligenciadas, como a Barra de Camaragibe. No processo da observação direta, através de conversas informais com comerciantes/residentes camaragibanos, foram ouvidos relatos incitando que os mesmos "perderam seu nome e sua origem" por conta dessa generalização do nome Milagres para se referir à toda a região. Essa inquietação também apareceu nas falas de uma moradora do povoado entrevistada.

> Marceneiro tá sendo falado agora porque antigamente nem falava. Mas Marceneiro é Barra. Marceneiro é Passo (Bagre).

Tomando ainda como exemplo essa localidade, existe uma insatisfação da população quanto à falta de investimento do poder público nos espaços com potencial turístico (Figura 12). Entre as muitas reinvindicações estão a falta de vagas de estacionamento próximo ao acesso à praia (já que as existentes na praça do mirante suprem apenas o contingente de hóspedes da pousada instalada na praça), a revitalização do mirante prometida em campanhas eleitorais e nunca realizada, a instalação de uma antena que capte o sinal das redes telefônicas, melhorias no saneamento básico e na segurança, e a sinalização do início do povoado – que acaba coincidindo com o início da Rota Ecológica, muito bem sinalizada.

Figura 12. Mirante da Barra de Camaragibe. Pouca estrutura e poucas vagas de estacionamento.
Fonte: Fotografia da autora. Maio, 2020.

A hibridização territorial, ou melhor, a condensação imagética de toda a região em um território-rede sob o homônimo de Milagres, faz com que os residentes dos demais municípios

sintam que sua história, origem e identidade estão sendo perdidas no processo de turistificação local. Ademais, essa estratégia homogeneizadora empregada pelos agentes turísticos, que selecionam determinados atrativos, paisagens, atores socias e elementos culturais - em detrimento da exclusão de tantos outros existentes - na constituição de uma marca a ser comercializada para atrair os turistas demonstra, mais uma vez, a forma espetacular com que o território é mercantilizado.

> Portanto, o que também não é difícil de se apreender é que tais escolhas resultam, na prática, no uso, mas também no negligenciamento do território, em duplo sentido: de um lado, enquanto se prioriza os territórios eleitos pelo turismo com obras e normalizações de uso, se negligencia outras porções de território, não raras vezes abandonadas à própria sorte. De outro, os territórios usados pelo turismo são, também, paradoxalmente negligenciados, pois o que é usado é o seu potencial passível de exploração pelo turismo e negligenciada, simultaneamente, a sua condição primeira de lugar da reprodução da vida (CRUZ, 2005, p. 38-39).

4.2. Nós vamos invadir sua praia

O turismo tem o espaço físico como seu principal objeto de consumo. Paisagens, terrenos em localizações privilegiadas, ambientes naturais, são incorporados pela indústria turística, onde desenvolvem seus projetos e empreendimentos a serem usufruídos por seus potenciais consumidores. Nos locais em que o turismo de sol e mar é o atrativo predominante, como é o caso da Rota Ecológica, são os espaços costeiros os vislumbrados pelos empreendedores que desejam instalar suas pousadas, condomínios e hotéis.

Esses novos meios de ocupação territorial têm sido um dos principais fatores a impactar na relação entre a comunidade receptora e o território, intensificando o conflito entre os diferentes agentes presentes na região. Entre os mais relevantes efeitos desterritorializantes estão: a interferência nas formas de uso preexistentes entres pescadores e moradores com o ambiente marítimo, a especulação imobiliária impulsionada pela procura das praias paradisíacas da rota e o consequente adensamento dos aglomerados de exclusão, além dos impactos ambientais derivados decorrentes desse processo.

> Nesse sentido, o turismo e a especulação imobiliária, ainda que freados pela regulamentação da área protegida, atuam como fatores de intensificação de conflitos, ao promoverem novas formas de uso do solo, normalmente praticadas por atores política e economicamente privilegiados. A partir disso, há uma potencial exploração excessiva e inadequada do meio ambiente, marcada pela desigualdade de condições de os diferentes grupos sociais satisfazerem seus interesses e necessidades (FRAGA, 2013, p. 70).

A terra, que antes era doada ou cedida para a população local e para os trabalhadores dos engenhos, das propriedades de agricultura do coco e outros serviços - seja pelo poder público ou pelos proprietários dos terrenos - hoje chega a valores inacessíveis para a maioria dos moradores. Uma das problemáticas que o aumento dos valores ocasiona é a questão que envolve a dificuldade das futuras gerações em permanecer no lugar de origem.

> Era os proprietário que dava (...) “Aqui, faça uma casinha pra morar” (Camurim).

Durante a observação direta, ouvimos relatos de moradores que venderam suas casas, bem localizadas, para compradores de fora da região e passaram a morar de aluguel em áreas mais periféricas.

Até alguns anos atrás, praticamente toda a presença de hospedarias era composta por “pousadas de charme”, caracterizadas por poucas unidades de hospedagem que ocupavam áreas menores na ocupação do solo, ambientalmente privilegiadas e com serviços especializados. Essa modalidade, ainda que individualmente apresentassem um baixo nível de impacto socioambiental, multiplicaram-se ao longo dos anos, e hoje já ocupam um considerável espaço territorial nas áreas costeiras, espacialmente em locais como o povoado de Tatuamunha (Anexo C).

> Esses hotéis e pousadas caracterizam-se pelo conforto e pela individualidade no atendimento. Além disso, promovem-se como compromissados com a sustentabilidade local e seguidores de princípios social e ambientalmente responsáveis. E pelo nível de qualidade oferecido, possuem um caráter elitista e destinam-se a turistas que podem pagar os altos preços cobrados. Logo, o padrão das pousadas de charme e dos turistas que as frequentam contrastam com as características socioeconômicas do município de São Miguel dos Milagres e da região da Rota Ecológica (FRAGA, 2013, p. 61).

No entanto, com a maior visibilidade alcançada pela Rota Ecológica na última década, graças aos esforços comunicacionais do empresariado turístico e investimentos do governo do Estado na melhoria das condições de acesso e recuperação asfáltica da rodovia AL-101 que corta toda a rota (DUARTE, 2012; ROTA, 2017), novas tipologias construtivas vêm sendo instaladas. Grandes condomínios residenciais, hotéis com ampla estrutura e pousadas de alto padrão são exemplos desses novos modelos cada vez mais frequentes na zona em estudo.

Para demonstrar as mudanças que a ocupação, especialmente do litoral, vem sofrendo com a presença dessa invasão imobiliária, e o adensamento geográfico ocorrido entre os anos de 2009 (pouco antes do “boom” turístico) e 2020, foram comparadas algumas imagens aéreas

de trechos pertencentes aos municípios da localidade entre o referido período temporal (Anexo A, B e C). A seguir, exemplificaremos por meio de alguns conflitos ocorridos nas diferentes localidades, as implicações que a dominação dessas zonas litorâneas por atores externos vem causando nas territorialidades precedentes.

Por se tratar de uma Área de Proteção Ambiental (APA) e considerando a proximidade que as áreas onde as construções são realizadas têm de ambientes naturais sensíveis, a negligência com que os empreendedores desenvolvem seus projetos é, por vezes, motivo para que o Ministério Público Federal e a Superintendência do Patrimônio da União sejam acionados. Descumprimento da legislação ambiental, avanços maiores que o permitido em relação à faixa marítima, e o despejo e tratamento irregular do esgoto produzido são algumas das causas determinantes para intervenção da justiça federal.

Na praia do Marceneiro, no final do ano de 2017, a obra pretendida pela Marroquim Engenharia Ltda foi embargada pelo MPF por conta da constatação de possíveis danos ambientais. O loteamento consistia em um condomínio de luxo com dezoito blocos de apartamentos de três andares cada, perfilando à beira da praia próxima a uma área de manguezal (Figura 13).

Figura 13. Vila dos Pescadores.
Fonte: Site da Agenda A, 2016. Disponível em: https://www.agendaa.com.br/negocios/imobiliario-e-turismo/5811/2016/09/14/milagres-conheca-os-novos-projetos-imobiliarios-que-devem-mudar-a-pacata-paisagem-da-regio. Acesso em 04/07/2021.

Além das questões de cunho ambiental, a inserção do condomínio localizado ao lado do único acesso oficial do povoado à praia, fechou essa via no intuito da privatização da entrada, causando uma série de manifestações dos moradores.

Já chamamos atenção para a considerável diminuição dos pescadores desse povoado em razão das novas possibilidades de ocupação que vêm surgindo com o turismo e outros fatores. Ainda assim, os remanescentes, juntamente com os demais habitantes, seriam prejudicados por conta do fechamento dessa passagem. Esse incômodo foi constatado através da fala de um dos moradores, pescador já aposentado.

> Ainda queriam há um tempo, ainda queriam fechar ali (...). Queriam fechar o povo que compraram isso aí. Queriam fechar a estrada ali, ficar a passagem que só passa uma pessoa. (...) Foi gente que só aí embaixo, uma rebelião danada aí. Foi muita gente lá (...). Já num tem por onde passar, ainda queriam fechar. Se o pescador matasse um cestão de peixe num tinha por onde passar, só se passasse de mão em mão por cima. É aí que eu digo. Hoje nessas beira de praia todinha pra lá até Porto de Pedras tá assim (Camurim).

Essas restrições na maneira como a comunidade costuma utilizar o território – ou seja, na sua territorialidade - ilustram a dominação desses empreendimentos privados sobre a área, impedindo a apropriação e a própria dominação do território por aqueles que ali residem. Já que, tendem a dificultar as atividades da pesca, que representa uma fonte de recursos materiais para os habitantes, e de lazer dos mesmos. Este é o primeiro fator desterritorializante que a inserção dessas estruturas acarreta.

> Os conflitos entre os diversos agentes e os residentes se justificam em grande parte porque para os demais se produz e se consome o espaço em função do turista, ao passo que para o residente o "espaço turístico" constitui uma esfera da vida cotidiana, do espaço vivido, sobretudo quando se trata das práticas de lazer (PAIVA e VARGAS, 2010, p. 11).

Ainda que a Vila dos Pescadores tenha sido embargada, a licença ambiental já havia sido emitida pelo órgão estadual responsável, o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA). Isso corrobora com a teoria de que a administração estatal tem suas ações voltadas para o favorecimento dos interesses políticos e econômicos dos agentes hegemônicos (PAIVA e VARGAS, 2010).

> Normalmente os empresários da região tem cacife, né?! Tem entrada política a nível estadual também. Mas a briga é bastante intensa aqui. A SPU é acionada diversas vezes, pelo município ou pela colônia dos pescadores. A Superintendência do

> Patrimônio da União, que é responsável por organizar toda essa questão do uso da praia, da costa (Sirigado).

Em 2020, foi anunciada a construção de um novo condomínio no mesmo terreno da situação anterior, o denominado Naluum Residence. Composto por 100 casas de 3 ou 4 suítes, e equipamentos como bar de praia, *sport* bar, playground, *bistrot*, hidromassagem e "*boulangerie*" (francês para padaria), o mais recente empreendimento da Rota Ecológica manifesta a pretensão de fazer com que o turista não tenha a necessidade de ir além dos muros do seu modelo em miniatura de cidade.

Esta iniciativa só reforça a tendência do turismo voltado para a produção de espaços elitizados, fechados em si mesmos, sem nenhuma intenção de permitir e/ou incentivar o contato dos visitantes com a cultura local. Muito pelo contrário. Os hotéis e resorts presentes na região, quando resolvem promover atrações culturais para seus hóspedes, costumam contratar músicos e DJ's da capital ou de outros estados.

> O turismo aos "não-lugares" reforça a tendência hegemônica, fazendo com que os turistas sintam-se em casa, como se estivessem em seu lugar de origem. Os resorts caracterizam um modelo de alojamento produzido pelo turismo global, com ambientes muito familiares, como se o cotidiano estivesse ali presente. Há uma indiferença à cultura local, desterritorializando-se o espaço (FONTELES, 2004, p. 99 – 100).

A disponibilização dessa diversidade de equipamentos de lazer dentro desses condomínios, quando comparada ao fato de o povoado do Marceneiro não possuir sequer um espaço público voltado à prática de esportes ou para as brincadeiras da infância, reafirma as desigualdades sociais entre o público-alvo a quem o desenvolvimento turístico se direciona e a comunidade local.

A construtora do Naluum Residence, a Podium Engenharia, é uma das empresas que mais tem se beneficiado com o aumento do turismo na região. Com exceção da já citada obra em andamento, outros quatro grandes loteamentos de alto padrão foram instalados na rota pela incorporadora, sendo dois no município de Passo de Camaragibe e dois em São Miguel dos Milagres. Esse é um dos indícios sobre a classe que está sendo privilegiada com o crescimento da atividade. Os conflitos resultantes da maneira como esse empresariado se posiciona localmente - inclusive justificando suas ações negativas com base nos empregos que terminam por gerar - apareceu na fala de alguns entrevistados quando perguntados sobre os pontos negativos que o setor turístico traz consigo.

> Vou começar pelo positivo, mas pra dizer depois que esse ponto positivo, ele não justifica muito do que os empresários tentam fazer aqui. Positivo é o seguinte, velho...a cidade, toda a região...as cidades são pequenas, não tem indústria. Não tem nada disso de cidade grande. (Que bom também que não tem, né?!) Enfim..pacata, com sua simplicidade, tem oito mil habitantes em Porto de Pedras. Oito mil. Então quando vem o turismo ele dá uma mexida bem significativa mesmo na questão econômica mesmo da cidade. Porque você tem antes a prefeitura como principal meio de trabalho, né?! (...) E para além da prefeitura, eu cresci ouvindo isso, né?! Era pesca e agricultura. Com o turismo, você tem esse setor de serviço que emprega muita gente. Então as pessoas precisam de grana também, né?! Pra viver e tal. Mas esse aspecto positivo também...aparentemente positivo...ele pode ser utilizado pra algo negativo. E ai tá no discurso mesmo de alguns empresários. Usar a justificativa do emprego, por exemplo, pra fechar praia, levantar cercas na praia, limitar o acesso das pessoas, da população à praia. E isso acontece muito aqui. E é uma briga que vem perdurando há muitos anos. Pescadores tem perdido espaço, onde eles construíam suas palhoças pra guardar seus utensílios de pesca, por exemplo. Hoje tá disputando espaço com empresário que tá querendo aquele espaço pra construir sua pousada, enfim. (...) Esse ponto que eu falei, que é positivo entre aspas, ele é utilizado. É um discurso forte pra dizer "Ah não, mas a gente tá dando emprego a cidade. Se a gente não tiver aqui vocês vão ficar sem emprego". Então tem esse lado negativo. Você tem a praia que sempre foi sua, sempre foi da população, aberta, livre...ela hoje, ela tá limitada. O que mais tem são cercas sendo levantadas. É isso que preocupa mais (Sirigado).

> E o que eu acho errado é o crescimento desordenado. A região tem condições de crescer sem atrapalhar o pão de cada dia de ninguém. Muitos desses empresários aí, que tentam investir de uma maneira incorreta pra tirar a paz da comunidade (...) tem uns que são pacíficos, chama você pra conversar "vamo fazer pra ficar com pra todo mundo". Tem outros não, querem fazer daquele jeito não importa que morra gente, que mate gente de fome, que fique desempregado, ele quer daquele jeito. É esse crescimento desordenado que eu sou contra. Tem como crescer a cidade sem tirar a atividade de ninguém, tem ou não tem? É só sentar e ver uma solução. Mas aqui é assim. O cara quer construir, o cara quer investir e ele quer passar por cima de todo mundo (Serra).

Outro problema decorrente da forma como esses empreendimentos estão dispostos são as muralhas que constroem para dividir os que estão dentro dos que estão do lado de fora (Figura 14).

Figura 14. Muros que cercam os novos grandes empreendimentos na região.
Fonte: Fotografia da autora. Outubro, 2019.

De uma maneira geral, esse tipo de configuração afeta toda a população local, pois, é sabido que a impermeabilidade da visão entre interior e exterior, a cegueira de extensos muros, implica na intensificação da insegurança em seus arredores. Ao mesmo tempo em que esses obstáculos são erguidos para promover a segurança dos que estão dentro deles, fazendo-se convidativos pela liberdade parcialmente proporcionada, resultam na desintegração das relações comunitárias de vizinhança preexistentes. Essas sim são, de fato, as verdadeiras promotoras da segurança sem distinções.

> A segurança é a inimiga da comunidade cercada de muros e protegida por cercas. O sentimento de segurança faz com que o temível oceano que serve de obstáculo entre "nós" e "eles" mais pareça uma piscina convidativa. O apavorante precipício entre a comunidade e seus vizinhos mais parece uma trilha para vaguear/passear/andar aberta a aventuras agradáveis (BAUMAN, 2003, p. 127).

Até pouco tempo atrás, a Rua da Praia não era o único acesso que os moradores e pescadores do Marceneiro tinham para chegar à faixa de areia (Figura 15).

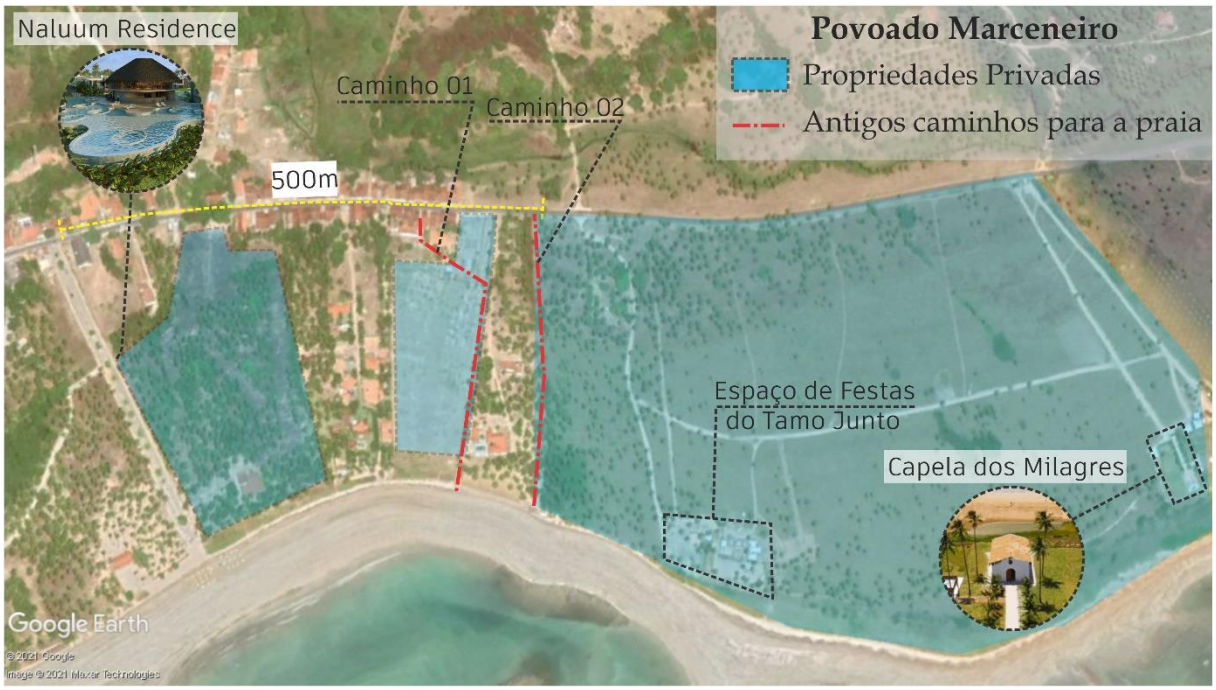


Figura 15. Antigos acessos, novas barreiras.
Fonte: Imagem produzida pela autora.

Caminhos feitos pela própria comunidade existiam em outra parte do povoado, um deles com décadas de existência e outro feito logo após o fechamento do primeiro, em decorrência de um muro erguido para limitar uma propriedade privada (Figura 16). Eram por esses

caminhos que os pescadores levavam seus motores de rabeta para deslocar as embarcações na busca do alimento e que os moradores percorriam para se encontrarem numa tarde de lazer à beira-mar.

Figura 16. Muro fechando o Caminho 01 (ver Figura 15) para a praia.
Fonte: Fotografia da autora. Novembro, 2019.

Negar a lógica com que os habitantes se relacionavam com o seu território, é negar a sua territorialidade. Fechar os caminhos é fechar seus meios. Mas as consequências das atuais condições de dominação territorial não param por aqui no povoado em questão.

Mesmo sofrendo há muito com as enchentes ocasionadas pelas fortes chuvas, a população tem se deparado com essa situação em períodos de tempo cada vez menores por conta do contínuo adensamento construtivo próximo aos corpos d'água, que são acompanhados por uma vegetação de manguezal.

> A especulação imobiliária e a consequente ocupação desordenada decorrente de tais atividades têm resultado, por exemplo, na destruição de manguezais, os quais constituem ecossistemas essenciais ao ciclo de vida de inúmeras espécies, além de exercerem papel fundamental no enriquecimento dos sistemas costeiros. Os manguezais contribuem ainda, para amortecer os processos de enchentes, assoreamento e erosão marinha, absorvendo grande parte do impacto resultante da descarga de poluentes decorrentes da poluição urbana, além de ser fonte de subsistência para famílias ribeirinhas (SILVA, 2011, p. 22).

No início desse ano, mais um alagamento fez com que parte dos habitantes tivesse suas casas invadidas pelo acúmulo de água, perdendo móveis (Figura 17). A prefeitura municipal, dessa vez, tomou medidas paliativas, como alargar o canal e distribuir cestas básicas para os moradores afetados pelo acontecimento. Contudo, continua a conivência com a raiz do

problema. O município do Passo de Camaragibe não possui um Plano Diretor que normatize os devidos afastamentos ou a taxa mínima de permeabilidade das edificações. Estas continuam passando na larga malha da fiscalização federal e estadual, instalando-se em locais impróprios e gerando impactos socioambientais em seu entorno.

Figura 17. Enchente no povoado Marceneiro.
Fonte: Fotografia da autora. Janeiro, 2021.

No centro de São Miguel dos Milagres, desde o ano de 2016, vem ocorrendo um embate judicial entre os comerciantes - que ocupavam a orla do principal acesso da cidade à praia - e um empresário do ramo imobiliário com pretensões de construir um condomínio de mais de 3.000 m² quadrados à beira-mar que fecharia o caminho para o mar naquele trecho.

O conflito se deu início quando o proprietário da construtora Resulta entrou com um pedido de reintegração de posse do terreno localizado em frente à praia de SMM, onde 10 barraqueiros tinham seus comércios instalados, alguns deles há mais de uma década. O projeto não só teria implicações para os comerciantes, que seriam expulsos do local onde por anos obtiveram seu sustento, mas também no trabalho dos bugueiros, que teriam parte da sua rota realizada nos passeios com os turistas, fechada. Além disso, a obstrução da passagem traria ainda consequências para os pescadores, jangadeiros e para os moradores do município de maneira em geral que teriam a circulação para seu lugar de lazer, negada.

Isso fez com que esses diversos grupos se unissem para organizar manifestações – inclusive derrubando as barreiras da construção que vinham sendo colocadas – e buscar representação jurídica contra a forma como esse novo empreendimento pretendia se instalar. Após uma sequência de protestos e trâmites judiciais, em 2017 o empresário Gaspar de Almeida

Carvalho, proprietário do terreno, assinou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que previa algumas medidas compensatórias a serem promovidas pela construtora para amortecer os impactos da obra na realidade dos que já utilizavam previamente aquele território.

Figura 18. Pixo na rua de acesso a praia do centro de São Miguel dos Milagres, palco de conflitos ("Em breve a praia privatizada").
Fonte: Fotografia da autora. Maio, 2021.

Entre elas, estava a construção de 13 barracas e 5 quiosques que serviriam de nova instalação para os comércios e pescadores, e a urbanização de 320 metros lineares de orla no local (CONDOMÍNIO, 2019). No entanto, a adesão ao TAC por parte dos comerciantes não foi unânime e apenas 6 dos 10 barraqueiros assinaram o termo. O efeito para aqueles que não aderiram foi a destruição de suas barracas (Figura 19).

Figura 19. Demolição das barracas dos comerciantes em São Miguel dos Milagres.
Fonte: Site do portal de noticias 7 segundos. Disponível em: < https://www.7segundos.com.br/maragogi/noticias/2019/10/16/132414-barracas-sao-derrubadas-na-praia-de-sao-miguel-dos-milagres>. Acesso em 10/07/2021.

O desdobramento desse caso foi à edificação, custeada pelo empreendedor, de quatro quiosques na lateral do terreno em questão, não mais localizadas privilegiadamente à beira-mar. Porém, somente dois desses estão hoje ocupados pelos antigos comércios e os outros dois encontram-se desocupados, apesar de um deles ter sido utilizado por um período de tempo entre 2020 e 2021 por um restaurante pertencente a empreendedores de Maceió.

Todas as barracas preexistentes foram retiradas. Contudo, um dos barraqueiros chegou a reconstruir seu quiosque na frente da praia. Na entrevista feita com esse, afirma que o local onde insistia em instalar seu comércio costumava ser o lugar onde ele e seu pai guardavam o barco que usavam para a pesca. Em 31 de dezembro de 2020, na virada do ano, seu bar foi novamente demolido, segundo ele por questões políticas pessoais com o até então prefeito vigente que havia perdido a reeleição. Hoje, ele e mais dois comerciantes ocupam de maneira mínima o espaço da orla, vendendo seus produtos com o amparo físico unicamente de um freezer, no receio de reerguer uma melhor estrutura e ser mais uma vez levada ao chão.

Diante desses fatos, uma questão nos parece importante pontuar. Ela diz respeito ao movimento de resistência da comunidade local, que insatisfeita – e afetada – com a atuação dos representantes do poder público e do setor imobiliário, congrega forças entre os diferentes segmentos envolvidos nesse processo desterritorializante. Logo, há uma tentativa de reterritorialização por parte dos habitantes, que se empenham em recorrer ao controle e aos meios de sustento provenientes do território, ou melhor, da ocupação deste, que lhes vem sendo retirados.

As constantes ameaças sofridas e os problemas enfrentados acabam por despertar a necessidade de união e da organização de um grupo cada vez mais conciso. Até o final das entrevistas, os jangadeiros do centro São Miguel dos Milagres ainda não possuíam uma associação formada, existindo apenas a representação no povoado de Porto da Rua. Mas em entrevista, um dos representantes desse setor afirmou que o projeto já estava em desenvolvimento, destacando o aspecto da solidariedade entre os indivíduos e a importância da coalizão daqueles que pertencem ao território para que continuem dele se apropriando.

> Do mesmo jeito que nós se habilitamo, com a associação a força é maior, né?! Nós vamo pedir mais curso aqui pra ajudar até os amigos que não tem habilitação pra que eles façam um passeio adequado, e segundo, a gente vai juntar aqui uma cerca de noventa a cem associado na associação de jangadeiro e nós lutar aqui pra nós poder diminuir essa poluição, nós dar exemplo aqui, principalmente nós que somos jangadeiros, somos nativo da cidade dar o exemplo aqui (Mero).

De acordo com Bauman (2003), situações que ameaçam a existência coletiva costumam ser fortes impulsionadores do sentido de comunidade. Esses membros, reconhecendo a dificuldade em controlar a realidade em que se encontram inseridos, diante das relações sociais que agora ali se dão, “encolhem o mundo para adaptá-lo ao tamanho de suas comunidades e agem politicamente a partir dessa base” (BAUMAN, 2003, p. 91-92).

Ainda nesse depoimento, foi relatado outro conflito que vem envolvendo investidores externos e jangadeiros. O impasse é que donos de pousadas e outros agentes tem direcionado suas atenções para a aquisição de jangadas, contratando parte da mão-de-obra local, desprovida das condições de adquirir os próprios meios de produção, para conduzi-las.

De um lado, empresários que, por deter o capital de investimento, orientam sua obtenção de lucro através da dominação da força de trabalho da comunidade receptora e dos meios que esta retira os recursos de seu território. Do outro os nativos, que depois de se reinventarem com o intuito de ingressar e tirar proveito da nova lógica do mercado turístico, veem sua própria reinvenção, ser também dominada por esse mercado.

> O ponto negativo são os empresários, né?! Muito empresário já tá entrando aqui no nosso trabalho, e o cara tá querendo fazer cinco, três embarcações e tirando, tirando o ganha-pão de muitos, de muitos nativos aqui da nossa cidade. É, porque vai ter uma hora que nós não vai ter o espaço e eles como tem o dinheiro, né?! Como são empresários, eles acabam tendo mais o espaço que nós que somos nativos da cidade. Aí eles compram a jangada aí quer passar um valor pro condutor da embarcação, enquanto ele vai ganhar 70% em cima do valor do nativo. (...) O cara que precisa acaba indo trabalhar pra eles, né?! (...) Aí ele sabe que sempre vai tem alguém que não tem condições e acaba tendo o direito de se habilitar, tira a habilitação na marinha e acaba fazendo o passeio, trabalhando pra outra pessoa, que é o caso que tem muito aqui, né?! Não tem essa condição de comprar uma embarcação, que é a jangada, e acaba trabalhando pro empresário. O empresário passa um valor pra ele e ganha muito mais acima do valor, né?! Que passou pro jangadeiro (Mero).

Um agravante para essa questão é que as atividades dos jangadeiros estão diretamente relacionadas ao espaço ocupado. Por se tratar de uma APA, existe um limite de embarcações na visitação às piscinas naturais. Se o número de condutores continuar aumentando sem o substancial dimensionamento da capacidade ambiental, considerando ainda as práticas empresariais citadas acima, o número de passeios se tornará incompatível com o contingente de trabalhadores, saturando a atividade e fazendo com que o retorno financeiro chegue a ser inviável, ou ainda, insuficiente.

A falta de regulação na distribuição dos alvarás também tem afetado a classe dos bugueiros em SMM. Diferente do grupo anterior, os condutores de buggy estão organizados em duas associações no município. Na interlocução com um dos representantes, este estabelece uma estimativa de 120 bugueiros associados no total das duas entidades, mas quase 200

presentes no local. Comenta sobre a preocupação em relação ao excesso de oferta de serviços, e como as representações estão se unindo para a formulação de um projeto de lei que regulamente a concessão de alvarás de acordo com a demanda turística. Em uma das falas, discorre como os investidores de fora da região vem interferindo no setor, remetendo-nos à semelhança com o caso anterior:

> Pra amarrar aquela questão (...) o cara tem um alvará, pega o alvará e vende. Aí nós mudamos alguns sentidos lá, tipo, quem tiver o alvará, só vai poder ter um e só vai poder passar pra parente de primeiro grau. Pra nunca vender. Do jeito que tá, todo mundo tá comprando. O turismo, graças a deus, aqui só tem a aumentar, né?! E todo mundo tá querendo investir. Tem gente de fora querendo vim pra cá pra investir no bugre, né?! (Serra).

Novamente, a relevância e a presença da união são mencionadas como forma de resistir coletivamente às adversidades.

> Que hoje tão explorando demais. Jangadeiros e bugueiros tão um sofrimento danado aí. Por conta da exploração, tá entendendo?! (...) A ideia é manter todo mundo num nível só. (...) Como as duas associações é...todas duas bem organizadas e unidas, tem duas, mas é como se fosse uma. Todo mundo unido vai ser fácil de descobrir quem é que tá passando a perna, né?! (Serra)

A irresponsabilidade do poder público em São Miguel dos Milagres, no seu papel de gestor do espaço, fica evidente nestes exemplos. Primeiramente, nos casos das licenças de bugueiros e jangadeiros, emitidas pela prefeitura – junto aos órgãos ambientais no que se refere à última classe –, essa não se empenha em organizar as atividades que vem se desenvolvendo, não encabeça levantamentos e sistemas de controle do turismo no município, deixando os referidos grupos à mercê do saturamento.

Depois, no caso dos barraqueiros, a conivência com as manobras dos incorporadores, mesmo tendo ciência de que seus projetos descumprem a legislação corrente. Desde 2010, e com revisão prevista para este ano, a cidade de SMM conta com um Plano Diretor, instrumento que teria como objetivo promover a ordenação territorial, impedindo o crescimento desordenado.

Nesse documento consta que a delimitação para a Zona de Orla em áreas urbanizadas é de 70 metros em direção ao continente (ALAGOAS, 2010). Dentre seus objetivos e diretrizes está a garantia do acesso público à praia, inclusive destacando esse direito para os pescadores. Ainda assim, construções, como a do condomínio mencionado, continuam impermeabilizando

os antigos caminhos, intervindo na dinâmica cotidiana dos habitantes no que tange ao uso do espaço físico (Figura 20).

Figura 20. Muros e propriedades privadas fechando o acesso à praia do Toque em São Miguel dos Milagres.
Fonte: Fotografia da autora. Maio, 2021.

> Partindo de um ponto de vista mais pragmático, poderíamos dizer que questões ligadas ao controle, "ordenamento" e gestão do espaço, onde se inserem também as chamadas questões ambientais, têm sido cada vez mais centrais para alimentar esse debate. Elas nos ajudam, de certa forma, a repensar o conceito de território. A implantação das chamadas políticas de ordenamento territorial deixa mais clara a necessidade considerar duas características básicas do território: em primeiro lugar, seu caráter político – no jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os "micropoderes", muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-distributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta como os "ambientes" capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões (HAESBART, 2009, p. 76).

> Porque eles queriam fechar a praia central, que é um dos nossos cartões postais. Queriam fechar o acesso que a gente vai pra Dona Ilda. Foi muita coisa que aconteceu, viu?! Eles chegaram a fechar, a gente abriu. Fecharam de novo, a gente abriu. Isso vai muito do administrador do município, né?! Quando o administrador não quer, não tem jeito. Só que quando ele quer fazer, prejudicar, ele prejudica (Serra).

Fica bastante claro, em um dos depoimentos, o incômodo dos residentes relativo à conformação desordenada com que os empreendimentos vêm se instalando, atribuindo essa conjuntura, à falta de representação, no âmbito político, dos interesses da comunidade local. É igualmente perceptível a inquietação diante da perda de controle dos fluxos de apropriação territorial decorrente desse cenário. Fluxos esses, previamente abertos a partir de raciocínios estratégicos que facilitavam a obtenção dos recursos materiais e imateriais dos habitantes do território, e que hoje se colocam como barreira para esse propósito. Este é um dos mais fortes demonstrativos sobre a maneira com que as territorialidades preexistentes estão sendo ignoradas no processo de estruturação do turismo na Rota Ecológica.

> Aquela parte da praia de Porto da Rua até o Taturé não tem uma passagem pra ninguém não. A não ser uma passagem bem estreitinha entre a Pousada do Toque e o sítio de um proprietário lá. Só que assim, eles não têm culpa não. A culpa tá nos administradores anteriores. Que o cara chegou, construiu, a prefeitura viu e deixou, e ele tem culpa? Não. Qual era a da prefeitura na época? "Tá construindo? Eita, aqui precisa de uma entrada, viu?! Pro pessoal ir para a praia". A prefeitura não viu isso. O cara foi comprando, quem foi comprando foi fazendo o que queria. Quando eles fizeram o plano diretor, a única parte que escapou foi a da Mijadela pra o Riacho ali. Aí vem esse pessoal querendo comprar tudo pra fechar tudo. E aí? Qual o munícipe aqui na região que concorda com um negócio desse? Que antes a gente entrava por trilha, por tudo que é canto e saia na praia. Hoje não. Hoje tem aquele lugar certo. Ou você vai por ali ou não vai pra praia. (...) Tem uma estrada ali, que é na venda do Calango, que era um acesso até a praia. O muro passou: fechou. Aqui de banda desse posto tem um caminho também, que é um caminho que quando eu nasci já existia, a minha vó fala que existia...eles fecharam também. Todos esses caminhos são estratégicos. Foi feito com a finalidade de ajudar e facilitar a vida da gente. Mas quando esse pessoal chegou, dificultou, né?! (Serra).

As duas situações seguintes – que utilizaremos para ilustrar como os efeitos da falta de planejamento e ordenação territorial, aliado às contínuas investidas do empresariado turístico na dominação do espaço, vem impactando na relação entre os indivíduos e os meios de apropriação que estes mantêm com o território – se deram no município de Porto de Pedras.

A primeira delas envolvendo diretamente os pescadores locais. Em 2017, a Colônia de Pesca Z-25 solicitou ao Ministério Público junto a Superintendência de Patrimônio da União, um Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) requisitando oito locais para a instalação das palhoças, que servem de abrigo para as embarcações e utensílios utilizados no ofício, e para a manutenção dos mesmos pelos pescadores artesanais (AUDIÊNCIA, 2017).

Segundo os membros da Colônia, além dos frequentes casos de privatização dos acessos impedindo a passagem dos equipamentos e dos trabalhadores, os empresários que tem adquirido os terrenos à beira-mar, vem invadindo a área da marinha e causando transtornos não só aos que vivem da pesca, mas também ao meio ambiente. Uma das denúncias, por exemplo, refere-se à destruição da restinga – vegetação nativa da região – por esses agentes.

Contando com o apoio do ICMBio, e após muitas reuniões e pressões feitas pelos associados exigindo essa forma de garantia da utilização de um espaço do qual costumavam ter livre permissão de uso, conseguiram em 2018 a vitória judicial e quase a totalidade das áreas pleiteadas (COMUNIDADES, 2018).

No entanto, essa prática dos proprietários persiste, e em 2021 a comunidade pesqueira teve novamente de acionar os órgãos responsáveis por conta de um dono de terras que cercou um dos pontos de apoio delimitado pelo TAUS (PESCADORES, 2021). Inclusive, enclausurando as embarcações dos pescadores que ali se encontravam (Figura 21).

Figura 21. Embarcações dos pescadores cercadas por proprietário de terreno.
Fonte: Site oficial do G1. Disponível em: https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/05/27/pescadores-denunciam-que-foram-impedidos-de-trabalhar-em-praia-de-porto-de-pedras-alagoas.ghtml. Acesso em 10/07/2021.

Quadro análogo aconteceu no ano de 2020 e pôde ser constatado no diálogo com um dos entrevistados:

> Recentemente, aqui na Lages mesmo, uma dessas áreas da TAUS, de uso dos pescadores, tinha jangada e tudo mais, tinha vegetação nativa...teve um empresário que derrubou a vegetação nativa, queimou, cortou, mandou derrubar. Acho que faz, faz duas semanas isso. (...) E depois de dois dias os pescadores fizeram o replantio dessa vegetação nativa, e depois os empresários foram lá e derrubaram de novo (Sirigado).

A partir da ótica do materialismo histórico, a separação dos produtores de seus meios de produção é a primeira grande forma de desterritorialização do sistema capitalista, viabilizada pelo acúmulo primitivo do capital (HAESBAERT, 2009). No contexto da pesca artesanal, os meios de produção correspondem aos equipamentos manipulados pelos trabalhadores e o espaço físico para que estes possam manter esses instrumentos, além do acesso ao ambiente marítimo, de onde retiram o produto a ser comercializado, ou ainda, consumido. A fala a seguir ilustra muito bem esse quadro, onde essa classe que até pouco tempo atrás tinha o controle da sua forma de trabalho, e hoje se depara com várias barreiras para a manutenção do mesmo.

> Além de ter a dificuldade de chegar até a praia, os caras que compraram, que construíram não quer nem que o cara deixe a jangada na frente da propriedade dele. Onde os pescadores têm o direito assistido. Pescador é pescador. Foi costa?! Ele pode encostar a navegação dele. Até isso eles tão proibindo. Tipo, o cara tem uma jangada pesca a semana todinha, quando quer parar um pouco ele tem que colocar a jangada pra cima pra jangada secar um pouco, pra conservar. Ela não ficar molhada o tempo todo. Aí vem o dono daquela casa ali, daquela pousada e reclama porque o cara botou na frente da pousada ou da casa dele. Quer dizer que a praia é dele? Isso aí é um dos principais fatores que tá acontecendo aqui. O pescador tá sendo muito humilhado. Muito humilhado mesmo. Muito humilhado. É um negócio fora do comum. Porque

> um cara que nasceu e se criou aqui, que sempre teve liberdade pra buscar o pão e tá sendo proibido hoje. É complicado, né?! (Serra).

A destituição desses meios poderá implicar, a longo prazo, na extinção de uma prática ancestral de apropriação territorial dos habitantes locais que, diferente de uma elite globalmente desterritorializada por meio de seus altos índices de mobilidade, tem seus métodos de reprodução da vida estreitamente relacionados ao território e dos recursos dele provenientes.

> Precisamente a consideração da escala local (...) é, a esse respeito, esclarecedora, pois quanto mais frágil (socioeconômica e politicamente) é um grupo, maior tende a ser a sua dependência para com recursos de base estritamente local. Em contraste, os grupos de interesse mais poderosos podem ser mais facilmente indiferentes aos impactos negativos locais de um turismo predatório – seja por disporem de maior mobilidade espacial e capacidade de relocalização, seja por sua facilidade de se associarem interesses exógenos operando em nível regional, nacional ou mesmo global (SOUZA, 1997, p. 20).

Explicitando as manobras desapropriantes que os detentores do capital vêm reproduzindo na Rota Ecológica, fica clara a desvalorização dos modos de vida tradicional, somente acionados para estratégias mercantis como uma espécie de "fetichização" e mercantilização do cotidiano local – a exemplo da midiatização empregada pelo Tamo Junto na divulgação e ornamentação de seus eventos.

Mesmo com a significativa redução na quantidade de pescadores na região decorrente da adesão às novas ocupações viabilizadas pela demanda turística, alguns não se adaptam a essas e seguem no ofício. Uma das plausíveis razões para a não adaptação é a restrição financeira, visto que, as tradicionais jangadas de pesca precisam ser modificadas para realizar os passeios, e caso não tenham dimensão suficiente, faz-se obrigatória a aquisição de um modelo adequado. Um outro motivo seria – especialmente entre os mais velhos – o obstáculo da socialização com os turistas, erguido pela distinção cultural; ou ainda, pelo próprio sentimento de vocação que mantêm com a atividade pesqueira.

> Antes desse boom turístico, a jangada, ela tem um formato estético. A partir do boom turístico ela muda, ela se modifica esteticamente. Primeiro, a jangada tradicional do pescador (...) o mestre pescador da jangada, ele tinha o seu banco ali, onde ele ia colocar o remo, manusear e no máximo outro banco na frente que era pro proeiro, pro ajudante do mestre. E com o advento do turismo essa jangada foi totalmente modificada. Surgiram mais bancos porque a ideia é levar turista pra conhecer as piscinas naturais. (...) Alguns pescadores fizeram esse movimento, de tentar trabalhar com o turismo, tirar dali algo mais de grana mesmo. Alguns pescadores tentaram fazer isso, mas nem todos continuaram. Porque é outra lógica. Não conseguiram, não se adaptaram. O pescador, ele é pescador. O trato com o turista, entendeu?! Conversa com turista. Tem relatos assim "Ah, eu fui, eu tentei, mas não dá não. Eu sou pescador" (Sirigado).

Através das interlocuções feitas com antigos pescadores, algumas falas no sentido do apego individual ao tradicional ofício da pesca foram percebidas. As primeiras que se seguem manifestam a ideia de saudade em relação ao passado, suscitando as sociabilidades inerentes ao exercício. A terceira foi a resposta ao questionamento sobre a pesca fazer parte da cultura local.

> Rapaz, normalmente a pesca, né?! A pesca a saudade é outra. Porque mergulhando você vê muitas coisas bonitas. A gente pescava lagosta de mergulho, tinha pesca de arrastão, rede de arrasto também. Ai tudo isso aí você se reúne com os amigos e, e se torna, uma amizade no trabalho, né?! (Mero).

> Não porque não tem mais, né?! Porque se tivesse eu ainda ia. Ainda dava uma voltinha. A saudade, a lembrança (...). Comecei novo com essa coisa e terminei velho já (Camurim).

> É, perfeitamente. É uma grande coisa, uma grande cultura aqui (Camurim).

Certamente, esse modo de fazer compreende parte da cultura da Rota Ecológica; e assim como os demais aspectos culturais, são materialmente desconsiderados na elaboração do "produto" turístico da região. O roteiro oficial produzido reduz-se à comercialização de paisagens. Enquanto isso, as expressões artísticas, que por décadas fortaleceram a identidade do lugar, enfraquecem sem incentivo do poder público ou privado.

> Eu vou falar por Porto de Pedras porque sou daqui, enfim. É o que eu consigo enxergar. Mas acredito que isso se repete em todas as cidades da região. O turismo ele se fortaleceu, vem se fortalecendo cada vez mais, só que ele ainda é um turismo de sol e mar. Que é fácil de vender, né?! Não precisa de tanto esforço não. Porque vindo aqui o turista vislumbrado, adora e é isso que ele quer. A caipirinha gelada, praia e perfeito, é tudo muito bonito. Mas o turismo histórico e cultural ele não é aproveitado, ele não é valorizado em nenhuma dessas cidades, de São Miguel até Maragogi. E quando tem, são de organizadores que estão fora dos espaços de poder. Dos espaços de prefeitura, de gestão municipal. São movimentações esporádicas também, de manifestações culturais uma ou outra. Não tem um projeto, digamos, público, que vise o fortalecimento da cultura e também de todo o aspecto histórico da cidade para o turismo também. E é importante que o pessoal possa viver e viver bem, né?! O pessoal que faz cultura precisa também ser remunerado, ter uma renda. Então o turismo poderia também ser utilizado pra valorizar essa questão de manifestações culturais. Todo mundo sairia ganhando. O turista que iria gostar de ver, de gostar, de sentir, de entender o solo que ele tá pisando. Porque ele tá vindo pra cá sem saber exatamente a história da cidade, quais são as manifestações que se destacam aqui. Então ele pisando aqui ou em Maragogi pra ele tá quase a mesma coisa. É sol e mar. Então se cada cidade se preocupasse de fato em mostrar, de fato, suas particularidades históricas e culturais, eu acho que ganharia muito, né?! Tem um aspecto a mais, né?! Positivo para o turismo (Sirigado).

A segunda situação que exprime os intensos conflitos entre o empresariado e a comunidade receptora em Porto de Pedras, foi uma manifestação presenciada durante a

observação direta. No povoado Lages, a obra referente à pavimentação de uma estrada até a praia, financiada pelo poder público, foi alvo de depredação pelos "pousadeiros" da área. Segundo um dos manifestantes, os donos das pousadas que fazem fronteira com a construção, há algum tempo já tentavam inibir a presença dos moradores, jangadeiros e comerciantes locais. O esforço em expulsar a comunidade desses espaços é a demonstração de como esses incorporadores atuam com o propósito da "higienização" da paisagem e da privatização do lugar.

Sobre esse isolamento, Bauman (1999) discorre que "esses e outros espaços proibidos não servem a outro propósito senão transformar a extraterritorialidade da nova elite supralocal no isolamento corpóreo, material, em relação à localidade" (BAUMAN, 1999, p. 25).

Essa série de desapropriações acaba gerando uma sensação de insegurança sobre o futuro na comunidade receptora. Os agentes hegemônicos vêm literal e figurativamente cercando a população local de todos os lados. Primeiro fisicamente, com os extensos muros de seus empreendimentos, atrapalhando e, com frequência, impedindo o funcionamento dos ofícios, desde os mais recentes até os mais tradicionais. Depois, através da interferência externa nas atividades adotadas pelos moradores para se adaptar ao turismo, como no caso dos empresários que tem investido na terceirização de jangadeiros e buqueiros.

A incerteza sobre o que vem a seguir está intimamente ligada às questões territoriais. Os indivíduos da região, antes já dependiam intimamente do território para suprir suas necessidades básicas, seja pelo trabalho no âmbito do setor primário nas fazendas, coqueirais, canaviais, ou pela procura do alimento na pesca. Da mesma forma, atualmente, o turismo se configura ainda enquanto uma possibilidade econômica extremamente dependente do espaço. A diferença é que, os que agora trabalham no setor de serviços turísticos – mesmo sendo melhores remunerados em relação aos cargos disponíveis no passado – competem desigualmente com as intervenções de inúmeros investidores, que agem localmente sem qualquer vínculo com os demais usuários do espaço ocupado ou preocupação com os efeitos desterritorializantes decorrentes dos seus atos.

> Antes o território continha o dinheiro, que era em parte regulado pelo dinheiro, pelo território usado. Hoje, sob a influência do dinheiro, o conteúdo do território escapa a toda regulação interna, trazendo aos agentes um sentimento de instabilidade, essa produção sistemática de medo que é um dos produtos da globalização perversa da qual vivemos, esse medo que paralisa, esse medo que nos convoca a apoiar aquilo que não cremos apenas pelo receio de perder ainda mais (SANTOS, 2002, p. 19)

> E também, eu penso no futuro dos meus filhos, dos meus netos, como é que vão ficar, né?! O que eu queria era que as coisas se organizassem e que o crescimento viesse de

> uma maneira onde não atrapalhasse ninguém. Nem a mim, nem a você, a cidadão nenhum. Porque o que tá havendo é falta de amor ao próximo. Não tá havendo isso. Se houvesse isso, tava tudo certo. O que eu queria era que houvesse essa parte aí, do cara amar o próximo e pensar no futuro. É um pouco mais de coração, de quem vem. A minha vó e a minha mãe diziam: meu filho, nunca tire o pão da boca dos outros pra levar pra casa, você leve o pão pra sua casa tirado do seu suor (Serra).

O individualismo, tão característico da ideologia capitalista, chega aos munícipios da Rota Ecológica sob a imagem de um empresariado extraterritorial vigorosamente disposto a extrair o máximo de lucro possível de onde se instalam. Embora os laços comunitários de solidariedade permaneçam entre os habitantes, e sejam acionados para resistir às ameaças sofridas, o afunilamento de oportunidades e a crescente sensação de impotência no que tange ao controle e uso do território habitado, podem levar a uma individualização sistêmica pela escassez de recursos.

> A gente vai trabalhar, vai viver aqui imprensado, sabe?! Cada vez mais eles vão cercando e a gente vai ó (gesto de aperto com os braços) se imprensando cada vez mais. Aí vai chegar o momento de dizer assim: salve-se quem puder, né?! É o futuro...O que eu queria, do fundo do meu coração, era que isso crescesse com organização. Crescesse sem passar por cima de ninguém. Crescesse assim "Eita! Aqui tem um caminho. Quem passa por esse caminho?" Aí o cara diz "Ói, fulano, fulano e fulano. Só eles três passa". Aí o cara chega pra construir, compra "Eita, rapaz! Eles passam por aqui. Vou deixar o caminho pra eles passar, não vou atrapalhar eles não. Se eles passam por aqui, eles vão buscar o pão de cada dia...tem uma finalidade deles passarem por aqui". Eu queria isso aí, só isso que eu queria. O direito de ir e vir. Que a gente não tá tendo aqui. Tamo perdendo esse direito (Serra).

Outro exemplo que vem acontecendo nos três municípios em estudo – porém mais efusivamente no Passo de Camaragibe e em São Miguel dos Milagres – é o fenômeno que Haesbaert (2002) define como o mais circunscrito no processo de desterritorialização: a precarização socioespacial dando forma à "aglomerados humanos de exclusão".

Com os investimentos quase integralmente voltados para as áreas no sentido da praia, zonas residenciais existentes no lado da AL-101 oposto à beira-mar ficam à margem do projeto de "embelezamento" da cidade turística (Figura 22). Falta de pavimentação, ausência de saneamento básico, iluminação pública deficiente, enfim; a infraestrutura de maneira em geral, chega mais lentamente, ou nem chega, nesses espaços excluídos do cartão-postal. Esse cenário se agrava quando consideramos o adensamento geográfico que vem crescendo vertiginosamente.

Figura 22. Áreas com infraestrutura precária. À esquerda, rua localizada na Barra de Camaragibe, Passo de Camaragibe. À direita, via localizada no centro de São Miguel dos Milagres.
Fonte: Fotografia da autora. Maio, 2021.

> O que os une é a dinâmica de precarização socioespacial dominante na sociedade capitalista, que dá forma àquilo que denominamos "aglomerados humanos de exclusão", o exemplo mais estrito de desterritorialização. Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução de distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial (HAESBAERT, 2002, p. 67-68)

Diante dos aspectos apresentados, podemos concluir que o suposto desenvolvimento da região trazido com o turismo, não condiz com um desenvolvimento socioespacial de fato. Na realidade, o que seria possível contabilizar como evolução socioeconômica, restringe-se ao melhor rendimento econômico dos trabalhadores que atuam no setor. Mas esse, ainda assim, é acompanhado por uma forte instabilidade ocasionada pelas díspares relações sociais. Enquanto isso, essa falsa ideia desenvolvimentista ampara o acúmulo de riquezas dos atores hegemônicos, além de um progresso técnico com preocupantes consequências ambientais.

> Compreendido como um processo de superação de problemas e conquista de condições (cultuais, técnico-tecnológicas, político-institucionais, espaço-territoriais) propiciadoras de maior felicidade individual e coletiva, o desenvolvimento exige a consideração simultânea das diversas dimensões constituintes das relações sociais (cultura, economia, política) e, também, do espaço natural e social. É evidente que, desse ângulo de abordagem, o crescimento econômico e o progresso técnico são totalmente insuficientes como parâmetros definitórios (podendo, até mesmo, ser antes parte do problema que da solução: pense-se, por exemplo, no crescimento que se dá à custa de taxas ascendentes de degradação ambiental ou no progresso técnico que se faz acompanhar por desemprego tecnológico ou exclusão) (SOUZA, 1997, p. 19).

Desse modo, fica evidente a marginalização da população local, frente as dinâmicas impostas pelo turismo, em várias dimensões condicionantes para a reprodução da vida no território.

4.3. Contra a maré

Nos tópicos anteriores descrevemos os efeitos desterritorializantes que o avanço da atividade turística vem ocasionando na relação entre os indivíduos da Rota Ecológica e o território ao qual pertencem. Embora já tenhamos mencionado alguns dos movimentos de resistência por parte dos moradores frente aos conflitos, é nesta parte que nos ateremos a descrever as estratégias e os instrumentos empregados no sentindo da reterritorialização local.

O primeiro dos exemplos é o Instituto Yandê. Ainda que não constituído em sua direção por membros da comunidade receptora, as ações da instituição têm gerado resultados positivos no que tange ao incentivo do processo de adaptação da população ao novo mercado e na valorização da cultura local.

Surgido em 2012, a Organização Não-Governamental (ONG) atua nos municípios da Rota Ecológica baseando-se nos pilares da educação, cultura e meio ambiente. Seu quadro técnico conta com biólogos, comunicadores, advogados, entre outros integrantes de diferentes formações, formando um grupo interdisciplinar de apoio para os projetos desenvolvidos.

Dentre eles, no âmbito da capacitação profissional, o Yandê oferece cursos de informática para jovens e adultos, além do curso de Conduta Responsável realizado com os jangadeiros, mergulhadores, fotógrafos e outros trabalhadores que atuam nos passeios para às piscinas naturais.

No campo cultural, a entidade tem feito um importante trabalho de varredura e cadastramento das manifestações culturais presentes nos municípios da APA Costa dos Corais. Desse mapeamento, surgiram produtos significativos como a organização do documentário Samburá, que evidencia os atores da cultura da região; e também eventos, a exemplo do Forró Milagreiro e do APAió que envolvem a comunidade e suas tradições em suas programações. O Pastoril dos Homens, a batalha de Bumba Meu Boi, o samba de côco, as Cambindas, banda de pífano e o Bobo Gaiato são apenas uma parte dos grupos culturais existentes e que resistem à falta de incentivo governamental, tendo poucos espaços e oportunidades de atuação.

Mas, com certeza, um dos principais frutos da atuação da ONG localmente é a Oficina Peixe-Boi e Arte. Formada em 2012 a partir de uma capacitação de corte e costura feita com

vinte mulheres residentes da área, hoje o projeto funciona de forma independente, gerando renda para cinco dessas mulheres. A sede da Oficina está instalada na mesma edificação onde se encontra o Yandê, no povoado Toque, em São Miguel dos Milagres (Figura 23). Lá, elas confeccionam e comercializam as peças produzidas, que consistem em itens diversos itens aludindo ao peixe-boi marinho, animal protegido por legislação e que tem no Rio Tatuamunha – divisor dos municípios de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres – seu lar.

Figura 23. À esquerda, sede do Yandê e da Oficina Peixe-Boi e Arte. À direita, exemplo dos itens confeccionados pelas artesãs.
Fonte: Imagens retiradas das redes sociais do Instituto Yandê e da Oficina Peixe-Boi e Arte.

O instituto viabiliza suas iniciativas através de parcerias com empresas do setor privado, como a Toyota Brasil e as Lojas Renner. Consideramos o aspecto reterritorializador dessa entidade, visto a forma com que essa busca inserir a cultura local em seu exercício e impulsiona o empreendedorismo na comunidade. Ponderamos ainda que esse papel é justamente o que deveria ser desempenhado pelo poder municipal nas políticas públicas voltadas ao turismo; mas que durante a observação realizada nesta pesquisa, não vislumbramos planos efetivos sendo aplicados pelas prefeituras nesse sentido em nenhum dos três municípios.

Outra instituição com destaque no empreendedorismo social na região é a Associação Peixe-Boi. Situada no povoado Tatuamunha, em Porto de Pedras, a associação foi fundada no ano de 2009 pelos habitantes que viram na visitação ao peixe-boi uma fonte de renda. A regulamentação dos passeios foi firmada mais tarde, no mesmo ano, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público Federal. A partir desse termo, o ICMBio facilitou uma série de treinamentos relativos aos procedimentos ambientalmente responsáveis a serem adotados pelos guias durante às visitações. Em 2012, receberam o apoio da Fundação SOS Mata Atlântica para a estruturação e desenvolvimento de seu projeto. No ano de 2014, ganharam uma nova sede em um dos quadros do programa de Luciano Hulk (Figura

24). Hoje, possui cerca de cinquenta associados que trabalham com este modelo de turismo de base comunitária, todos pertencentes à região.

Figura 24. Sede da Associação Peixe-Boi em Tatuamunha.
Fonte: Fotografia da autora. Maio, 2020.

Sem dúvidas, a iniciativa representa uma atitude bastante positiva dos moradores referente à adaptação dos mesmos, e do ambiente vivenciado, às possibilidades ofertadas pelo turismo. A readaptação desse espaço com o intuito de inserir-se no mercado, remodelando as maneiras pelas quais se apropriavam do território e garantindo a continuidade do uso e de um certo controle sobre ele, expressa uma estratégia reterritorializadora. Nas palavras de Fonteles (2004, p. 23) “tendo de conviver com a nova realidade advinda com o turismo - e concluindo que agora o mundo não é mais só o seu lugar, e que o seu lugar não é mais só seu -, a população local reinventa o cotidiano”.

No entanto, a percepção sobre a presença do peixe-boi na área é ambivalente entre os habitantes e perpassa alguns conflitos entre os diferentes grupos que atuam na localidade. Para os integrantes da associação em questão e para os jangadeiros, o animal que não só fica no rio Tatuamunha mas que também faz eventuais passeios pelas piscinas naturais, significa uma fonte de renda e mais um atrativo para os turistas. Já para a classe que vive da pesca artesanal, as regulamentações ambientais que passaram a proteger o mamífero e as legislações concernentes à APA, acompanharam uma série de restrições para a atividade pesqueira. Os órgãos que fiscalizam o ordenamento – ICMBio e IBAMA – são mal vistos por esses atores, que sentem ter seus direitos e necessidades ignorados no que se refere à atuação fiscalizatória desses agentes ambientais.

> Muitos dos que fazem a associação, dos que levam os turistas pra visitarem o peixe-boi, muitos são pescadores. E é interessante que pra esses pescadores que fazem parte da associação também, o peixe-boi é um ator importante porque ajuda na renda, no passeio que eles fazem. Mas tem outra categoria de pescador que não gosta, e tipo, mais criticam o peixe-boi e inclusive pedem pra que tirem o peixe-boi daqui. Porque eles comentam que com a vinda do peixe-boi, o peixe-boi trouxe também a APA e também trouxe o IBAMA, que é o ICMbio hoje, assim, na prática, né?! E a fiscalização aumentou no sentido errado, eles falam. Porque o peixe-boi, por exemplo, ele rasga as redes dos pescadores de tainha principalmente. Dos que pescam tainha, os mais antigos. Eles comentam que o peixe-boi ele vai, ele rasga a rede, mastiga o peixe. E o IBAMA e o ICMbio, ele não faz nada em relação a isso, pra tentar resolver, solucionar esse problema. Que vai além disso, né?! Toda a questão do manejo da área e dos recursos. Eles falam que o ICMbio trabalha só em função do peixe-boi e não da população. Esses pescadores mais antigos, da tainha, da canoa ainda. Então quando você vai ver o movimento dos pescadores, não dá pra pensar os pescadores de forma homogênea. Existe várias divisões ali: os que enxergam no turismo, no peixe-boi uma maior possibilidade de ter mais recurso, ter uma grana a mais ali, extra...e outros que não. Que não se adaptaram a essa intervenção externa, a esses atores externos. E passam a questionar, e questionam. Não só os empresários, mas questionam o ICMBio (Sirigado).

> Pra você ter uma ideia, né?! Um pescador, ele num pode pescar. Num tem pra ele um advogado. Num tem pra ele um apoio. Num tem nada. Aí você vê uma coisa, que eu acho um pouco fora do comum. Tem o peixe-boi, num tem?! O peixe-boi tem carro, tem moto, tem funcionário, tem dinheiro, tem advogado, e tirando toda a privacidade do pescador por causa dele. Tão proibindo os caras de pescar, tão proibindo. Ói, pra você tem uma ideia eu não gosto de chegar a fundo nesse assunto porque o negócio é sério. Não sou contra o peixe-boi não, acho bonito...preservação. Só que eles tão preservando o peixe-boi e botando o pé em cima dos mais fracos. Acabando com a pesca do pessoal, implicando. O cara vai pescar, quando chega, toma multa o cara. Quer dizer, isso não tá certo. Aí o pescador não tem condições de ter um advogado pra se defender, num tem nada. Agora o peixe-boi tem tudo. Não tenho nada contra o peixe-boi não, é até uma atração. Só acho errado como eles fazem as coisas. Eles querem parar tudo. Querem proibir tudo. Isso aí...daqui a uns dias num vai ter nem como o cara ir pescar não. Quem sobrevive da pesca aqui tá sentindo na pele. Vai chegar época aqui, que o pescador pra ir pegar um peixe ele vai sair de noite, nas calada da noite, pescar e voltar pra ninguém ver (Serra).

Assim, as disputas pelo controle territorial vão além do conflito entre os grupos locais (pescadores, jangadeiros, bugueiros, comerciantes) e os empresários do setor turístico. Existe também, um embate que envolve a influência dos órgãos ambientais sobre o trabalho dos pescadores. Embora em determinadas situações o ICMBio se posicione a favor dos atores da pesca, estes acabam sofrendo com algumas implicações do Plano de Manejo da APA (ICMBio, 2013), que rege legalmente como o uso dos recursos presentes nas zonas delimitadas deve ser feito.

Este documento define, por exemplo, limitações de várias modalidades da atividade pesqueira nas Zonas de Uso Sustentável (ZUS), a saber: redes de espera, pesca da camboa, arrasto de praia e redes de lagostim. Nas Zonas de Visitação (ZV) e nas Zonas de Preservação da Vida Marinha (ZPVM) estão proibidas: na primeira, a extração de qualquer tipo de recursos

naturais (incluindo a pesca), e na segunda, todo tipo de atividade antrópica relacionada ao uso direito ou indireto dos recursos.

Nessa conjuntura, onde o ambiente marítimo está sujeito a uma série de ordenações, pescadores terminam sendo autuados pelas eventuais penalidades cometidas no exercício. Essa redução no acesso e controle dos recursos – e as consequentes multas aos descumprimentos desses novos códigos – causam sentimentos de indignação e de angústia no grupo dos pescadores, que antes podia usufruir livremente da área e do que nela é ofertado. Somado a isso, o tratamento privilegiado dado às intervenções claramente nocivas de certos agentes nesses mesmos ambientes – como a festa na piscina natural comentada no primeiro tópico – intensifica, ainda mais, a sensação de que estão sendo injustiçados no processo de distribuição dos direitos sobre o território.

Sabemos que a regulamentação do uso da APA Costa dos Corais é de extrema importância para a preservação desse ecossistema tão sensível. Nosso ponto não é questionar o ordenamento territorial demarcado pelas instituições responsáveis, mas sim, evidenciar a complexidade dos conflitos decorrentes das assimetrias sociais com que cada grupo se beneficia dos recursos disponíveis, e como ambivalente pode ser a presença dessa entidade no papel de gestora distributiva desses benefícios.

A legislação imposta acaba, como colocado por Ennes (2014) ao analisar a realidade da população que vive no entorno de uma unidade de conservação, acentuando a invisibilização desses atores, já socioeconomicamente vulneráveis mesmo antes da delineação ambientalista, resultando em uma “(...) realidade que se agrava face a um novo campo de disputa para o qual e no qual, tal como antes, não podem atuar a não ser em condições de desvantagem” (ENNES, 2014, p. 250).

A chegada de uma delimitação ecológica foi, por uma parcela da população local, aproveitada enquanto tática para assegurar a sustentação financeira e a utilização do território para tal fim, recriando territorialidades. Uma outra parcela, especialmente a que continua obtendo seu mantimento através dos meios preexistentes de apropriação, tiveram, por conta dessa mesma lógica, restringidos os acessos aos recursos, recebendo punições ao infringir os novos limites.

Simultaneamente, a própria agência que aplica as restrições, adere às potenciais reinvindicações territoriais do grupo que: hora limita e “pune”, hora se posiciona ao lado para enfrentar os conflitos limitantes com a classe empresarial. Essa situação contribui para a ambiguidade como o órgão ambiental regulador é percebido localmente.

O associativismo na vertente do turismo de base comunitária pode ser identificado em mais atuações espalhadas pela Rota Ecológica. Na Barra de Camaragibe, a Associação de Ostras Riomar (Figura 25) representa a inserção do modo de fazer das marisqueiras como atração e experiência proporcionada aos turistas. Formada em 2003 e registrada juridicamente em 2007, hoje é liderada por uma dupla de mulheres que enxergaram nesse nicho uma possibilidade de fonte de renda.

Figura 25. Cultivo de ostras da Barra de Camaragibe.
Fonte: Fotografia da autora. Fevereiro, 2019.

Em entrevista, essas representantes relataram sobre as formações e os apoios que receberam de instituições ao longo de sua existência, provenientes de ONGs, do SEBRAE e do ICMBio. Comentaram ainda, sobre visões de integração e ampliação dessa forma alternativa de inserir a vivência cotidiana dos atores locais – a partir do turismo rural – e dos aspectos históricos presentes no centro do município, no roteiro turístico. Inclusive, considerando particularidades dessas parcelas municipais que não são contempladas atualmente pela atividade do turismo.

Esses modelos, propostos pela comunidade receptora, resistem ao foco da mercantilização da paisagem paradisíaca como única forma mercadológica de extrair a valorização territorial. Infelizmente, mesmo com o potencial esclarecimento externado a partir dos indivíduos que já atuam nesse âmbito, a política municipal não investe nas racionalidades horizontais, e escassos são os espaços de participação efetiva da população na elaboração das políticas voltadas ao setor turístico. Os poucos que existem, a exemplo do Conselho de Turismo do Passo de Camaragibe – instituído em 2019 e do qual uma das mulheres da associação em

questão faz parte – não abrem margem para uma contribuição legítima da população. Essa falta de uma escuta ativa por parte as gestões municipais, foi percebida em algumas falas.

> E eu também acho assim, que eles deveriam, principalmente o pessoal da secretaria de turismo, eles visar mais pelo município. Porque esse pessoal ali (...) eles só visam o dinheiro pra eles. Tá com quatro anos que eu tô no conselho do turismo do Passo, mas eu não vi melhora nenhuma aqui. (...) A gente faz parte disso aí, agora parou. Aí só é quando é pra dizer "Tão quebrando a praia. Tão fazendo, as pousadas tão inva...". Aí só sai essas conversas, de que o Ibama tem que ir lá porque é pra ir interditar o que o pessoal das pousadas (...). Mas em relação a isso aqui, que disse que ia fazer uma reforma aqui, que entrou um dinheiro do turismo pra fazer (...) aí ficou de fazer isso aqui tudinho, de ajeitar os negócios das barracas. Onde ficou isso? Nunca. Nunca aconteceu isso (Bagre).

> Eu acho que não tem diálogo. A prefeitura daqui não senta pra conversar com a comunidade. Então fica meio difícil, eu acho. Pra mim qualquer proposta política pra ser implementada, ela tem que ser a partir de uma escuta, né?! Ou de grupos específicos, ou da comunidade como um todo, consulta pública, entendeu?! Ou...qualquer outra coisa. Mas isso não existe. Isso é uma metodologia que...é diferente esse método de trabalho político, né?! (...) Agir dentro do turismo teria que ou ouvir as pessoas que são envolvidas com o turismo, e isso não é (Garaçuma).

Concordamos nesse ponto com a colocação de Cruz (2009, p. 343) quando aponta que o planejamento do turismo, por não recair sobre um espaço vazio e sim sobre um território que contém heranças histórica e socialmente construídas, deve ser edificado coletivamente, envolvendo os interesses dos grupos sociais como um todo e não apenas de classes específicas.

Nas formas de agrupamento mais enquadradas na adaptação contemporânea à lógica com que atualmente é desenvolvido o turismo na região, temos o surgimento das associações de jangadeiros e bugueiros. Essas iniciativas, caso da AJANTUR (Associação de Jangadeiros do Passo de Camaragibe) e das demais já mencionadas em São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, surgiram ou intensificaram suas organizações com o advento da crescente demanda turística. Entendemos esse fato enquanto uma maneira de almejar-se um tipo de reterritorialização política.

Os grupos aplicam táticas que fortalecem o movimento do coletivo. Ordenam a rotatividade dos passeios entre os integrantes, criam fundos, através de taxas cobradas aos associados, para eventuais gastos com a manutenção de equipamentos de trabalho, procuram garantir seus direitos através de manifestações conjuntas e tentativas de negociação com as prefeituras para a construção de leis de ordenamento das atividades.

A relevância dessa unidade – inclusive entre as distintas associações – na busca por manter, ou retomar, um certo grau do controle territorial constantemente ameaçado pela interferência de agentes externos, foi apreendida por situações expostas no tópico anterior.

Amostra dessas, foi a luta dos pescadores da Colônia Z-25 para a aquisição do TAUS em Porto de Pedras, ou a união de bugueiros e jangadeiros na disputa referente ao fechamento da praia do centro de SMM.

> Turismo se dá na escala e na efervescência da vida nos lugares e mesmo nos lugares cuja vida está profundamente imbricada à atividade do turismo, sua existência sempre vai além das lógicas impostas pela atividade. Contra-movimentos, contra-racionalidades, horizontalidades, como quer que as denominemos, as relações social e historicamente construídas por um dado grupo dão o tom da maior ou menor resistência dos lugares aos vetores alienados e alienígenas trazidos com o turismo (CRUZ, 2006, p. 338).

Dentre esse último grupo, o dos jangadeiros, há ainda os que promovem diferenciações dos serviços ofertados nos passeios, mesmo que estes acabem infringindo as normas ambientais vigentes, terminando por ser mais uma das causas do conflito existente entre jangadeiros e os órgãos de fiscalização ambiental.

São variadas as táticas empregadas nas conduções. Uma delas, é o investimento feito pelos condutores em máquinas fotográficas que capturam imagens debaixo d'água, e passam a disponibilizar as fotografias aos turistas como produto. A problemática inscrita nessa prática é que, para atrair os peixes, fazendo que estes passem a compor a foto, alguns fotógrafos oferecem migalhas de pão e outros alimentos não recomendados aos animais.

Outra adaptação dos jangadeiros é concebida na própria estrutura da embarcação. Decks superiores são instalados para que os visitantes subam nas coberturas das jangadas, configurando-se como um diferencial estético e lúdico para os clientes, assim como as boias por vezes disponibilizadas (Figura 26).

Figura 26. Estratégias na diferenciação dos serviços ofertados pelos jangadeiros.
Fonte: Imagens disponibilizadas na página da Papito Tour no Instagram.

> No caso das áreas litorâneas, principal atrativo da modalidade de turismo de "sol e mar", estes residentes são representados, sobretudo, pelas colônias de pescadores e pelas comunidades nativas, que ao mesmo tempo em que sofre os impactos do processo de turistificação dos lugares, modela e readapta o espaço às novas condições. A atuação dos residentes é visível principalmente na sua inserção no mercado de trabalho formal e informal, repercutindo nas formas de produção da habitação, na utilização do espaço público pelo privado, no comércio e serviços variados ofertados pelos residentes aos turistas (PAIVA, 2010, p. 10).

Mas, sem dúvida, a comercialização de alimentos nos passeios é a diferenciação com maior procura entre os consumidores, e de maior adesão entre os condutores. Pratos com ingredientes locais, como peixe frito, vinagrete de polvo e espetinhos de camarão, são preparados e mercantilizados ao longo da experiência vendida (Figura 27).

Figura 27. Alimentação comercializada durante os passeios às piscinas naturais.
Fonte: Imagens disponibilizadas na página de um dos jangadeiros da região no Instagram.

Segundo o ordenamento ambiental vigente, para esse tipo de serviço é necessária uma autorização específica, além de existirem restrições quanto ao consumo de bebidas e comércio de bebidas alcoólicas e alimentos nas piscinas naturais.

O caráter proibitivo faz com que parte dos jangadeiros evite e até discrimine essa prática, mas durante conversas informais na observação direta, tivemos a percepção de que a maioria reconhece essa estratégia como uma alternativa para ampliar o lucro obtido nos passeios.

No âmbito das reterritorializações de base econômica, encontramos mais dois exemplos. O primeiro diz respeito a casos de empreendedorismo individual de membros da comunidade no ramo turístico que se destacam na Rota Ecológica. Nos ateremos a discorrer sobre duas dessas iniciativas.

O Toninho Passeios, localizado na Barra de Camaragibe, realiza desde 2016 uma visita guiada à Praia dos Morros. O empreendedor não somente guia o passeio, como investe no aluguel de bicicletas para os turistas. Essas, são extremamente necessárias na experiência, visto

que o caminho a ser percorrido até o destino é longo. Toninho fornece há 7 anos o serviço na área, sendo um dos primeiros a enxergar nesse ramo uma possibilidade de retorno financeiro. Hoje recebe grupos de visitantes de várias partes do Brasil, já tendo sido entrevistado pela emissora estadual de jornalismo (Figura 28).

Figura 28. Grupo de turistas em frente à barraca do Toninho Passeios na Barra de Camaragibe.
Fonte: Imagem disponibilizada na página do Toninho Passeios de Bike no Instagram.

O Luna, morador de Porto de Pedras, investe na categoria das atividades voltadas ao turismo desde 2014 (Figura 29). Atualmente, possui dois trailers de açaí, um disposto na Praia do Patacho e outro no centro do município, um restaurante anexado ao último exemplo e uma barraca na mesma localização da praia do primeiro. Nesta, comercializa drinks, cachaças artesanais, petiscos e disponibiliza visitas para as piscinas naturais, passeios de caiaque e *stand up*. Luna emprega esforços ainda no serviço de táxi para o deslocamento dos turistas.

Figura 29. À esquerda, um dos trailers de açaí do Luna. À direita, os caiaques e pranchas de *stand up* para aluguel na barraca do empreendedor na praia do Patacho.
Fonte: Imagens disponibilizadas na página do Luna Patacho no Instagram.

Em conversa informal, nos relatou sobre a base que compõe o quadro de funcionários ser essencialmente familiar e a respeito de já ter recebido pressões da prefeitura para retirar a estrutura do quiosque da Praia do Patacho.

Não queremos insinuar que o turismo trouxe condições para que qualquer habitante local seja capaz de tornar-se um comerciante ou fornecedor de serviços na área. Não só é indispensável deter de um capital de investimento inicial para esse propósito – o que já é um fator bem limitante, considerando os baixos índices socioeconômicos da região –, como já descrevemos situações em que, até mesmo os que já trabalham nesse setor de serviços, são por vezes ameaçados, ou têm, de fato, seus negócios fechados por ações de investidores externos ou pelo próprio poder público municipal.

O último exemplo observado de tática empregada pelos residentes na obtenção de lucro a partir do turismo, é o aluguel de suas casas para temporadas. Esse nicho foi impulsionado por alguns fatores.

Com o crescimento da demanda turística, principalmente no período dos eventos do Réveillon e da Semana Santa em SMM e no povoado Marceneiro, as vagas em pousadas e hotéis tornam-se, às vezes, insuficientes. Somado a isso, o aumento da procura ampliou o perfil econômico dos visitantes, fazendo com que parte desses, não conseguissem arcar com os altos preços cobrados pela estadia nas pousadas de charme.

Assim, famílias passaram a disponibilizar suas residências para hospedagem por um valor mais acessível. Mesmo que uma parcela desses grupos familiares se veja tendo que residir temporariamente na casa de parentes e amigos, estes optam pelo promissor retorno monetário e, normalmente, reinvestem parte em reformas nas suas moradias. Esse reinvestimento, tanto influencia na melhora da qualidade de vida dos moradores como possibilita que elevem a quantia pedida nos aluguéis.

No campo cultural, identificamos o movimento de resistência de uma das tradições populares de Porto de Pedras, o Bobo Gaiato. A manifestação consiste na andança dos brincantes, na época do carnaval, pelas ruas da cidade com seus rostos cobertos por máscaras que geralmente aludem a figuras humanas e de animais, confeccionadas a partir de fôrmas de barro e da técnica de papietagem (Figura 30).

Figura 30. À esquerda, o processo de feitura das máscaras. À direita, manifestação da andança do Bobo Gaiato em 2020.
Fonte: Imagens disponibilizadas na página do Bobo Gaiato no Instagram.

Um dos responsáveis pela recente retomada dessa tradição, foi entrevistado durante a pesquisa. De acordo com ele, depois dos anos 2000, a manifestação perdeu bastante força na região. Os jovens não se reuniam mais para produzir as máscaras, e as andanças praticamente já não aconteciam mais. Seu Gilberto, morador do município, foi um dos únicos que continuaram a confeccionar as máscaras após esse período. O artesão, inclusive, era bastante valorizado fora da cidade de Porto de Pedras, mas:

> Estranhamente desconhecido dentro da cidade. Inclusive, o secretário de cultura, eu cheguei a perguntar sobre o seu Gilberto, ele nem sabia quem era (Sirigado).

Essa fala demonstra o descaso e a falta de incentivo do poder municipal em relação às práticas culturais presentes no território. O entrevistado conta ainda que, inicialmente, as máscaras do bobo gaiato eram produzidas com o propósito único de se brincar na rua. Não havia uma preocupação estética com o utensílio; quanto mais feia, melhor. As vezes nem a coloriam. Seu Gilberto foi o percursor na preocupação do aperfeiçoamento estético, pensando no público turístico. O instrumento brincante transformou-se em um artigo de decoração e, consequentemente, em mercadoria, que passou a ser muito vendida para as pousadas.

> Então de certa forma a máscara perdeu um pouco do seu uso social, porque não tava tendo mais andanças de bobo. Inclusive, quando seu Gilberto tava com a gente, a gente comentava muito sobre isso, né?! “Mas será que vai dá pra resgatar?” Eu disse vai, tem que resgatar. Essa máscara não pode ficar só na parede não, seu Gilberto. Vamo botar as máscaras de novo pras ruas (...). Se distanciou do uso social. Que fazia sentido ali na rua. E ficou ali nas paredes. Não que seja errado, né?! Tem que ser também. Mas TAMBÉM (Sirigado).

Essa mercantilização da cultura é analisada na obra de Ewerthon Vieira, onde argumenta que “as práticas culturais, a priori, carregadas de significados e sentimentos de pertença, tradição, história e modo de vida, acabam hoje sob o império das indústrias culturais, precisando servir para um fim específico” (VIEIRA, 2016, p. 342).

Infelizmente, Seu Gilberto faleceu no mesmo ano em que a atividade foi reanimada, em 2020. Contudo, seus filhos vêm dando continuidade ao seu trabalho e o movimento popular do bobo nas ruas tem crescido novamente com o estímulo desses novos representantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo tem se tornado cada vez mais presente nos municípios do Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e de Porto de Pedras, conjunto que compõe a chamada Rota Ecológica dos Milagres. Procuramos, através desse estudo, descrever as evidências encontradas no que se refere aos impactos dessa atividade na forma como a comunidade receptora se relaciona com o território habitado. Para tal, partimos da conceituação do território enquanto espaço híbrido que carrega múltiplas dimensões da realidade de quem os vivencia, e também como palco de disputa de poderes. A partir da análise dos conflitos identificados em nosso campo e das visões colhidas durante as entrevistas, constatou-se que a competição desigual pelos recursos territoriais entre o empresariado turístico e a população local, tem tido efeitos majoritariamente desterritorializantes tanto nos atuais, como nos tradicionais meios com que o último grupo manifesta sua territorialidade. Foi ainda verificado que os poderes públicos municipais e estadual, e os agentes ambientais, podem, por vezes, atuar como sujeitos agravantes desse processo de desterritorialização.

O turismo dinamizou a economia dos municípios em foco, até então fortemente marcada pelo setor primário, criando novas ocupações no setor de serviços. No entanto, por conta do baixo índice de escolaridade, os cargos ocupados pelos residentes são, em sua maioria, marcados pela má-remuneração e/ou pela informalidade. A falta de políticas públicas de capacitação enseja a continuidade desse cenário, dificultando uma inserção mais igualitária dos indivíduos no mercado.

Mesmo os indivíduos que buscaram-se adaptar à atividade, a exemplo dos bugueiros, jangadeiros e comerciantes, tem seus meios de produção prejudicados pela lógica predatória de consumo dos espaços. Além da imposição de obstáculos físicos, materializados pelos empreendimentos imobiliários, restringirem, ou, ainda, impossibilitarem a dinâmica desses trabalhadores, estes são vistos como elementos indesejados, a serem higienizados nas constantes tentativas de remodelação da paisagem adotadas pelos empresários da zona costeira. Simultaneamente, alguns desses atores externos, ao enxergar lucratividade nos passeios de *buggys* e jangadas e, aproveitando-se da desregulamentação desses ofícios, passaram a investir nos ramos e a concorrer de maneira assimétrica com o pessoal local. Essa interferência, quando aliada à inexistência de um controle de demanda e oferta turística, pode levar ao desequilíbrio entre esses dois indicadores, ao ponto de tornar as atividades em questão economicamente insustentáveis.

A obstrução dos caminhos e a disputa com os proprietários de terras na faixa litorânea, foram igualmente percebidas como implicações desterritorializantes do turismo na classe dos pescadores artesanais. O fato de o acesso desse grupo às suas condições materiais chocar-se, em determinados momentos, com a legislação ambiental em vigor na APA Costa dos Corais, da qual fazem parte os municípios estudados, resulta também em embates com os órgãos de fiscalização responsáveis. Os conflitos mencionados são fatores que contribuem para a marginalização da atividade pesqueira, tradicionalmente presente e representante dos modos de fazer da região.

Imagens das tradições e da cultura local são, por sua vez, dissimuladamente utilizadas na elaboração do produto midiatizado pelos promotores turísticos oficiais. Ao mesmo tempo em que reivindicam a mercantilização desses elementos como qualidades atrativas, negligenciam a existência substancial de seus representantes. Essa contradição é visível na ausência de programações e roteiros que incluam os grupos tradicionais e as manifestações culturais características da Rota Ecológica. Concomitantemente, em especial os mais jovens, vem incorporando hábitos de consumo exibidos pelos turistas.

No que confere às gestões municipais, estas demonstram-se ineficientes em seu papel de agente distributivo e ordenador do espaço e, em muitas ocasiões, coniventes com as contemporâneas práticas disruptivas dos vínculos existentes. Além disso, não há a participação da comunidade nos processos decisórios referentes às políticas voltadas ao turismo.

Não obstante, reconhecemos a presença de táticas de reterritorialização empregadas pela população na retomada do controle territorial. A intensificação do associativismo, as estratégias individuais e as novas territorialidades criadas, têm sido importantes instrumentos de resistência às desprovisões acometidas. Contudo, essas iniciativas não conseguem redirecionar as forças opressoras e excludentes com que o modelo mercantilista atua regionalmente na turistificação do lugar.

Outras evidências, identificadas na observação direta, como o adensamento de aglomerados de exclusão socioespacial, o afastamento dos residentes das áreas privilegiadas pela especulação imobiliária, o aumento da violência e as consequências de cunho ambiental por conta da ocupação desordenada do solo, configuram-se também enquanto indicativos desterritorializadores.

Ainda que boa parte dos entrevistados tenha mostrado certo otimismo quando questionados sobre o desenvolvimento do turismo, em suas falas foram relatados os sentimentos

de insegurança e incerteza sobre o futuro, advindos da rapidez com que as mudanças têm acontecido.

Diante das situações expostas, foi possível aferir que a inserção dos agentes hegemônicos do setor turístico tem se dado basicamente pelo viés da dominação do território e de seus aspectos econômicos, culturais e políticos. O caráter extraterritorial dessas elites, livre de vínculos e impulsionadas somente pela oportunidade de extração de lucro, diverge da realidade da comunidade receptora, estreitamente vinculada ao ambiente vivenciado. Essa, mesmo agenciando formas de readaptação, vê seus meios de apropriação territorial serem dominados e reduzidos pela lógica vigente.

Atualmente, duas grandes obras que acentuarão o fluxo turístico nas cidades pautadas estão em andamento. A primeira delas é a construção do Aeroporto Costa dos Corais em Maragogi, cidade próxima à Rota Ecológica, com previsão de entrega para 2023. A segunda é a ligação da rodovia AL-101 entre o município da Barra de Santo Antônio e a Barra de Camaragibe, no Passo de Camaragibe, que encurtará a distância rodoviária da capital em relação à região. Ambas custeadas pelos cofres estatais.

O iminente incremento do fluxo faz-se preocupante perante a maneira desigual como o turismo hoje encontra-se na região. Por isso, ressaltamos nesta pesquisa a importância de pensar políticas públicas de ordenamento e planejamento da atividade, que integrem as diferentes dimensões e os distintos interesses presentes no território. É necessária a participação ativa da comunidade na elaboração, assim como nas decisões dos projetos do poder público relativos ao setor, para que possam ser implementadas políticas mais integradoras e valorativas das particularidades locais. Desse modo, as territorialidades existentes teriam uma melhor chance de perpetuação e preservação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNOL, Sandra Dall. **Impactos do Turismo X Comunidade Local.** Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, Rio Grande do Sul, 2012.

ALAGOAS. **Plano Diretor de São Miguel dos Milagres**. Prefeitura Municipal de São Miguel dos Milagres, 2010.

ANDRADE, J. A. P. **Pesca artesanal, turismo e impactos socioambientais: A percepção ambiental dos pescadores na APA Costa dos Corais (Alagoas/Brasil)**. Dissertação (Mestrado em CIências Marinhas Tropicais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Marinhas Tropicais, Instituto de Ciências do Mar - LABOMAR, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

AUDIÊNCIA pública define áreas de pesca artesanal em Porto de Pedras. Site Alagoas 24 Horas, 2017. Disponível em < https://www.alagoas24horas.com.br/1063181/audiencia-publica-define-areas-de-pesca-artesanal-em-porto-de-pedras/>. Acesso em 10/07/2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

COMUNIDADES tradicionais pesqueiras em Porto de Pedras /AL conseguem TAUS. Site do Conselho Pastoral dos Pescadores, 2018. Disponível em < http://www.cppnacional.org.br/noticia/comunidades-tradicionais-pesqueiras-em-porto-de-pedrasal-conseguem-taus>. Acesso em 10/07/2021.

CONSELHO MUNDIAL DE VIAGENS E TURISMO BRASIL. **Economic Impacts**, 2017. Disponível em <https://www.wttc.org/-/media/files/reports/economic-impact-research/countries-2017/brazil2017.pdf>

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Gabinete da Presidência. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Portaria** nº 412, de 27 de Abril de 2018. Disponível em <https://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/images/stories/legislacao/portaria_412_de_27_de_abril_de_2018_Ordenamento_da_Visita%C3%A7%C3%A3o.pdf>

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei** nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm

BULGARELLI, Claudio. **Rota Ecológica dos Milagres possui atrações conhecidas internacionalmente**. Site da Associação dos Municípios Alagoanos, 2019. Disponível em < https://ama-al.com.br/rota-ecologica-dos-milagres-possui-atracoes-conhecidas-internacionalmente/>. Acesso em 18 de abril de 2021.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CONDOMÍNIO dos Milagres: o que de fato está acontecendo na disputa entre construtora e barraqueiros? Site AlaNorte Notícias, 2019. Disponível em < https://alanorte.com.br/noticia/11797/condominio-dos-milagres-o-que-de-fato-esta-acontecendo-na-disputa-entre-construtora-e-barraqueiros>. Acesso em 10/07/2021.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço**. Anais. Buenos Aires: CLACSO/Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado**. Geosul, v. 20, n. 40, p. 27-43, 2005.

DUARTE, Juliana. **Governo estuda investir em Rota Ecológica**. Site do Departamento de Estradas de Rodagem em Alagoas, 2012. Disponível em <http://www.der.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2012/governo-estuda-investir-em-rota-ecologica>

ENNES, Marcelo Alario. **Meio ambiente e pobreza entre populações não tradicionais**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 50, N. 3, p. 244-252, set/dez 2014.

FONTELES, José Omar. **Turismo e impactos socioambientais.** São Paulo: Aleph, 2004.

FRAGA, Felipe Ferreira. **A expansão do turismo em São Miguel dos Milagres.** Tese de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2013.

GODELIER, Maurice. **O ideal e o matérial: pensamento, economias, sociedades**. Fayard, Paris 1984. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. SEPLAG. **Estudo para o desenvolvimento de um turismo sustentável no litoral Alagoano**. Maceió, 2015.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização. Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2002.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia.** Petrópolis: Vozes, 1992.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ICMBIO. **Plano de Manejo Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais**, 2013. Disponível em < https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/apa_costa_corais_pm.pdf>

MINISTÉRIO DO TURISMO. Anuário Estatístico de Turismo – 2013, 2014. Disponível em: < http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html >. Acesso em: 22/01/2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **UNWTO: Tourism Highlights**, 2016. Disponível em <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/images/pdf/estatisticas_indicadores/UNTWO_Tourism_Highlights_2016_Edition.pdf >

PAIVA, Ricardo Alexandre ; VARGAS, H. C. . **Os agentes produtores e consumidores do espaço**. In: III Colóquio Comércio e Cidade: uma relação de origem, 2010, São Paulo. III Colóquio Comércio e Cidade: uma relação de origem, 2010.

PESCADORES denunciam que foram impedidos de trabalhar em praia de Porto de Pedras, Alagoas. Site Oficial do G1, 2021. Disponível em https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/05/27/pescadores-denunciam-que-foram-impedidos-de-trabalhar-em-praia-de-porto-de-pedras-alagoas.ghtml. Acesso em 10/07/2021.

REVIEW Réveillon dos Milagres: virada mágica que renova para o novo ano! **Playbpm,** janeiro de 2019. Disponível em <https://playbpm.com.br/review-reveillon-dos-milagres/>. Acesso em 02/02/2021.

REVISÃO do Plano de Manejo da Apa Costa dos Corais segue...**Site Oficial do ICMBio**, 2017. Disponível em https://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/destaques/145-revisao-do-plano-de-manejo-segue.html

SILVA, Edilma Fernandes da. **Influência do turismo sobre a comunidade pesqueira do município de Timbaú do Sul.** Dissertação Mestrado em Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

_____; OLIVEIRA, Jorge Eduardo Lins. **Impactos socioambientais decorrentes da atividade turística em comunidades costeiras do RN**, Natal, v.24, nº 1, p. 146 - 165, jan./jun. 2012.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (orgs). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local?** In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (Org.). Turismo e Desenvolvimento Local. São Paulo: Hucitec, 1997.

VIEIRA, Ewerthon Clauber de Jesus. **Espetacularização da cidade e (re)apropriações culturais: políticas urbanas e as novas imagens de consumo de Salvador-BA**. Tese (Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTAS

Residentes

Nome:

Idade:

Ocupação:

Há quanto tempo exerce essa ocupação? Costumava realizar alguma outra atividade anteriormente? Se sim, qual?

Residência em: São Miguel dos Milagres/Passo de Camaragibe/Porto de Pedras

Naturalidade:

Tempo de residência:

O (a) senhor (a) gosta de morar aqui?

Para o (a) senhor (a) o que é ser camaragibense/milagrense/porto-pedrense?

O que o (a) senhor (a) acha que representa a cultura de São Miguel dos Milagres/Passo de Camaragibe/Porto de Pedras?

O (a) senhor (a) participa de algum conselho, associação de moradores, ou outro grupo de representação?

Qual sua opinião sobre a política municipal?

Como o (a) senhor (a) enxerga o turismo que vêm acontecendo na área?

O (a) senhor (a) tem saudade de alguma coisa do passado em relação à cidade onde mora?

Qual um ponto positivo que o (a) senhor (a) vê na atividade turística que vem acontecendo na região?

Qual um ponto negativo que o (a) senhor (a) vê na atividade turística que vem acontecendo na região?

O (a) senhor (a) já trabalhou em alguma das festividades turísticas realizadas na região?

O que você acha que o poder público poderia fazer para melhorar as condições do turismo na região?

Comerciantes

Nome:

Idade:

Tempo de trabalho no comércio:

Costumava realizar alguma outra atividade anteriormente? Se sim, qual?

Residência em: São Miguel dos Milagres/Passo de Camaragibe

Naturalidade:

Tempo de residência:

Como o (a) senhor (a) enxerga a repercussão da atividade turística para o seu comércio?

Qual um ponto positivo que o (a) senhor (a) vê na atividade turística que vem acontecendo na região?

Qual um ponto negativo que o (a) senhor (a) vê na atividade turística que vem acontecendo na região?

Qual sua opinião sobre a política municipal?

O (a) senhor (a) tem saudade de alguma coisa do passado em relação à cidade onde mora?

O que você acha que o poder público poderia fazer para melhorar as condições do turismo na região?

Pescadores

Nome:

Idade:

Tempo de trabalho na pesca:

Costumava realizar alguma outra atividade anteriormente? Se sim, qual?

Residência em: São Miguel dos Milagres/Passo de Camaragibe/Porto de Pedras

Naturalidade:

Tempo de residência:

Como o (a) senhor (a) enxerga o turismo que vêm acontecendo na área?

O (a) senhor (a) acha que a atividade turística vem influenciando na atividade pesqueira da região? Se sim, como?

Quem são os principais compradores do pescado do (a) senhor (a)?

O (a) senhor (a) também comercializa seus produtos para bares, pousadas e hotéis da região? Se sim, quais? Se não, por quê?

O (a) senhor (a) faz parte de alguma associação de pescadores da região?

Se sim, qual a importância para o (a) senhor (a) de fazer parte dessa associação? Como é a relação da associação com o poder público municipal?

O (a) senhor (a) acha que o poder público municipal tem políticas que ajudam a atividade pesqueira? Se sim, quais? Se não, por quê?

Qual sua opinião sobre a política municipal?

O que você acha que o poder público poderia fazer para melhorar as condições da atividade pesqueira na região? E do turismo?

Jangadeiros/Bugueiros

Nome:

Idade:

Tempo de trabalho na atividade:

Costumava realizar alguma outra atividade anteriormente? Se sim, qual?

Residência em: São Miguel dos Milagres/Passo de Camaragibe/Porto de Pedras

Naturalidade:

Tempo de residência:

Como o (a) senhor (a) enxerga o turismo que vêm acontecendo na área?

O (a) senhor (a) acha que a atividade turística vem influenciando na atividade pesqueira da região? Se sim, como?

Quem são os principais compradores do pescado do (a) senhor (a)?

O (a) senhor (a) também comercializa seus produtos para bares, pousadas e hotéis da região? Se sim, quais? Se não, por quê?

O (a) senhor (a) faz parte de alguma associação de jangadeiros/bugueiros da região?

Se sim, qual a importância para o (a) senhor (a) de fazer parte dessa associação? Como é a relação da associação com o poder público municipal?

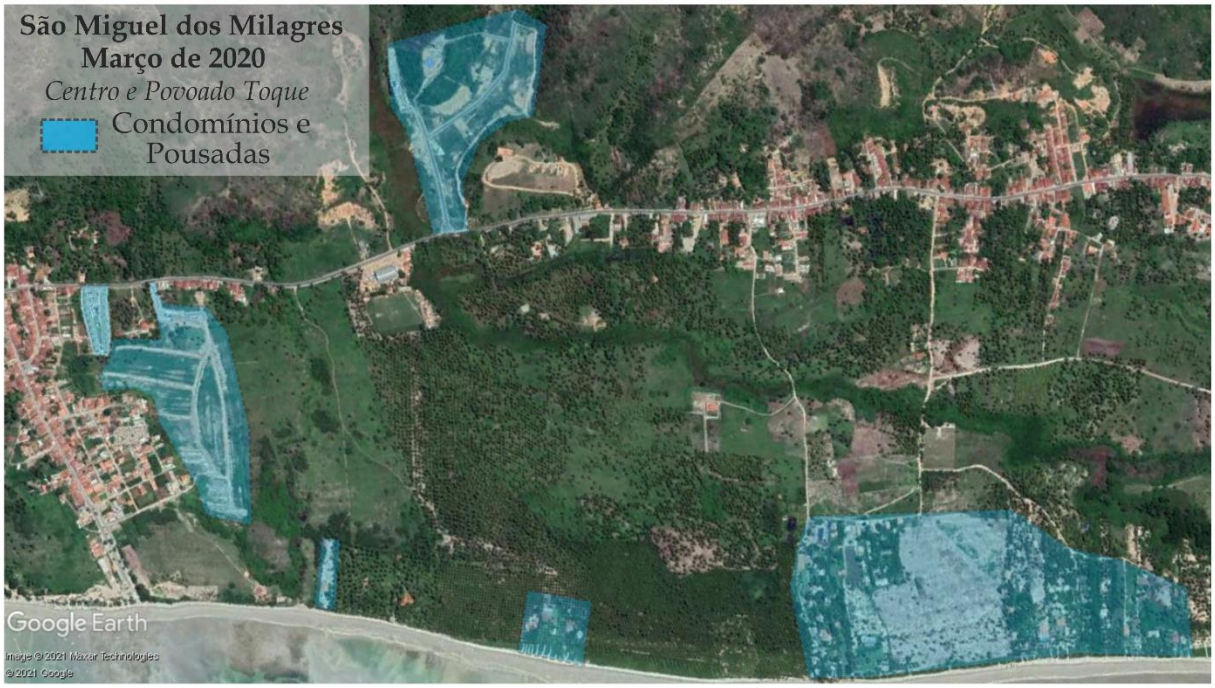
O (a) senhor (a) acha que o poder público municipal tem políticas que ajudam a atividade pesqueira? Se sim, quais? Se não, por quê?

Qual sua opinião sobre a política municipal?

O que você acha que o poder público poderia fazer para melhorar as condições da atividade dos bugueiros/jangadeiros na região? E do turismo?

APÊNDICE B – INSERÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS EM TRECHO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE CAMARAGIBE ENTRE OS ANOS DE 2009-2020

APÊNDICE C – INSERÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS EM TRECHO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS MILAGRES ENTRE OS ANOS DE 2009-2020



APÊNDICE D – INSERÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS EM TRECHO DO MUNICÍPIO DE PORTO DE PEDRAS ENTRE OS ANOS DE 2009-2020